MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIENCIA E TECNOLOGIA
DO PARÁ

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2009-2013

2009
BELÉM-PA

Presidente da República

Luiz Inácio Lula Da Silva

Ministro da Educação

Fernando Haddad

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Eliezer Moreira Pacheco

Reitor

Prof. MSc. *Edson Ary de Oliveira Fontes*

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Prof. Dr. *João Antonio Corrêa Pinto*

Pró-Reitora de Administração e Planejamento

Luz Marina Sena

Pró-Reitora de Ensino

Profª MSc. *Sônia de Fátima Rodrigues Santos*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr.*Otavio Fernandes Lima Da Rocha*

Pró-Reitor de Extensão

Prof. *Darlindo Mª P. Veloso Filho*

Diretor Geral

Prof. Jose De Ribamar Mouta Araújo - Campus Abaetetuba

Prof. Adelmar Alves De Aviz Junior- *Campus* Altamira

Prof. Manoel Antonio Quaresma Rodrigues - Campus Belém

Prof. Gerson Nazaré Moutinho - Campus Bragança

Prof. Francisco Edinaldo Feitosa Araújo - Campus Castanhal

Prof. Rui Alves Chaves - Campus Conceição do Araguaia

Prof. Juracy Correa De Castro - Campus Itaituba

Prof. Augusto Sergio Cardoso- Campus Marabá Industrial

Prof. Antonio Cardoso - Campus Marabá Rural

Prof. Fernando Antonio Cunha Bastos- Campus Santarém

Prof. Raimundo Sanches - Campus Tucuruí

COMISSÃO

Presidente

Mônica Coeli Soares Mesquita

Membros

Abílio Geraldo Barreto Mendes

Ádria Maria Neves Monteiro

Adriana Conceição Quaresma Sadala

Álax Jonnys S. da Silva

Aldalice Dias Alves

Ana Cássia Sarmento Ferreira

Claudete Rodrigues da Silva

Eduardo Carvalho de Moraes

Edward Pascoal Figueiredo Gonçalves

Fernanda Pinheiro Pantoja

Flávio Silva

Francisco Everton Oliveira Andrade

Francisco Oliveira

Gilsa Pinheiro Rodrigues dos Santos

Henrique Gomes de Andrade Neto

Humberto Castro

Janyne Neirão Casseb

Jean França Veloso

João Luiz Costa de Oliveira

Laura Helena Barros da Silva

Maria da Luz Lima Sales

Maria de Nazaré Rodrigues Pereira

Regina Gloria P. de Oliveira

Romier da Paixão Sousa

Solange Felicidade Marques Pereira

Teodoro Cardoso Maciel

Yvonete Bazbuz da Silva Sant

SUMÁRIO

PARTE I – PERFIL INSTITUCIONAL

1. HISTÓRICO.....4
1.1 Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará..... 4
1.1.1 Cursos Técnicos – Especiais.....5
1.1.2 Cursos Técnicos (Pós–Médio).....5
1.1.3 Interiorização do Ensino Técnico.....5
1.1.4 Ensino Pós-Técnico (Atualização e Especialização).....6
1.1.5 Cursos de Extensão.....6
1.1.6 Cursos Superiores.....6
1. 2 Escola Agrotécnica Federal de Castanhal.....8
1. 3 A Escola Agrotécnica Federal de Marabá.....10
2. INSERÇÃO REGIONAL DO IFPA.....11
2.1 Abrangência do IFPA.....13
2.1.1 Campus Abaetetuba.....14
2.1.2 Campus Altamira.....15
2.1.3 Campus Belém.....17
2.1.4 Campus Bragança.....18
2.1.5 Campus Castanhal.....19
2.1.6 Campus Conceição do Araguaia.....20
2.1.7 Campus Itaituba.....20
2.1.8 Campus Marabá Industrial e Campus Marabá Rural.....21
2.1.9 Campus Santarém.....21
2.1.10 Campus Tucuruí.....22
2.2 Considerações da Área de Abrangência do IFPA.....22
3. A IDENTIDADE DO IFPA.....24
3.1 Missão.....25
3.2 Visão.....25
3.3 Valores.....26
3.4 Princípios Filosóficos e Teórico-Metodológicos.....26

3.4.1 Responsabilidade social**.....27**
3.4.2 Priorizar a qualidade.....27
3.4.3 Garantir a qualidade dos programas de ensino, pesquisa e extensão.....27
3.4.4 Compromisso com a tecnologia e o humanismo.....27
3.4.5 Respeito aos valores éticos, estéticos e políticos.....27
3.4.6 Articulação com empresas, família e sociedade.....28
3.4.7 Currículo Integrado.....28
3.5 Objetivos Estratégicos e Metas.....29
4. A IDENTIDADE DAS PRO-REITORIAS.....33
4.1 Pró-Reitoria de Ensino.....33
4.1.1 Políticas de Ensino.....34
4.1.2 Objetivos estratégicos e metas para o ensino.....34
4.2 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.....36
4.2.1 Políticas para o Desenvolvimento Institucional..... 37
4.2.2 Objetivos estratégicos e metas para o desenvolvimento institucional.....38
4.3 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.....39
4.3.1 Políticas da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.....40
4.3.2 Objetivos estratégicos e metas da pesquisa, pós-graduação e inovação.....41
4.4 Pró-Reitoria de Extensão.....42
4.4.1 Objetivos estratégicos e metas da pró-reitoria de extensão.....43
4.5 Pró-Reitoria de Administração.....44
5. RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO.....46

PARTE II – GESTÃO INSTITUCIONAL

1. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....48
1.1 Estrutura Organizacional, **Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico**.....48
1.2 Órgão Executivo.....49
1.2.1 Pró-Reitoria de Administração.....49
1.2.2 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.....50
1.2.3 Pró-Reitoria de Ensino.....50
1.2.4 Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós Graduação.....50
1.2.5 Pró-Reitoria de Extensão.....50

1.3 Diretorias Gerais dos *Campi*.....51
1.4 Auditoria Interna.....51
1.5 Órgãos Superiores.....51
1.5.1 Conselho Superior.....51
1.5.2 Colegiado de Dirigentes.....52
1.5.3 Conselho de Ensino Extensão, Pesquisa e Extensão.....53
2. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL.....53
2.1 Corpo Docente.....53
2.1.1 Plano de Carreira e Regime de Trabalho.....53
2.1.2 Cronograma e Plano de Expansão do Corpo Docente, com Regime de Trabalho e Titulação por Campus.....55
2.2 Técnicos Administrativos.....59
2.2.1 Plano de Carreira e Regime de Trabalho.....59
2.2.2 Cronograma e Plano de Expansão dos Técnicos Administrativos, com Regime de Trabalho e Nível/Classe por Campus.....61
2.3 Política de Capacitação e Qualificação de Pessoas.....67
2.3.1 Cronograma de Desenvolvimento de Técnico-Administrativos.....67
2.3.2 Cronograma de Desenvolvimento de Docentes do quadro de pessoal permanente.....68
3. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....68
3.1 Formas de acesso.....68
3.2 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro e Estímulo a Permanência.....69
3.3 Organização Estudantil.....70
3.4 Acompanhamento dos Egressos.....70

PARTE III – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....72
1.1 Estruturação dos Projetos Pedagógicos de Curso.....72
1.2 Estágio Curricular Supervisionado.....73
1.3 Processo de Avaliação.....73
1.4 Atividades Complementares.....74
1.5 Projeto de Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso.....74
1.6 O Perfil do Egresso.....74
1.7 Políticas e Práticas de Ensino a Distância.....75

1.8 Políticas de Educação Inclusiva.....76
1.8.1 O Programa TECNEP.....77
1.8.2 Núcleo de Estudo Afro Brasileiro (NEAB).....79
2. OFERTA E EXPANSÃO DE CURSOS E PROGRAMAS.....81

PARTE IV – INFRAESTRUTURA

1. INFRAESTRUTURA FÍSICA E ACADÊMICA DOS CAMPI.....83
1.1 **Infraestrutura do *Campus* Abaetetuba**.....83
1.2 **Infraestrutura do *Campus* Altamira**.....84
1.3 Infraestrutura do *Campus* Belém.....85
1.3.1 Formas de atualização e expansão do acervo.....86
1.3.2 Serviços oferecidos pela biblioteca.....86
1.4 Infraestrutura do *Campus* Bragança.....87
1.5 Infraestrutura do *Campus* Castanhal.....88
1.6 Infraestrutura do *Campus* Conceição do Araguaia.....88
1.7 Infraestrutura do *Campus* Itaituba.....89
1.8 Infraestrutura do *Campus* Marabá Industrial.....90
1.9 Infraestrutura do *Campus* Marabá Rural.....91
1.10 Infraestrutura do *Campus* Santarém.....92
1.11 Infraestrutura do *Campus* Tucuruí.....92
2. ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA ATENDIMENTO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....93
3. ESTRATÉGIAS E MEIOS PARA COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....94
3.1 Telefonia Convencional Fixa e Convergência para Telefonia IP.....94
3.2 Telefonia Móvel.....95
3.3 Acesso a Internet.....95
3.4 Acesso a Internet Móvel.....96
3.5 Melhoria da infraestrutura de rede de dados dos campi e implantação da rede da reitoria.....97
3.6 Infraestrutura elétrica para os ativos de rede.....97
3.7 Portais de acesso.....98
3.8 Serviço de E-mail.....98
3.9 Quiosques Eletrônicos de Informação.....98

3.10 *Outdoor* Multimídia.....98

3.11 TV e Rádio IFPA.....99

3.12 Plano de Marketing Institucional.....99

PARTE V- ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

1. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....100

1.1 Origem dos Recursos e Planejamento Orçamentário e financeiro do IFPA.....100

PARTE VI – AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO IFPA

1. PROJETO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO IFPA.....104

1.1 Princípios norteadores.....104

1.2 Objetivos.....105

1.3 Metodologia.....106

1.4 Eixos estruturantes.....106

2. FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA, TÉCNICA E ADMINISTRATIVA.....106

3. UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES.....107

LISTA DE SIGLAS

APL: Arranjos Produtivos Locais

CAFE: Comunidade Acadêmica Federada

CCT: Convênio de Cooperação Técnica

CEFET-PA: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará

CEPEX: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CFR: Casas Familiares Rurais

CONIF: Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

CPA: Comissão Própria de Avaliação

DAC: Departamento de Aviação Civil

DAPPI: Departamento de Acompanhamento de Programas e Projetos Institucionais

DCE: Diretório dos Centros Estudantis

DCI: Diretrizes Curriculares Internas

DCN: Diretrizes Curriculares

DETRAN: Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Pará

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

DIGEP: Diretoria de Gestão de Pessoas

DMI: Diretoria de Marketing Institucional do IFPA

DTIC: Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

EAD: Educação à Distancia

EAFC-PA: Escola Agrotécnica Federal de Castanhal

EAFMB: Escola Agrotécnica Federal de Marabá

EFA: Escolas Famílias Agrícolas

EIA: Estudo de Impacto Ambiental

EJA: Educação de Jovens e Adultos

EM: Ensino Médio

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio

EPT: Educação Profissional Tecnológica

ETFPA: Escola Técnica Federal do Pará

FAO: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

GPL: *General Public License* (Licença Pública Geral)

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICP-edu: Insfraestrutura de Chaves Pública para a Educação

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IF´s: Institutos Federais

IFPA: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC: Ministério da Educação

METROBEL: Rede Metropolitana de Belém

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

NAPNE: Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

NEAB: Núcleo de Estudo Afro Brasileiro

NIT: Núcleos de Inovação Tecnológica

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PAMA-BE: Parque de Material Aeronáutico de Belém

PAR: Plano de Ações Articuladas

PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional

PDTIC: Plano de Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (PDTIC)

PIB: Produto Interno Bruto

PLANTEQ: Plano Territorial de Qualificação

PNE's: Pessoas com Necessidades Especiais

PNQ: Plano Nacional de Qualificação

PNRA: Plano Nacional de Reforma Agrária

PPC: Projeto Pedagógico de Curso

PPI: Projeto Político Pedagógico Institucional

PPP: Projeto Político Pedagógico

PQI: Plano de Qualificação

PROAD: Pró-reitoria de Administração

PRODIN: Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional

PROEN: Pró-reitoria de Ensino

PROEXT: Pró-reitoria de Extensão

PRONERA: Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária

PROPP: Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação

RFEPT: Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

RFID: *Radio Frequency Identification* (Identificação por Radiofreqüência)

RIMA: Relatório de Impacto Ambiental

RM: Região Metropolitana

RNP: Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

SCA: Sistema de Controle Acadêmico

SEDUC: Secretaria de Estado de Educação do Pará

SEF: Sistema Escola-Fazenda

SETEPS: Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social

SIEP: Sistema de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SEIR: Secretaria de Estado de Integração Regional

SIMEC: Sistema Integrado de Planejamento Orçamento e Finanças

SINAES: Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

SISTec: Sistema de Informação e Supervisão da Educação Profissional e Tecnológica

TAC: Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso

TECNEP: Programa Nacional de Educação, Tecnologia e Profissionalização

UAB: Universidade Aberta do Brasil

UEPA: Universidade Estadual do Pará

UFPA: Universidade Federal do Pará

UHE: Usina Hidrelétrica

UNAMA: Universidade da Amazônia

UNDIME-PA: União dos Dirigentes Municipal de Educação do Pará

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UTI: Unidade de Terapia Intensiva

VOIP: Voz Sobre IP

VPN: *Virtual Private Network* (Rede Privada Virtual)

INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia criados com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 nascem como um dos pilares do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Refletem as políticas de expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com a cooperação entre Estados e Municípios objetivando ampliar a oferta de cursos técnicos de forma a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Segundo o documento sobre as concepções e diretrizes[1] dos Institutos Federais (IF), estes, surgem com a orientação das premissas de articulação e integração entre a ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Assim sendo, a Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica, através dos Institutos Federais (IF) afirma-se como política publica que abrange a Educação básica, superior e profissional e, portanto com responsabilidades de excelência nos serviços que oferecem, de forma a atender os princípios do serviço público, dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Neste contexto, a figura do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) surge como documento obrigatório juntamente com o Estatuto para a criação dos Institutos Federais (a Lei 11.892/08, Art. 14).

O PDI adquire importância no contexto do Ensino Superior no Brasil, com o Decreto 3.860, de 9 de julho de 2001, regulamentando a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 9º, VI, VIII e IX, que trata da questão de credenciamento e avaliação do Ensino Superior. O referido decreto introduz o PDI como um dos elementos para o credenciamento das Instituições de Ensino Superior (IES) (artigos. 11 e 14) e um dos 11 critérios de avaliação institucional.

Em 2004 a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) destaca a figura do PDI em seu art. 3º, com importância no processo avaliativo das IES.

[1] Ministério da Educação. Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Junho de 2008

Segundo a análise realizada por SEGENREICH, 2005, o SINAES surge com o propósito de articular duas concepções de avaliação institucional que cercam a discussão do processo de avaliação do ensino superior no Brasil à concepção reguladora e formativa de avaliação. Neste quadro, a figura do PDI como produção coletiva é fundamental para garantir os princípios da avaliação formativa, transformadora sem desconsiderar a função reguladora do Estado.

O Plano de Desenvolvimento Institucional é o instrumento de gestão que irá expressar livremente o Plano de trabalho de uma gestão referendado pela Missão, Visão de futuro e Análise de ambientes construído de forma participativa, bem como implantar um processo sistemático de acompanhamento e avaliação das ações institucionais para o cumprimento de suas metas.

O IFPA, na sua criação, atendendo aos dispositivos legais em maio de 2009 inicia a construção de seu PDI constituindo Comissão de elaboração do Planejamento Estratégico e PDI do IFPA, Portaria nº 643/09-GAB. 05/05/2009, a qual teve como objetivos a elaboração do documento garantindo sua legitimidade através de seu caráter participativo e fundamentado em conhecimentos técnicos científicos.

A metodologia utilizada foi a divisão de grupos de trabalhos (GT), pesquisa documental, entrevistas, audiência pública e oficinas de capacitação e trabalho. As atividades foram realizadas em etapas as quais caracterizaram-se no nivelamento dos membro da comissão sobre o PDI, na coleta de dados, garantindo a participação da comunidade e na formatação final do documento.

As audiências públicas marcaram momentos importantes do processo, garantindo a participação da comunidade. O desafio maior da comissão na elaboração do documento foi garantir sua legitimidade buscando a participação dos diferentes e diversos segmentos da comunidade, integrando os 11 campi e unidades da gestão acadêmica.

No site do IFPA, foi disponibilizado um questionário onde a comunidade externa e interna pudessem colocar suas atuais impressões sobre o Instituto e contribuir com sugestões e orientações para o planejamento das ações que deveríamos desenvolver.

Ocorreram também as audiências públicas, em que foi possível discutir as idéias que fundamentaram a visão e a missão do Instituto.

Essas atividades sustentam o texto criado, na audiência pública, com a missão e a visão do IFPA. Elas nos trouxeram um material muito rico, que passaremos a descrever a seguir.

Para melhor entendimento, esclarecemos que utilizamos os seguintes critérios para análise. Os pontos que obtiveram índices iguais ou maiores que 50% foram considerados como pontos fracos,

que precisam ser objeto de maior atenção; os pontos que obtiveram índices maiores que 51% foram considerados fortes, que devem ser mantidos ou aperfeiçoados.

Os quarenta e oito pontos da pesquisa revelaram que 13 são considerados como pontos positivos, entre eles destacam-se a localização dos campi e os cursos ofertados. No que se refere aos pontos negativos, percebe-se que os ligados à pesquisa e extensão são os considerados pela comunidade como os de maior necessidade de melhorias: investimento em pesquisa, projetos de atuação na comunidade, bolsas para pesquisa, ações culturais e esportivas, realização de eventos científicos. Foram considerados também que precisam ser melhor divulgados: o planejamento das atividades dos campi para a sociedade; a troca de informações entre setores, áreas, pró-reitorias, campi; o plano de carreira, cargos e salários. Quanto à infra-estrutura as áreas de utilização dos alunos foram consideradas como de prioridade para melhorias, em especial banheiros, salas de aula e laboratórios.

O produto final na construção deste PDI reflete com relatividade a realidade do Instituto, considerando a dinamicidade da organização educacional, onde o vir a ser é constante.

O presente documento é um marco na conquista de um novo paradigma de gestão, onde a unidade de visão de futuro, a atenção à Missão Institucional e aos objetivos e Metas Estratégicos deverão ser referenciais na avaliação institucional.

PARTE I – PERFIL INSTITUCIONAL

1. HISTÓRICO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos e as suas práticas pedagógicas.

O instituto foi criado pelo Art. 5°, inciso XX, da Lei n° 11.892, de 29/12/2008 pela integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET) e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá (EAFC/EAFMB); as quais atuam na rede federal de educação profissional há cem anos, com exceção da EAFMB, criada em 2008. Diante desta integração, torna-se necessário apresentar a trajetória de cada uma destas instituições supracitadas com o intuito de consubstanciar a base fundamental de origem do IFPA.

1.1 Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA), antiga Escola Técnica Federal do Pará (ETFPA), em sua trajetória de um século, representa o sucesso de uma Instituição de Educação Profissional que buscou consolidar seu lugar na comunidade. Em seu início voltou-se para responder à necessidade da formação de aprendizes das profissões usuais da época e desenvolveu-se pelas exigências crescentes da sociedade, constituindo-se posteriormente em um dos mais importantes e conceituados estabelecimentos de formação profissionalizante do estado.

A Escola de Aprendizes Artífices do Pará, criada pelo Decreto do Presidente Nilo Peçanha em 23/09/1909, foi instalada em 1910, na Avenida Alcindo Cacela, esquina com Av. São Jerônimo (atual Governador José Malcher). À época, compreendia o ensino primário, cursos de Desenho e oficinas de Marcenaria, Funilaria, Alfaiataria, Sapataria e Ferraria. Em 1937, com a reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública, a Escola de Aprendizes Artífices passou a chamar-se Liceu Industrial do Pará e em 1942, com a aprovação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, recebeu a denominação de Escola Industrial de Belém (BASTOS, 1988).

Em 1959, a Escola Industrial de Belém transformou-se em Autarquia Federal, adquirindo autonomia didática, financeira, administrativa e técnica. A partir de 1966 passou a atuar no ensino profissional em nível de 2° grau, o atual ensino médio, com os Cursos Técnicos de Edificações e Estradas, concomitantemente com a gradativa extinção do curso ginásio-industrial. Com essa mudança, o centro passou a chamar-se Escola Industrial Federal do Pará. Em 1967, pela primeira

vez, a instituição admite a matrícula de alunos do sexo feminino. Nesse mesmo ano foram criados mais dois cursos: Agrimensura e Eletromecânica (BASTOS, 1988).

A denominação Escola Técnica Federal do Pará (ETFPA) data de 1968 e coincide com a instalação definitiva na sede, onde se situa o atual *Campus* Belém, situada na Av. Almirante Barroso, 1155, no bairro do Marco. No ano seguinte, em 1969 foi criado o curso de Saneamento; e em 1970, o curso de Eletromecânica é desdobrado em Eletrotécnica e Mecânica de Máquinas, hoje apenas Mecânica. Em 1972, foi criado Telecomunicações e, em 1973, o curso de Eletrônica. Em 1975, a Escola foi solicitada a criar os cursos de Mineração e Metalurgia, após a descoberta das jazidas minerais de Carajás e Trombetas. Em 1989, para acompanhar a informatização crescente do setor industrial, foi implantado o Curso de Processamento de Dados (BASTOS, 1988).

1.1.1 Cursos Técnicos (Especiais)

A partir de 1995, a Escola passou a atuar em regime anual, sendo reservado o período diurno para o atendimento de alunos egressos do 1° grau em Cursos Regulares e o noturno, para os Cursos Técnicos Especiais, com duração de dois anos, proporcionando a complementação profissionalizante a alunos com o 2° grau concluído. No mesmo ano, foram implantados os Cursos Técnicos Especiais de Edificações, Eletrotécnica, Mecânica, Metalurgia, Processamento de Dados e Curso Técnico de Trânsito, este último em convênio com o Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN), iniciando no segundo semestre de 1996.

1.1.2 Cursos Técnicos (Pós-Médio)

A partir de 1998, em consonância com o preconizado no Decreto n° 2.208/97 e na Portaria n° 646/97, implantaram-se cursos técnicos na modalidade pós-médio nas áreas de Química, Radiologia Médica, Registro de Saúde, Pesca e Turismo a fim de atender à necessidade da formação de recursos humanos na área tecnológica.

1.1.3 Interiorização do Ensino Técnico

Em consonância com o desenvolvimento da Região e o surgimento de novos pólos de expansão no interior do Estado, o CEFET implantou em 1987, Unidades Descentralizadas de Ensino Técnico, a fim de atender às solicitações do mercado de trabalho nos municípios de Altamira (Portaria n° 155 de 12/03/87) com o Curso Técnico de Agrimensura, e, a partir de 1997, cursos de qualificação profissional na área agro-industrial (Ensino Fundamental) e Marabá (Portaria n° 156 de

12/03/87) com o Curso de Edificações. Atualmente ministram-se, também, Cursos de Educação Profissional, em Nível Básico (BASTOS, 1988).

Em 1995 foi implantada a Unidade de Ensino Descentralizada de Tucuruí (Portaria nº 1.769 de 21/12/94) com os cursos de Eletrotécnica, Saneamento e Processamento de Dados.

1.1.4 Ensino Pós-Técnico (Atualização e Especialização)

Em 1980, em convênio com o Parque de Material Aeronáutico de Belém (PAMA-BE), iniciou um Curso Pós-Técnico de Manutenção de Aeronaves. Com a evolução da experiência, o Departamento de Aviação Civil (DAC) criou a primeira Escola de Mecânicos Civis de Aeronaves, em convênio com o CEFET-PA.

A experiência estendeu-se ao Curso de Eletrônica, e, em 1991, formou-se a primeira turma de alunos de Manutenção de Aeronaves, na modalidade Eletrônica. Vale salientar a excelente absorção, pelo mercado de aviação civil, dos técnicos oriundos desse convênio, demonstrando a visão pioneira do CEFET-PA, no atendimento às necessidades regionais.

1.1.5 Cursos de Extensão

Cursos de Lapidação e Artesanato Mineral foram implantados, em 1990, no CEFET-PA, em decorrência de convênio firmado com a Paraminérios, órgão da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, para formar mão-de-obra especializada, a fim de atender às necessidades emergentes do mercado de trabalho, em decorrência da implantação de polo mineral na Região.

Em 1991, intensificou-se a oferta de cursos profissionalizantes de curta duração, objetivando atender a demanda do sistema produtivo e a necessidade de aperfeiçoamento e atualização profissional de jovens, adultos e trabalhadores decorrentes dos novos perfis profissionalizantes. A partir de 1997, ofereceu-se à comunidade paraense cerca de 75 cursos de educação profissional, em nível básico, nos diversos setores da economia. Esses cursos são ministrados em Belém e em vários municípios do Estado do Pará, atendendo uma média de 3.500 participantes/ano.

1.1.6 Cursos Superiores

Em 1988/1989, em parceria com o CEFET-MG, a ETFPA realizou o "Curso Emergencial de Licenciatura Plena para Graduação de Professores da Parte Especial do Currículo de Ensino do 2° Grau"− Esquema I − que habilitou 31 professores da então ETFPA, na área pedagógica para o exercício do Magistério de 2° Grau. Ao longo de mais de 10 anos, o CEFET-PA acompanha e avalia

estágio de estudantes de Cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Pará (UFPA), da Universidade Estadual do Pará (UEPA) e da Universidade da Amazônia (UNAMA).

Em 1997, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Pará e com a Universidade Estadual do Pará (UEPA), foi realizado no CEFET-PA o Curso de Especialização em Informática Educativa; objetivando a capacitação de docentes para atuar no Projeto PROINFO da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC). Coube ao CEFET-PA, neste convênio, a responsabilidade de cessão de salas de aula, de laboratórios, softwares, manutenção dos sistemas e da biblioteca. Foram especializados 70 professores nesta área.

Ainda 1997, por meio do decreto nº 2.208/97, foi instituída pelo Ministério da Educação (MEC), a verticalização da educação profissional, em níveis básico, técnico e tecnológico. Desta forma, por intermédio do Decreto S/Nº datado de 18 de janeiro de 1999, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, a antiga ETFPA foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA), com a finalidade de atuar no Ensino Médio nos vários níveis e modalidades da educação profissional e da educação superior, bem como desenvolver a pesquisa tecnológica, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos de educação continuada.

A partir de março de 2000, o CEFET-PA, amparado pelo Decreto Federal nº 2.406, de 27 de novembro de 1997, assumiu um novo desafio: a implantação de cursos superiores de tecnologia. Baseado no compromisso de atender a demanda regional, subsequente a um grande contingente de professores leigos, com escolarização em nível fundamental ou médio, sem a devida habilitação do Magistério, passa a ofertar os Cursos de Licenciatura. Tais cursos concentraram-se nas Ciências e suas Tecnologias, atendendo às mudanças propostas pela reforma do ensino, e foram ofertados em Belém e nos municípios de Parauapebas, Tucuruí, Santarém e Redenção.

A proposta pedagógica do CEFET-PA, para os Cursos de Licenciatura, pautou-se no fortalecimento efetivo da profissionalização do educador por meio de um eixo comum, representado pelo desenvolvimento de competências básicas que abrangem a especificidade do trabalho do professor. Após a conclusão do Curso Normal Superior, o professor estará habilitado a ministrar aulas no Ensino Fundamental e na Educação Infantil e no término dos Cursos de Licenciatura, estará apto a ministrar aulas no Ensino Fundamental e Médio.

Em setembro de 2000, o CEFET-PA, amparado pelo Decreto Federal nº 2406/1997, passou a ofertar Cursos Superiores de Tecnologia em Belém e depois nas unidades do interior. Atualmente são ofertados sete destes cursos de graduação. Em dezembro de 2004, foi implantado o Núcleo de

Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (PNE), objetivando desenvolver o Programa Nacional de Educação, Tecnologia e Profissionalização (TECNEP) para PNE no CEFET-PA.

Diante de todo o exposto, pode-se dizer que o CEFET-PA sempre esteve comprometido com as necessidades e exigências políticas, sócio-econômicas, culturais e tecnológicas do Estado, num processo de integração permanente com o sistema de produção e com a sociedade, na consolidação da identidade e do desenvolvimento regional, assumindo, portanto, um papel de referência educacional, científica e tecnológica no estado e na região.

1.2 Escola Agrotécnica Federal de Castanhal

A Escola Agrotécnica Federal de Castanhal (EAFC-PA) tem suas origens nas políticas que foram adotadas no Brasil durante o período, denominado por alguns historiadores, de república velha ou primeira república, quando foram fundados no Brasil 20 Patronatos Agrícolas. Essas instituições tinham como objetivo minimizar um problema que estava se formando nos centros urbanos: a infância abandonada e aqueles que tinham dificuldade em ser mantidos por seus familiares. Parte da infância que se encontrava pela rua, os órfãos, os que eram tomados pelas forças de segurança e aqueles que seus responsáveis declaravam sem recursos para mantê-los ou por serem considerados de difícil controle seriam encaminhados para estas instituições.

No Pará, o Patronato Agrícola Manoel Barata foi fundado no primeiro dia de dezembro de1921 pelo Decreto nº 15.149, na Ilha de Caratateua – Outeiro, município de Belém. A localização dessa instituição tinha o objetivo de cumprir o objetivo principal deste estabelecimento de ensino, ou seja, um local distante dos centros urbanos a fim de que os menores ficassem em regime de reclusão para que com as práticas do trabalho no campo e a formação moral pudessem se readaptar ao convívio social. A instituição recebeu o nome de Manoel Barata, em homenagem a um dos homens ilustres da época, político, abolicionista e republicano Manoel de Mello Cardoso Barata.

Desde a sua criação, há 87 anos, a EAFC-PA passou por muitas modificações, entre estas é necessário destacar que nas décadas de 1930 a 1960, a instituição foi Escola de Iniciação Agrícola, Escola de Mestria Agrícola e Ginásio Agrícola Manoel Barata. Foi nesse período que a escola deixou o caráter de formação correcional e passou a oferecer um ensino voltado para a qualificação de mão-de-obra, formando Operários Agrícolas e Mestres Agrícolas.

Na década de 1970, o Colégio Agrícola Manoel Barata mudou-se definitivamente para Castanhal, autorizado pelo Decreto nº 70.688, de 8 de junho de 1972. Nesse período a formação

tecnicista foi acentuada na Escola, com a adoção da metodologia do Sistema Escola-Fazenda (SEF), onde o princípio curricular era “Aprender a fazer e fazer para aprender”.

A mudança para Castanhal possibilitou que o espaço escolar do Colégio Agrícola fosse reestruturado para que pudesse se adequar ao modelo estabelecido pelo SEF. Importante ressaltar que esse foi o período da ditadura militar no Brasil e a educação, principalmente profissional, foi financiada com recursos dos acordos internacionais; e um dos países que investiram na educação brasileira nesse período foram os Estados Unidos, com objetivo de consolidar o modelo capitalista.

Precisamente em 04/09/1979, pelo Decreto Nº 83.935, houve alteração da denominação para Escola Agrotécnica Federal de Castanhal-Pa, este nome consolidou o ensino técnico na instituição, pois a mesma deixou de atender o ensino colegial e ginasial, passando a formar técnicos de nível médio em agropecuária, de acordo com as prescrições da Lei nº 5.692/71 e o Parecer nº 45/72.

Na década de 1990, a Escola modificou o currículo e ampliou a oferta de cursos em função das modificações estabelecidas pela Reforma da Educação Profissional, desta forma a EAFC-PA passou a ofertar além do curso Técnico em Agropecuária com habilitação em zootecnia e agricultura, cursos na Área de Agroindústria, na área de Informática e Pós-Técnico em Manejo Florestal (atualmente curso de nível médio com a nomenclatura de Técnico em Florestas).

A EAFC-PA valoriza, além dos conhecimentos técnicos, a formação integral do homem e da mulher, materializada nas propostas curriculares dos projetos: Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), para filhos e filhas de assentados rurais apoiado pelo Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA); Projeto Saberes da Terra na Amazônia Paraense em parceria com o Fórum Paraense de Educação do Campo, UFPA, União dos Dirigentes Municipal de Educação do Pará (UNDIME-PA); na qualificação profissional de agricultores familiares e pescadores artesanais, apoiado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e na implantação do Currículo Integrado de Técnico em Agropecuária envolvendo o conjunto de servidores da Escola Agrotécnica em sua execução.

No âmbito das políticas educacionais, a publicação do Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004 (BRASIL, 2004a) revogou o Decreto 2.208/97 (BRASIL, 1997) e resgatou na EAFC-PA o ensino médio integrado à educação profissional. A construção do Currículo integrado desenvolveu-se na EAFC-PA com base nos Pilares da Educação, elaborados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a saber: aprender a aprender, aprender a saber, aprender a viver com os outros, aprender a ser, e aprender a empreender.

O itinerário formativo dos cursos da EAFC-PA é orientado por um grande eixo integrador: "Desenvolvimento sustentável com base na politécnica e valorização dos saberes dos sujeitos sociais do meio agropecuário e extrativista na Amazônia" e seus eixos temáticos: a) Identidade, gênero, raça e etnia; b) Sistema de produção, cultura e trabalho; c) Economia, gestão e organização sócio-espacial; d) Meio ambiente; e) Poder, políticas públicas e território.

No âmbito da organização dos espaços escolares, vários projetos educativos são desenvolvidos, entre eles "A construção de uma pedagogia inclusiva no ensino profissionalizante"; "Ações para a educação das relações étnico-raciais"; "Projeto Solidariedade"; e a oferta de bolsas de iniciação científica para estudantes na modalidade de produção e pesquisa e monitoria.

1.3 A Escola Agrotécnica Federal de Marabá

A Escola Agrotécnica Federal de Marabá (EAFMB) teve sua origem na mobilização e organização da luta camponesa por reforma agrária e pela constituição de condições favoráveis ao desenvolvimento e sustentabilidade da produção familiar no sul e sudeste paraense. Essa luta tem como conquista mais visível a instituição de aproximadamente 500 projetos de Assentamentos da Reforma Agrária para atender 80.000 famílias. Dessa forma, a Agrotécnica de Marabá surgiu, também, como uma forma de contribuir com o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), especialmente no tocante à formação de profissionais, geração e difusão de conhecimentos para atender a demanda da Agricultura Familiar e Comunitária.

A luta pela terra envolveu, sempre, demandas por políticas públicas de apoio à produção e de garantia dos direitos de cidadania, dentre eles, o direito à educação básica e técnico-profissionalizante das famílias camponesas. Por isso, a constituição da primeira escola federal tendo como referência metodológica a Pedagogia da Alternância representa uma tentativa de assegurar o direito à escola aos povos do campo e que atenda suas demandas e considere seus saberes e cultura no processo formativo. Além da construção de prédios, ampliação de vagas, ofertas de cursos em diversos níveis e valorização docente, o desafio é o de construir uma proposta pedagógica e curricular que atenda os princípios e perspectivas da educação do campo.

Uma das temáticas recorrentes da educação demandada pelos povos do campo se refere aos elementos técnicos profissionalizantes da agropecuária regional. Essa aposta, na educação profissional e tecnológica das famílias camponesas, parte da crítica do modelo tecnológico da chamada 'Revolução Verde', ou seja, da homogeneização extrema dos agroecossistemas locais, buscando uma vertente artificial por meio de insumos químicos, mecânicos e genéticos de origem industrial. Essa crítica fundamenta-se em aspectos sociais, mais expressamente na concentração de

terra e renda, que esse modelo significa como base da história de expulsão e migração de outras regiões que a maioria das famílias aqui estabelecidas tinha vivenciado. Ao mesmo tempo, fundamenta-se em aspectos ecológicos, reconhecendo os danos ambientais que a aplicação desse modelo representa para a Amazônia, com destaque para os desmatamentos.

Nesse sentido, as experiências de educação profissional e tecnológica desenvolvidas no sul e sudeste do Pará tiveram como meta a sua inserção numa luta maior do campesinato por terra e condições de se estabilizar, bem como a perspectiva de suprir lacunas e promover um diálogo de saberes entre a academia e os conhecimentos populares que permitam a conformação de sistemas produtivos mais sustentáveis.

A política educacional da EAFMB também reconhece que no sul e sudeste paraense o território tem sido desigualmente disputado nas suas diversas dimensões, constituindo, no campo, enfrentamentos entre duas perspectivas de desenvolvimento. De um lado, a agricultura familiar e camponesa e, de outro, o agronegócio. Este último, caracterizado pelo latifúndio, a monocultura (soja e eucalipto) e a pecuária, procura veicular uma imagem modernizada da agricultura capitalista, contudo, tem sido marcante seu caráter predador dos recursos naturais e de exploração de mão-de-obra, inclusive com a prática do trabalho escravo.

Desta forma, a EAFMB percebeu sua prática inserida num contexto de conflitos entre perspectivas e políticas de desenvolvimento e assumiu papel de contribuir para a territorialização da produção e das políticas públicas da Agricultura Familiar, bem como de outros povos do campo, como indígenas, ribeirinhos, quilombolas etc., também confrontados, nos seus modos de existência, pelos grandes projetos presentes na região. Dentro dessa perspectiva, a escola se constituiu como um mecanismo de política pública educacional para contemplar as demandas, a diversidade e as especificidades desses povos do campo, inclusive na especificidade dos cursos e currículos.

2. INSERÇÃO REGIONAL DO IFPA

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica transforma o CEFET-PA, EAFC-PA e EAFMB em Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia a partir de uma lógica desenvolvimentista do atual governo, levando em consideração o potencial inerente às suas instituições de origem e às demandas do contexto paraense.

O Pará, unidade da federação onde atua o IFPA, é um Estado integrante da Região Amazônica, e, portanto, detentor da sua diversidade, em seus aspectos geográficos, sociais, culturais e econômicos. Segundo a forma de divisão espacial adotada pelo IFPA, proposta pela Secretaria de Estado de

Integração Regional (SEIR), conta com 12 regiões de integração (Região Metropolitana; Região do Guamá; Região dos Caetés; Região do Capim; Região do Lago de Tucuruí; Região do Xingu; Região de Carajás; Região do Araguaia; Região do Baixo Amazonas; Região do Tapajós; Região do Tocantins; e Região do Marajó) nas quais estão localizados os 143 municípios, distribuídos em uma área de 1.247.689,515 Km².

Com uma população estimada em 6.192.307 habitantes (IBGE, 2000), cerca de 33.000, o equivalente a 4%, residem no meio rural (IBGE, 2006). No entanto, ao excluir destes dados a capital e a região metropolitana, este percentual supera os 50%. Dentro dessa lógica de densidade rural, a grande maioria dos municípios do estado possui sua base econômica na Agropecuária e no Extrativismo. Assim, a Agropecuária ocupa um lugar de destaque no produto interno bruto (PIB) do Estado, de aproximadamente 39 milhões de reais (IBGE, 2005), sendo responsável por 8,1% do total de riquezas geradas no Pará. No entanto, os principais produtos de exportação do Pará são da categoria de produtos naturais não renováveis, nominalmente nesta ordem: 1º Minério de ferro (31,1%), 2º Alumínio (22%) e 3º Madeira (13,5%). Isto indica que o IFPA tem como grande desafio investir em ações de ensino, pesquisa e extensão que priorizem o desenvolvimento de arranjos produtivos, sociais e culturais em prol da sustentabilidade da Amazônia**.**

A riqueza mineral e vegetal vem atraindo investimentos em vários eixos de desenvolvimento no Estado do Pará, permitindo a instalação de uma série de empresas e oportunizando a oferta de empregos nos diferentes setores da economia.

Dados de uma pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), realizada em 2003, apontam para a existência de 251.356 famílias de agricultores, representando 46% do total de famílias na região Norte. Somente na região sudeste do Estado existem cerca de 498 assentamentos de reforma agrária com aproximadamente 80 mil famílias assentadas, portanto, esta realidade não pode estar dissociada das estratégias ensino, pesquisa e extensão do Instituto.

Os dados do Censo Demográfico (2000) indicam que 29,8% da população brasileira do campo com 15 anos ou mais é analfabeta, um percentual muito superior aos 10,3% da área urbana. Quando consideram isoladamente, esses dados se agravam nas regiões Norte e Nordeste. O índice de jovens não alfabetizados no Pará, na faixa etária de 15 a 24 anos, é superior à média nacional e da região Norte, cuja concentração mais elevada está entre os homens (UNESCO, 2004). A pesquisa da UNESCO não contemplou dados da zona rural dos estados da região Norte, com exceção do Tocantins,

o que mais uma vez mantém a juventude nortista "invisível", entretanto, a UNESCO assevera que é na zona rural de todas as regiões que a (des) escolarização se apresenta mais comprometida.

O Perfil da Educação do Campo na Região Norte (MDA, 2005) revela que o estado tem um índice de distorção série-idade no ensino fundamental superior ao do país, sendo que o Pará detém o 2º pior índice da região: 61,2%. Os dados revelam que a taxa de reprovação na 1ª série é altíssima, sobretudo no meio rural.

Os índices referentes ao Ensino Médio (EM) são esclarecedores quanto à juventude do campo no país. Considerando-se os dados da faixa etária de 15 a 17 anos, apenas 12,9% ingressaram nesse nível de ensino. Na região Norte, de um contingente de 929.456 jovens nessa faixa etária, apenas 6.684 estão no EM, ou seja, menos de 1%, o que evidencia a urgência de investimentos na escolarização de jovens do campo em nível de ensino fundamental e médio.

A partir dessa conjuntura, percebe-se a relevância do papel do IFPA no contexto paraense, sendo a única instituição de ensino da rede federal de educação profissional e tecnológica. Seu comprometimento com a cidadania, com o desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Estado por meio da produção, inovação e difusão cientifica e tecnológica fundamenta sua atuação no desenvolvimento do Estado.

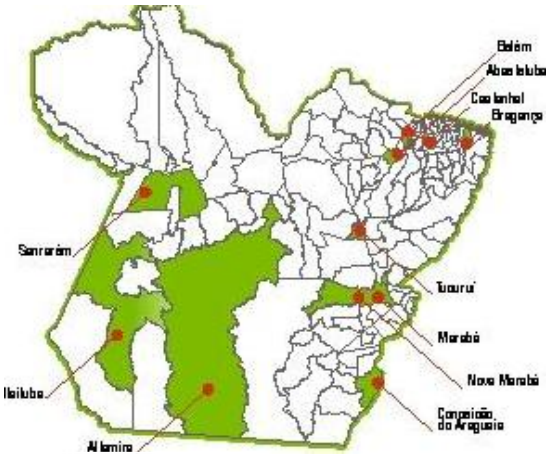
O desafio encontra-se na **busca de integração dos diferentes paradigmas que a Educação profissional e tecnológica** comporta, quando se propõe a atender a formação do homem integral para o mundo do trabalho e as necessidades do mercado de trabalho e produção; na **abrangência territorial** do estado do Pará considerando seu tamanho e diversidade econômica, cultural e social. A **construção de uma cultura acadêmica científica** também representa um desafio significativo, uma vez que ocasionará o repensar da estrutura e processos organizacionais. Juntos, tais desafios constituem-se em importantes mudanças no clima e comportamento organizacional que estrategicamente deverão ser mediadas pelas políticas de valorização do servidor e inovações na gestão.

2.1 Abrangência do IFPA

A dimensão territorial do Pará será atendida pelos 11 campi distribuídos estrategicamente em uma extensão de 1.247.689,515 km², maior que muitos países da Europa. Na expectativa de contemplar as reais necessidades do Estado e considerando-se que a constatação de que as regionalizações estabelecidas pelo instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) − Mesorregião e Microrregião − não mais refletiam a realidade estadual, adotou-se neste plano a nova proposta de regionalização do Estado, elaborada pela Secretaria de Estado de Integração Regional (SEIR).

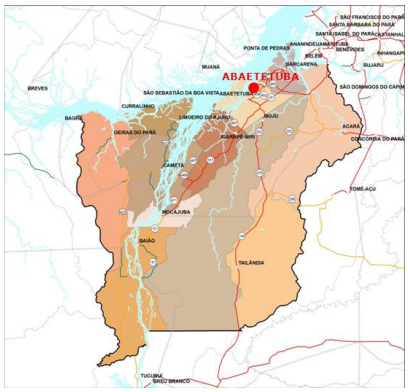
A SEIR ponderou, entre outros critérios, as características de concentração populacional, acessibilidade, complementaridade e interdependência econômica dos 127 municípios que compõem o Estado do Pará. Ao todo são 12 regiões de integração, conforme exposto na Figura 1. Desta forma, os campi foram identificados na área de abrangência das regiões de integração considerando suas localizações e relações sociais no espaço e tempo.

FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS CAMPI DO IFPA NO ESTADO DO PARÁ



Fonte: DMI, 2009.

2.1.1 Campus Abaetetuba



Formada pelos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Mirí, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia, a Região de Tocantins é cortada pelo Rio Tocantins e recebe acentuada influência de Belém em virtude da proximidade com a cidade. Historicamente, sua colonização deu-se às margens do Rio, o que construiu uma rica identidade cultural com o mesmo, seja como provedor de fonte de renda ou modal de transporte, visto que a tradição dos povos ribeirinhos tem a embarcação fluvial como o principal meio de transporte e a pesca como atividade econômica e de sobrevivência.

Além disso, as extensas áreas de várzea são propícias à exploração dos açaizais nativos na região, portanto, a ocupação predominante de seus moradores envolve as atividades extrativistas e a agricultura (fruticultura, além da lavoura de subsistência do milho, da mandioca e do arroz). No extrativismo, cabe-se relacionar a pesca, a caça de animais silvestres e a extração de resinas, essências e congêneres de natureza vegetal e principalmente a extração do açaí (ABRAHIM, REYMÃO, BOULHOSA, 2006; ABRAHIM, BOULHOSA; MONTEIRO; SASTRE, 2008).

A cidade pólo, Barcarena, sofre um intenso fluxo migratório, atraído pelo porto de Vila do Conde, o maior do Estado para movimentação de contêineres, cujas principais cargas são minérios (bauxita) coque, alumínio, óleos combustíveis e madeira. Entre 2001 e 2004 o porto teve um incremento de 51% na movimentação de cargas. Outro atrativo do fluxo migratório é a presença significativa de indústrias e grandes projetos, como a Albrás-Alunorte, que concentram os postos de trabalho formal, porém não correspondem à expectativa gerada pelos imigrantes, contribuindo para a formação de bolsões de miséria em seu entorno. Como reflexo ainda da instalação desses projetos, o PIB da região encontra-se entre os dois melhores do Estado, atrás da região Metropolitana. Quando se considera o PIB *per capita*, obtêm-se o quarto lugar, contudo, em descompasso com tais indicadores, o município Tailândia apresenta a maior incidência de violência do estado.

O município de Abaetetuba possui uma área territorial de 1.607 km^2 e população de 136.336 mil habitantes (IBGE, 2006), com 59% residindo na área urbana e 41% na área rural. Apesar da tradição rural da região, já existem áreas com grave problema de desmatamento, a exemplo do que se identifica no percurso da BR 422.

A infra-estrutura básica não atende 100% dos municípios, pois o abastecimento de água atinge 51% dos domicílios urbanos e apenas 9% dos rurais; e o fornecimento de energia elétrica atinge apenas 52% dos habitantes da região (SEIR, 2009). A situação da região no âmbito educacional também necessita de incrementos, pois a taxa de analfabetismo é de 20% das pessoas acima dos 10 anos. Adicionalmente, a evasão no ensino fundamental é de 14% e de 12% no ensino médio (SEIR, 2009).

Nesse sentido, as condições atuais de desenvolvimento da região de Tocantins demandam ações para reverter o quadro de baixo dinamismo da economia, que repercute em uma baixa qualidade de vida de sua população. Destarte, faz-se necessário formular propostas para reverter tal situação. Nessa perspectiva, o Campus Abaetetuba, localizado inicialmente em prédio doado pelo Governo do Estado, pertencente à antiga Escola de Trabalho e Produção de Abaetetuba, hoje está situado na Rua Rio de Janeiro, 3322, próximo ao Rio Jarumã, no bairro Francilândia, apresenta na sua área de influência 10 municípios que compõem esta região, com exceção de Acará, atendido pelo Campus Castanhal.

2.1.2 Campus Altamira

A região de Xingu tem população de aproximadamente 320.000 habitantes, com densidade populacional de apenas 1,20 hab/km², distribuídos nos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá,

Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. A baixa densidade populacional dá-se em virtude da grande extensão de florestas principalmente em Altamira, com 161.445,9 km², sendo o maior município do Brasil.

A colonização da região do Xingu foi organizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na década de 70, simultaneamente com a construção da BR 230, a Rodovia Transamazônica. Contudo, como as obras foram interrompidas, a região não dispõe de acessos pavimentados, logo, nos longos períodos de chuva a mesma fica incomunicável por malha rodoviária, dificultando a circulação de pessoas e mercadorias, corroborando com o baixo desenvolvimento industrial.

Além disso, o abastecimento de água da região situa-se nos 32% na zona urbana e 5% na zona rural; enquanto o índice de atendimento em energia elétrica é de apenas 53%. No que tange à educação, a região apresenta um índice de analfabetismo de 23%, sendo a taxa de evasão escolar no ensino fundamental de 14% e de 10% no ensino médio. Assim, a região sofre um processo de atrofia econômica e social, pois não foram feitos investimentos necessários em infra-estrutura. Somado a isso tem-se os conflitos de terras e a insegurança. Há uma alternativa de reversão desse contexto, pois o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal incluiu em seus planos a finalização da BR 320, que desencadeará um novo impulso à região que vê suas principais atividades econômicas conduzidas de modo desordenado, extensivo e com técnicas arcaicas e predatórias.

Outro elemento que pode atuar como um catalisador de desenvolvimento na região é a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Projetada com capacidade de 11.182 MW, ela será a terceira maior do mundo, após Três Gargantas, na China, e Itaipu, (entre o Brasil e Paraguai), contudo, inundará cerca de 400 km², principalmente nos municípios de Vitória do Xingu e Altamira, cidade-polo da região, cortada de norte a sul pelo Rio Xingu.

A construção da Usina Hidrelétrica (UHE) está pautada no Plano de Desenvolvimento Sustentável desta região e no Plano de Inserção Regional da Eletronorte. Todavia, o projeto enfrentou diferentes embaraços jurídicos em virtude de interesses conflitantes e atualmente passa por Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e elaboração de Relatórios de Impactos no Meio Ambiente (RIMA).

> *Os limites da Região de Integração do Xingu coincidem com os limites definidos pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável da UHE Belo Monte elaborado [por uma parceria entre a] Eletronorte e o Governo do Estado. Esse empreendimento terá enorme influência econômica e social para a região. Por outro lado, é sabido que um empreendimento desse porte atrai pessoas de vários pontos do país. Aliás, a região já sofre com a imigração de população empobrecida, em busca de emprego desde o início do ano 2000 quanto voltou a se falar da possibilidade de construção da hidrelétrica (SEIR, 2009).*

Considerando as características dos arranjos da região, identifica-se a necessidade de investir em ações que propiciem o desenvolvimento da agricultura, pecuária e atividades alinhadas com a agroindústria. Outras atividades a serem consideradas são as concernentes ao ecoturismo, tendo em vista seu potencial e por ainda ser pouco explorado.

Diante do exposto, percebe-se que o Campus Altamira, situado na Travessa Agrário Cavalcante, 349, no bairro Centro, é de fundamental importância para a região, influenciando uma área que abrange nove municípios da região de integração de Xingu, exceção de Pacajá, Placas, este último atendido pelo Campus Itaituba.

2.1.3 Campus Belém

A Região Metropolitana abrange os municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara e Belém, a capital do Pará, a segunda cidade mais populosa do Norte. Tem a maior densidade demográfica e os melhores índices de infra-estrutura econômica e social, sendo que o PIB está concentrado nos setores da indústria (31,5%), comércio e serviço (53,3%). Desses municípios, apenas em Santa Bárbara a população rural ainda é predominante (64,76%).

Conhecida também como a "Metrópole da Amazônia", Belém é cercada por água, áreas militares e de proteção ambiental e apresenta o maior IDH entre as capitais nortistas; e excluindo-se a população metropolitana, conta com cerca de 1.437.600 habitantes (IBGE, 2009). Historicamente, constituiu-se na principal via de entrada na região Norte do Brasil, devido a sua privilegiada posição geográfica que permite sua acessibilidade por vias terrestre, aérea e fluvial, visto que se encontra às margens do Rio Guamá e no extremo Norte da malha rodoviária brasileira BR-316 (Nordeste), BR-010 (Belém-Brasília) e PA-150 (Alça Viária).

A Região Metropolitana (RM) possui potencial para explorar o turismo, não só pela atração as suas paisagens naturais e apelo amazônico, mas também pelo seu patrimônio histórico e infra-estrutura propicia para abrigar a realização de megaeventos.

Nesta região concentram-se três portos: o de Belém, o de Outeiro e o de Miramar. O porto de Belém é o mais antigo da região e movimenta mais de um milhão de toneladas por ano. Entre os produtos destacam-se: madeira, pimenta do reino, castanha do Pará, palmito, peixe e camarão. O porto de Miramar, localizado à esquerda do Rio Guamá, é dedicado à movimentação de inflamáveis

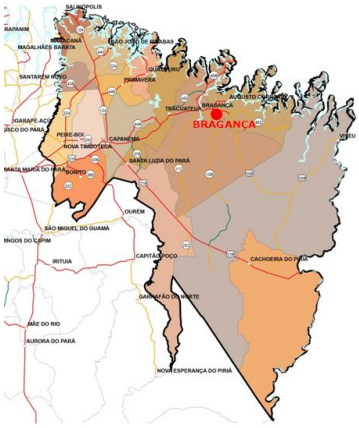
líquidos e gasosos, bem como para o abastecimento de parte do interior do Estado do Pará. O porto de Outeiro, por sua vez, está sem demanda de cargas.

A subutilização do potencial hídrico para a circulação de bens e de pessoas é evidente, sobretudo pela desorganização do trânsito e a acessibilidade à cidade-polo, Belém, o que inibe a efetiva integração entre os cinco municípios da RM. Outras deficiências da região, além do sistema de transporte, correspondem à ausência de saneamento básico, habitação, segurança pública e informalidade dos vínculos de trabalho (SEIR, 2009).

A informalidade no mercado de trabalho e a agravação dos índices de criminalidade sinalizam a urgência de ações favoráveis à geração de emprego e renda, e à inclusão de grande parte da camada da população com menor poder aquisitivo. Tais ações devem estar alinhadas à educação, pois por meio dela é possível iniciar um processo de desenvolvimento econômico e social, e consequentemente propiciar a qualidade de vida não só das pessoas beneficiadas diretamente.

Nesse sentido, o Campus Belém situado na Av. Almirante Barros, 1155, no bairro do Marco, na capital do Estado do Pará, depara-se com o contexto acima detalhado e assume o desafio de contribuir para a reversão dessa realidade. Todavia, em função da grande atração exercida pela capital do Estado, o Campus Belém não atende apenas os cinco municípios da região metropolitana, mas da região do Marajó também. Assim, o Campus Belém inclui em sua área de influência os 20 municípios, a saber: Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara, Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

2.1.4 Campus Bragança



A cidade de Bragança, situada a 210 quilômetros de Belém, é uma das cidades mais antigas do Estado. Sua colonização ocorreu no século 17, às margens do Rio Caeté. Durante a construção da estrada de ferro Belém-Bragança houve um intenso fluxo migratório para toda a sua extensão, desencadeando o surgimento de uma grande área de influência em torno de Bragança, que posteriormente passou a ser considerada a cidade polo da atual Região de Caetés. Esta região integra os municípios Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Nova Timboteua, Peixe Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu.

O setor industrial é incipiente, e o agropecuário, que contribui com maior parcela do PIB da região, utiliza-se de técnicas anacrônicas. Assim, fazem-se necessárias novas bases de produção por meio do uso de tecnologias modernas fundamentadas em pesquisas voltadas para melhoria de produtividade. Em contrapartida, o turismo de lazer, de eventos e ecológico apresenta-se como uma atividade promissora para a região desde que receba investimentos em infra-estrutura e resguarde seus recursos naturais, que sofrem com contaminação e desmatamento.

No âmbito da educação, a Região de Caetés apresenta índices crescentes na taxa de abandono do ensino fundamental e médio, segundo estudos da SEIR (2009). No ensino médio a situação é mais alarmante. Portanto, percebe-se a urgência de ações que suprimam a evasão escolar.

O Campus Bragança, localizado na Av. Santos Dumont s/n, no Bairro Perpétuo Socorro, em Bragança, abrange em sua área de influência, além dos 15 municípios da Região de Caetés, anteriormente mencionados, outros quatro municípios da Região de Paragominas, a saber: Capitão Poço, Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá e Ourém.

2.1.5 Campus Castanhal

A Região do Guamá, contígua à Região Metropolitana, integra em sua área de influência os municípios de Colares, Castanhal, Curuçá, Igarapé Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santo Antônio do Tauá, Santa Isabel do Pará, Santa Maria do Pará, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá, Terra Alta e Vigia.

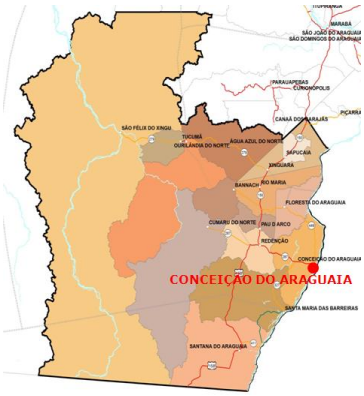
O município de Castanhal, a 65 quilômetros de Belém, está entre as cinco principais cidades do Estado e figura como uma espécie de metrópole da região Nordeste do Pará. A cidade tem posição geográfica privilegiada, pois é cortada pela rodovia federal BR-316 – a principal via de ligação entre a capital paraense e as regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, indispensável para o escoamento da produção. Além disso, está há um pouco mais de 60 quilômetros de distância do porto, aeroporto e da Alça Viária, na região metropolitana de Belém.

Apesar de sua proximidade à Região Metropolitana, a região não tem acesso integral a infra-estrutura básica, como saneamento, ampliação do fornecimento de água e energia elétrica, e investimento em saúde e educação. Nesta região, a taxa de evasão no ensino fundamental e médio atinge 10% e 12%, respectivamente. Portanto, demanda programas e políticas que objetivem à

dinamização econômica e social, sobretudo por meio da verticalização e transformação de base da produção agrícola, principal atividade econômica do Guamá (SEIR, 2009).

Partindo dessa demanda para transformação e incremento da base produtiva do Guamá, percebe-se o fundamental papel que o Campus Castanhal pode exercer na região. Localizado às margens da BR 316, Km 64, o Campus Castanhal inclui em sua área de influência, além dos 18 municípios da Região do Guamá, outros nove municípios, a saber: Aurora do Pará, Bujaru, Concórdia do Pará, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Paragominas e Tomé-Açu, da Região de Paragominas; e Acará, da região do Guamá.

2.1.6 Campus Conceição do Araguaia



A Região Conceição do Araguaia integra em sua área de influência 15 municípios, a saber: Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau d'Arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã, Xinguara. Somente em sua cidade polo, Conceição do Araguaia, há 44.095 habitantes.

As atividades econômicas principais envolvem a exploração mineral e produção pecuária, logo, sofre intenso conflito agrário e ambiental. Tais atividades atraíram fluxos migratórios de pessoas de fora do Estado do Pará, o que ocasionou a formação de uma identidade cultural diferenciada. Nesse sentido, o Campus Conceição do Araguaia, localizado no município homônimo, na Av. Araguaia, s/n, bairro Vila Cruzeiro, tem como desafio atender essa diversidade nos 15 municípios da sua região de integração.

2.1.7 Campus Itaituba

A Região de Tapajós encontra-se entre as regiões mais empobrecidas do Pará, obtendo o último lugar no PIB estadual (SEIR, 2009). Os municípios que a integram são: Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão. Itaituba, a cidade polo, localizada à margem esquerda do Rio Tapajós, apresenta uma população 24.865 habitantes, segundo o IBGE (2009). Até início da década de 90, a cidade apresentava uma economia fortemente baseada na extração de ouro no Vale do Tapajós, maior região aurífera do oeste paraense.

O desenvolvimento dessa atividade de extração provocou, além do crescimento desorganizado, um significativo aumento da pobreza em áreas periféricas, uma significativa degradação ambiental causada pelo mercúrio.

Instalado na cidade polo da Região de Tapajós, na Rodovia Transamazônica, km 01, o Campus Itaituba atende à cidade de Placas, da Região do Xingu, e todos os municípios dessa área de integração, com exceção de Aveiro, atendido pelo Campus Santarém.

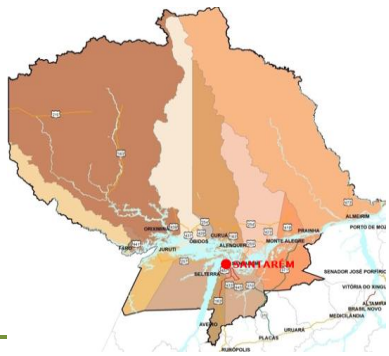
2.1.8 Campus Marabá Industrial e Campus Marabá Rural

A Região de Carajás integra o município Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Palestina do Pará, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Marabá e Parauapebas, sendo estes dois últimos, as cidades pólo em função das atividades do comércio e indústria; e exploração mineral, respectivamente.

A Região de Carajás é uma das maiores fontes de minerais do mundo, seja pela quantidade seja pela diversidade dos minérios. Contém jazidas de ferro, manganês, cobre, níquel e ouro. Diante disso, concentrou-se, nestas áreas a implementação de grandes projetos de extração da Vale, o que desencadeou uma intensa migração de pessoas e gerou um crescimento urbano desorganizado. Além disso, a região sofre com os intensos conflitos agrários.

A Região de Carajás abriga dois *campi* do IFPA, sendo o Campus Marabá Industrial e o Marabá Rural, com área de influência em 19 municípios, sendo 15 da região de Carajás, anteriormente mencionados; três da Região do Lago de Tucuruí: Itupiranga, Jacundá e Nova Ipixuna; e quatro da Região de Paragominas: Abel Figueiredo, Dom Eliseu, Rodón do Pará e Ulianópolis. O Campus Marabá Industrial situa-se na Folha 22, Quadra Especial, Lote Especial, em Nova Marabá; enquanto o Campus Marabá Rural encontra-se na Av. Amazônia, s/n, bairro Agropólis Amapá.

2.1.9 Campus Santarém



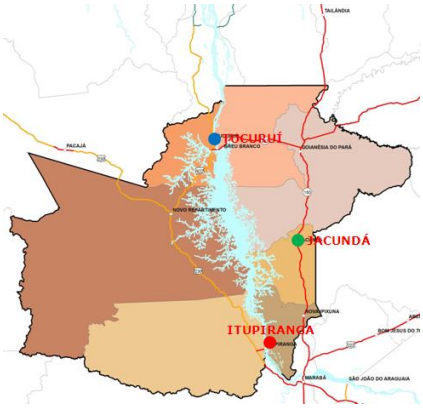
A Região do Baixo Amazonas integra os municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa. Esta região tem um forte vínculo com o rio, pois é cortada pelo Rio Amazonas em sua

confluência com o Rio Tapajós. Embora sejam da mesma área de influência, existe uma diferença fundamental entre os municípios das duas margens do rio, pois os da margem esquerda dependem unicamente da PA 154 para o seu acesso.

O turismo é uma das atividades econômicas ascendentes da região, que tem praias, lagos, cachoeiras e áreas para excursões ecológicas na mata. Além do turismo, outras atividades econômicas correspondem à exploração da madeira, borracha e castanha-do-pará; culturas de mandioca e arroz; pesca e criação de bovinos, suínos e aves. Porém, a atividade de maior destaque é a exploração da bauxita, pela Vale e pela ALCOA, e ambas necessitam de mão-de-obra qualificada, que amiúde são provenientes de outras regiões.

A importância do Campus Santarém, portanto, é validada diante deste contexto. A implantação em Santarém, não ocorre devido à mesma ser a cidade mais antiga da região, mas principalmente por incidir intensa influência sobre as demais cidades do Baixo Amazonas, pois tem um porto de intenso movimento, capaz de abrigar navios de grande calado, ligado à rodovia Santarém-Cuiabá. O Campus Santarém, localizado na Avenida Castelo Branco, 621, no bairro Santíssimo, consequentemente inclui em sua área de influência treze municípios, sendo os 12 da Região do Baixo Amazonas e Aveiro, da Região de Tapajós.

2.1.10 Campus Tucuruí



A Região Lago de Tucuruí inclui em sua área de influência os municípios de Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí, que tem sua história transformada pela construção da Usina Hidrelétrica, a qual mudou a base econômica e os hábitos e perspectivas da população. Hoje, a principal fonte de arrecadação é a geração de energia. Logo, Tucuruí é a cidade polo da região. De um modo geral, a região exporta madeira abriga indústria leiteira, desenvolve atividade de agricultura, pesca e extração de minerais.

O Campus Tucuruí, localizado na Rua Porto Colombo, 12, no bairro da Vila Permanente, abrange na sua área de influência os municípios de Tucuruí, Breu Branco, Goianésia do Pará, Novo Repartimento, da Região de Tucuruí; e Pacajá, da Região do Xingu.

2.2 Considerações sobre a Área de Abrangência do IFPA

A área de abrangência do instituto se caracteriza pela diversidade encontrada no Estado do Pará, pois sua inserção ultrapassa os limites dos municípios onde têm campus à medida que atende não

somente a população da cidade pólo, mas também os habitantes das cidades da sua respectiva região de integração. Dessa maneira, além dos 11 municípios que abrigam os campi, o IFPA atende outros 80, totalizando 91 municípios atendidos. Destarte, dos 143 municípios que compõem o Estado, o IFPa atende 91, representando 63,63% de abrangência no Pará. Considerando todos os campi e os 76 cursos ofertados em diferentes modalidades e níveis, são 15.288 alunos matriculados nos cursos regulares e de extensão e uma média anual de 900 alunos concluintes ao ano, isto é, 900 pessoas qualificadas para atender as demandas dos diferentes setores da economia. Considerando os diferentes setores, são mais de 25 mil empresas registradas, com destaque para o setor terciário.

No Estado do Pará, ao todo, são 8 mil km de estradas; dezenas de portos, dentre os quais aproximadamente 11 têm capacidade para receber navios de grande porte, sendo o porto de Belém o porto da América do Sul mais próximo da Europa, da África e da América do Norte, garantindo-lhe vantagens estratégicas para o escoamento de produtos, apesar de demandar investimentos para sua melhoria; 163 hospitais, públicos e privados, somando 8.700 leitos e 66 Unidades de Terapia Intensiva (UTI); e 7.277 escolas públicas e privadas, de ensino fundamental e médio (Plano de Curso de Engenharia de Materiais, 2007).

Diante desse quadro, o Pará apresenta boas perspectivas de crescimento no turismo, na agroindústria e na mineração (verticalizada), todas as atividades sustentadas, sobretudo no aproveitamento das riquezas naturais do Estado. Portanto, as oportunidades de negócio também estão relacionadas ao potencial dos recursos naturais disponíveis. Tais oportunidades envolvem a produção, beneficiamento e exportação de frutos nativos ou exóticos, em polpa, sucos ou *in natura*; criação e exportação de peixes e mariscos; cultivo de grãos (soja, milho, feijão) e café; criação de gado bovino e bufalino, leiteiro e de corte, inclusive com a implantação de curtumes, frigoríficos e indústrias de laticínios; extração e beneficiamento de minérios e metais bem como suas verticalizações, visto que o Pará é detentor de reservas minerais como ferro (a maior reserva mineral do mundo), alumínio, silício, cerâmica, ouro, pedras preciosas, semipreciosas; lapidação de pedras preciosas; exploração de redes hoteleiras, pousadas e roteiros turísticos; e desenvolvimento de tecnologias de industrialização. Além disso, o Pará oferece incentivos, fiscais, financeiros e de infra-estrutura para a instalação de negócios voltados à industrialização do estado e potencialização do comércio exterior (Plano de Curso de Engenharia de Materiais, 2007).

O desafio do IFPA, portanto, é integrar sem desconsiderar a diversidade entre as regiões, que têm valores culturais, potenciais, fonte de renda e base produtiva distintas, contemplando os diferentes setores da economia. No entanto, tais regiões compartilham semelhanças, sobretudo relacionadas à

urgência de absorverem melhorias e ganhar vantagens competitivas que possam balizar o desenvolvimento regional e consequentemente a qualidade de vida da população.

TABELA 1 – A ABRANGÊNCIA DO IFPA EM NÚMEROS

Indicador	Qt.
Campi	11
Municípios atendidos	91
Abrangência no Estado	63,63%
Cursos ofertados	74
Corpo docente	456
Técnicos Administrativos	358
Alunos matriculados	11.951
Alunos concluintes ao ano	900

Fonte: DIGEP; SCA, 2009.

Diante dessas diferentes realidades, outra similaridade é a fragilidade na qualificação dos paraenses, denotada pela grande incidência de pessoas de outros estados nos postos de trabalhos do Pará. Percebe-se, deste modo, o papel fundamental do IFPA na formação de cidadãos qualificados, competentes e com habilidades determinantes para o seu exercício profissional, garantindo a dignidade humana por meio do trabalho.

3. A IDENTIDADE DO IFPA

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados pela a Lei 11.892, de com as seguintes finalidades:

> *I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;*
> *II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;*
> *III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;*
> *IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;*
> *V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;*
> *VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;*
> *VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;*
> *VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;*
> *IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.*

No artigo 7º da referida Lei, constam os seguintes objetivos e metas:

> *I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;*
> *II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;*
> *III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;*
> *IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;*
> *V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e*
> *VI - ministrar em nível de educação superior:*
> *a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;*
> *b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;*
> *c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;*
> *d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e*
> *e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.*

A partir dessas finalidades e objetivos, percebe-se a essência dos IF, o que caracteriza a missão oficial dos mesmos, sem destacar as particularidades inerentes a cada instituto. No IFPA, a missão foi elaborada em um processo coletivo resultante de uma metodologia única que privilegiou a gestão participativa, tanto por meio de consultas à comunidade acadêmica e externa, à sociedade, como por meio de audiências públicas e oficinas. A resultante desse processo foi a composição da missão, da visão, dos objetivos estratégicos e dos valores compartilhados pelo IFPA.

3.1 Missão

Promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa e extensão, para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes.

3.2 Visão de Futuro

Ser uma instituição de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, garantindo a integração e diversidade dos saberes e a inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho.

3.3 Valores

Para a consecução da missão e visão do IFPA foram traçados objetivos que por sua vez estão pautados em valores, estes obtidos pela análise de conteúdo dos depoimentos e manifestações na consulta pública e em cada um dos grupos de trabalhos das oficinas para a elaboração deste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Em decorrência dessas atividades identificou-se que o principal papel deste instituto consiste em promover a **Formação Cidadã** por meio da **Inovação Científica e Tecnológica** propiciadas pelo desenvolvimento do **Empreendedorismo** nas ações vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão, bem como pela **Qualidade e Excelência na Gestão Pública Profissional** sustentada pela **Ética, Transparência e Competência** nas relações entre as pessoas em decorrência da **Valorização do Servidor.** Assim, busca-se gerar uma relação recíproca em que os servidores almejam o seu auto-desenvolvimento e, consequentemente, a melhoria contínua do instituto e este assegura um ambiente favorável de trabalho para isto.

Diante desses propósitos, o IFPA firmou o compromisso com a **Responsabilidade Social** e com a **Valorização da Diversidade** inerente à integração das escolas e diferentes paradigmas de educação**.** Nesse sentido, permite-se que os egressos acessem o mundo do trabalho com as competências e exigências de suas respectivas ocupações, aprimorando e fomentando a dinâmica de mercado. Assim, como um ciclo contínuo, promove-se também um efeito desencadeador do crescimento econômico e social, os quais são indissociáveis ao início de um **Desenvolvimento Sustentável** do Estado do Pará.

3.4 Princípios Filosóficos e Teórico-Metodológicos

Para nortear suas práticas acadêmicas harmonicamente, com uma visão sistêmica, o IFPA tem princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais, fundamentados nas finalidades da lei de criação dos IF’s, que funcionam como guia ou linha norteadora para as tomadas de decisão ou qualquer atividade desenvolvida.

Assim, em todos os campi, seja na área agrícola (campo), industrial ou mista, há sinergia no pensar dos projetos pedagógicos dos cursos de forma flexível, pois os mesmos devem ser proporcionar aos discentes significações na aprendizagem e não apenas transmissão do saber, objetivando a prática de uma educação que possibilite a aprendizagem de valores e de atitudes para conviver em sociedade, propiciando à melhoria da qualidade de vida, despertando nos alunos a

conscientização quanto às questões ambientais e ao desenvolvimento econômico sustentável do Estado do Pará.

3.4.1 Responsabilidade social

A responsabilidade social visa a contribuir à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social por meio da educação, isto é, mobilizar o corpo docente e, sobretudo o discente para que ele seja um agente transformador na comunidade com base no seu conhecimento adquirido no IFPA. Dentro desse compromisso com a comunidade, o IFPA desenvolve ações cunhadas em responsabilidade, detalhadas no item 4 do perfil institucional.

3.4.2 Priorizar a qualidade

A qualidade dos serviços educacionais ofertados pelo IFPA é prioridade essencial, portanto, há a exigência de qualidade no ensino público, na pesquisa e na extensão. Logo, a qualidade e excelência nos serviços prestados à comunidade são princípios essenciais para o Instituto.

3.4.3 Garantir a qualidade dos programas de ensino, pesquisa e extensão

O IFPA oferece na área de ensino Cursos Técnicos de Nível Médio, Ensino Médio Integrado, PROEJA, Cursos Superiores de Engenharia, Tecnologia e Licenciatura, bem como Pós-Graduação *Lato Sensu* com reconhecida qualidade no Estado, o que proporciona aos discentes formados inserção no mundo do trabalho. Além disso, existem programas de pesquisa e extensão com objetivo de capacitar profissionais na formação inicial e continuada no âmbito do Estado do Pará.

3.4.4 Compromisso com a tecnologia e o humanismo

Todo conhecimento, pesquisa e/ou desenvolvimento tecnológico, gerado pelo IFPA, deverá focar a construção do sujeito, pautada em valores humanos, éticos e solidários, tendo a formação do cidadão como princípio das ações educativas desenvolvidas pelo Instituto, em consonância com a formação técnica/profissional. Ademais, a tecnologia deve estar aliada às relações interpessoais na proposta pedagógica e administrativa do IFPA.

3.4.5 Respeito aos valores éticos, estéticos e políticos

O IFPA organizará e desenvolverá seus currículos de acordo com valores que fomentam a criatividade, a iniciativa e a liberdade de expressão, abrindo espaços para a incorporação de atributos como crítica, equilíbrio, multiplicidade e respeito pela vida. A preparação para a vida profissional deve ser orientada pela política da igualdade de direitos e de oportunidades, e constituir relação entre o trabalho próprio e o dos outros, conhecendo e reconhecendo sua importância para o bem comum e a qualidade de vida. A ética no IFPA permeará a conduta de toda a comunidade acadêmica,

tornando-a defensora dos valores, da competência, do mérito, da capacidade de fazer cada vez melhor.

3.4.6 Articulação com empresas, família e sociedade

O IFPA desenvolverá suas atividades de extensão, adotando mecanismos de articulação com instituições públicas e privadas (educacionais ou não), com segmentos da sociedade, com famílias e com setores produtivos. Dessa forma, ao aprimorar um trabalho conjunto permanente, estará sendo viabilizada a missão de promover o desenvolvimento regional sustentado. Esta articulação desencadeará nos alunos o respeito e compromisso com o ensino ofertado pelo Instituto.

3.4.7 Currículo Integrado

O IFPA, a partir da publicação do Decreto Nº5154/2004, adota o currículo integrado como diretriz norteadora da formação dos seus educandos. Uma vez que este currículo é compreendido como uma forma de articular os saberes científicos aos saberes populares, contextualizando os conhecimentos de forma interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar. Desta forma, a proposta dos cursos oferecidos com base na concepção de currículo integrado possibilita e incentiva a criação e re-criação de novas práticas e saberes pedagógicos, em seus diferentes níveis de formação, tendo como eixos de sua práxis pedagógica:

a) **Trabalho**: O ser humano se diferencia dos demais seres, pelo fato de produzir, conscientemente, por meio do trabalho, seus próprios meios de vida. Nós somos frutos do trabalho. O que os indivíduos são e pensam, depende das condições materiais de sua produção.
b) **Processos de Auto Organização dos Educandos:** Outro aspecto e elemento relevante no processo de formação integral dos estudantes. As pessoas aprendem fazendo, participando, assumindo responsabilidades e desafios. A formação é uma forma de ação, de organização, de convivência. Nesse sentido, a estrutura orgânica dos cursos deve possibilitar aos educandos um exercício e aprendizado daquilo que deve ser nossa organicidade na prática. Tanto do ponto de vista da concepção como do funcionamento. Refletir e aplicar os princípios do respeito ao coletivo.
c) **Relação Escola e Comunidade como Elemento Estratégico:** no Currículo Integrado, os conteúdos a serem estudados durante o curso são elementos de discussão, estudo e problematização de questões da realidade que afetam a agricultura e a vida no campo, na perspectiva de construir possibilidades de enfrentamento coletivo destas questões, permitindo que as diferentes dimensões do projeto de desenvolvimento para o campo colocado hoje,

sejam repensadas, fazendo com que a partir da inserção dos educandos nas entidades e movimentos, possam ser instrumentos para esse fim.

d) **Pesquisa como Princípio Educativo:** A pesquisa neste processo de ensino consiste num instrumento que vai possibilitar a indissociabilidade entre teoria e prática, no estímulo da curiosidade intelectual dos estudantes, na articulação entre trabalho individual e coletivo, num processo formativo desenvolvido na interação escola-família-comunidade que objetiva fortalecer a cultura local e melhorar a atividade produtiva familiar, formando jovens críticos, reflexivos e criativos. O desenvolvimento do processo educativo tem na pesquisa realizada pelos educandos sua atividade principal, nessa pesquisa são definidos os objetos/realidades a serem pesquisados/as, de forma a delimitar o ‘‘centro’’ que aglutinará o conhecimento a ser construído durante o processo de escolarização. O “centro/foco” da pesquisa constitui-se no elemento ao redor do qual se organizará o processo de apreensão e reelaboração do conhecimento (empírico e escolar).

e) **Pedagogia da Alternância:** O Parecer CNE/CEB Nº1/2006, aprovado em 1/12/2006, explica que a metodologia da alternância estabelece uma relação expressiva entre as três agências educativas: família, comunidade e escola ao propor um sistema de ensino em que o estudante alterna períodos de aprendizagem na família, em seu próprio meio, com períodos na escola, esses tempos são interligados por meio de instrumentos pedagógicos específicos. A metodologia da Pedagogia da Alternância consiste numa ação pedagógica que visa à formação integral com a profissionalização, porque permite um processo formativo no qual os estudantes têm experiências de cooperação entre escola e a vivência comunitária, o estudo teórico-prático, a experimentação agrícola etc.

3.5 Objetivos Estratégicos e Metas

O processo de elaboração dos objetivos estratégicos e suas respectivas metas foram subsidiados pela mesma metodologia anteriormente mencionada. Os dados foram coletados em consultas públicas e oficinas com os *stakeholders* da instituição. Além disso, foram distribuídos, tanto em via impressa como em formato digital, questionários para o diagnóstico do ambiente interno e externo ao IFPA. Ao todo foram respondidos 198 questionários, todos válidos. Logo foram tabulados, e serviram de fonte de dados para a aplicação da Matriz SWOT e a análise de cenários estratégicos, detalhados no planejamento estratégico do instituto.

A partir dos resultados dessas análises, foram identificados os aspectos e práticas que devem ser capitalizados, melhorados, monitorados e eliminados. Em seguida, estes aspectos foram estabelecidos como dimensões que geraram macro-objetivos, e estas foram desdobradas em micro-

objetivos, cada uma com suas respectivas metas, considerando o quadriênio 2009-2013 como o período do cronograma para o desenvolvimento das ações deste PDI. Deve-se ressaltar que tanto os objetivos quanto as metas expostas aqui consideram o instituto como um todo, e os meios para execução das mesmas encontram-se detalhados nos planos de ação do planejamento estratégico.

As dimensões consideradas críticas são destacadas a seguir:

a) Ampliação da abrangência do IFPA;
b) Consolidação das ações de ensino, pesquisa e extensão;
c) Fortalecer as políticas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA;
d) Qualidade da educação ofertada;
e) Utilizar racionalmente os recursos disponíveis no IFPA;
f) Potencializar a divulgação interna e externa das ações do IFPA;
g) Excelência na gestão pública.

QUADRO 1 – OBJETIVOS E METAS PARA AMPLIAÇÃO DA ABRANGÊNCIA DO IFPA

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Ampliar a abrangência do Instituto no Estado por meio da criação de novos campi, cursos e serviços educacionais, levando em consideração a região de atuação dos campi.	Aumentar a oferta de cursos técnicos de nível médio, integrado e de graduação presenciais	Direcionar, no mínimo, 50% das vagas e matrículas para o ensino técnico de nível médio, preferencialmente integrado.
		Aumentar o quadro de docentes e técnico administrativo proporcionalmente a expansão do instituto.
	Aumentar a oferta de vagas para cursos de licenciaturas	Reservar no mínimo 20% das vagas para os cursos de licenciaturas.
		Ampliar em 10% a cada ano, a oferta de vagas, dos cursos de licenciatura em educação do campo na modalidade EAD.
	Assegurar que os cursos criados pelo Instituto resultem de diagnósticos dos APL.	Estruturação em cada campus, para cada 1500 alunos presenciais, de um centro especializado em área consoante com a matriz produtiva, social ou cultural da região de sua abrangência.
		Consolidar até 2011, o programa de estudo de mercado existente no observatório nacional para subsidiar o ensino, pesquisa e extensão.
	Expandir o EAD nas regiões do Pará que não têm cobertura para atender as necessidades locais.	Ofertar pelo menos um curso a distância por campus, preferencialmente vinculados a programas do governo.
		Até 2013 ampliar o Instituto com a criação de campi onde existam polos com significativa atuação.

QUADRO 2 – OBJETIVOS E METAS PARA CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Consolidar ações de ensino, pesquisa e extensão	Consolidar parcerias com o setor produtivo com a finalidade de estreitar as relações com o mesmo e atender suas demandas por meio de ações no Ensino, Pesquisa e Extensão direcionados ao mercado de trabalho no âmbito Industrial e Agrícola	Ampliar em 10%, no mínimo em uma área ou eixo tecnológico, a oferta de cursos de formação inicial e continuada, de acordo com a realidade multicampi.
		Implementar, no mínimo em uma área ou eixo tecnológico, programas de reconhecimento de saberes e competências profissionais para fins de certificação e creditação profissional.
		Fomentar até 2013, pelo menos 2 ações em parceria com setores multissetoriais que culminem em projetos de pesquisa e extensão que atendam as demandas de grupos sociais em condições de desenvolvimento humano desfavorável.
	Investir em parcerias para atrair novas fontes de financiamento para	Ampliar em 10%, até 2013 o desenvolvimento de projetos de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT), incubadoras tecnológicas, sócio-culturais e empresa júnior.

	pesquisa e inovação tecnológica.	Criar até 2010, um comitê de avaliação e acompanhamento de projetos institucionais.
	Fortalecer o compromisso com o tripé ensino, pesquisa e extensão no processo ensino-aprendizagem	Ampliar em pelo menos 10% ao ano projetos de pesquisa/inovação e/ou desenvolvimento tecnológico, em parceria com instituições públicas e privadas com impactos nos APL, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.
	Incentivar a articulação de parcerias multissetoriais para promoção de projetos de atuação na comunidade.	Ampliar a cada ano até 2013 os programas de ensino, pesquisa e extensão intercâ0mbio e interinstitucionais. Implementar até o início de 2011, um projeto de pesquisa/inovação e/ou desenvolvimento tecnológico por campus.
	Privilegiar estratégias de ensino integrado às vivências dos alunos.	Ampliar até 2013 pelo menos duas ações de extensão junto às comunidades urbanas e rurais articuladas com atividades curriculares dos cursos ofertados pelo Instituto.
	Diversificar o atendimento à comunidade.	Implantação até 2011, do programa de melhoria de qualidade da educação básica pública direcionada a escolas, professores e alunos.

QUADRO 3 – OBJETIVOS E METAS PARA FORTALECER AS POLÍTICAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL NO IFPA

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Fortalecer e garantir as políticas públicas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA.	Diminuir a evasão dos alunos nos cursos técnicos de nível médio e de graduação presencial.	Elevar gradualmente até 90% o índice médio de conclusão dos alunos nos cursos técnicos de nível médio e de graduação presencial.
		Destinar no mínimo 10% das vagas e matrículas ofertadas por ano ao PROEJA, em obediência ao decreto nº. 5840 de 13 de julho de 2006.
	Diversificar as formas de ingresso	Adotar até 2011, formas alternativas de acesso aos cursos de educação profissional técnica de nível médio e superior com base em critérios que considerem como determinantes: a origem dos candidatos como egressos do ensino público, cor, etnia e renda; e o resultado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ou outro instrumento legal de avaliação coordenado pelo MEC, no caso do ensino superior.
		Adotar em 2010 formas alternativas de acesso às licenciaturas, direcionando 50% das vagas para professores da rede pública.
	Diminuir os índices de evasão	Implementar até 2011, pelo menos um curso de pós graduação *Lato Sensu* ou *Stricto Sensu* visando à formação de professores.
		Adequar 50% da infra-estrutura física e de sistemas de informação do Instituto até 2013 para garantir a acessibilidade dos PNE;
		Aumentar, no período, em pelo menos 11 especialistas, o quadro de pessoal para o atendimento às políticas de inclusão social do IFPA;
	Criar programas de acom-panhamento de egressos	Implantar até 2013 em todos os campi programa de acompanhamento de egressos subsidiados pelo Observatório Nacional do Trabalho;
	Atender as necessidades de funcionamento dos programas de inclusão social	Qualificar 80% do quadro de pessoal até 2013, para o atendimento às políticas de inclusão social do Instituto;
		Implantar até 2013, NAPNE em todos os campi, visando ao atendimento as ações de inclusão social do instituto;
		Implantar até 2013, NEAB's em todos os *campi*, visando ao atendimento às ações afirmativas do instituto;
		Ampliar no período de 2010 a 2013, programas de apoio e acompanhamento a estudantes com elevado desempenho nos Exames Nacionais de Educação Básica (Prova Brasil, SAEB e ENEM) e olimpíadas promovidas pelo MEC;

QUADRO 4 – OBJETIVOS E METAS PARA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO OFERTADA

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Investir na melhoria da qualidade da educação ofertada	Assegurar os processos de nivelamento aos ingressantes para melhor aproveitamento escolar.	Implementar no período de 2010 a 2013, no mínimo 10 ações de nivelamento a alunos para um melhor aproveitamento escolar

	Investir na qualidade da relação educador-educando para melhorar o processo ensino-aprendizagem	Estabelecer e manter um proporcional de, no mínimo, um docente para cada 20 alunos nos cursos presenciais de nível médio e superior
		Criar, até 2013, espaço de convivência para melhorar o contato/atendimento educador-educando.
	Elaborar o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI)	Acompanhar em 100%, a abertura de novos cursos de acordo com os APL nos 11 campi.
		Elaborar o PPI até 2010 em conjunto com os campi.
	Criar indicadores de controle referentes aos servidores e discentes	Realizar diagnóstico de viabilidade, nos 11 campi, da infra-estrutura física e quadro de pessoal para a abertura e existência de cursos a partir de 2010.

QUADRO 5 – OBJETIVOS E METAS PARA UTILIZAR RACIONALMENTE OS RECURSOS DISPONÍVEIS NO IFPA

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Utilizar racionalmente os recursos disponíveis no IFPA	Redimensionar o uso dos potenciais energéticos e hídricos do instituto	Adequar em todos os campi, até 2013, a infra-estrutura física para redução de energia com iluminação e consumo de água.
		Implementar e fortalecer programa de coleta seletiva do lixo em todos os campi até 2011.
	Investir em programas de educação ambiental	Implementar até 2013, pelo menos uma ação integrada com o setor produtivo e as agências de fomento para o uso racional dos recursos.

QUADRO 6 – OBJETIVOS E METAS PARA POTENCIALIZAR A DIVULGAÇÃO INTERNA E EXTERNA DAS AÇÕES DO IFPA

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Potencializar a divulgação interna e externa dos cursos e serviços do IFPA pelos diferentes meios de comunicação.	Ampliar a participação em eventos culturais, técnicos e científicos.	Ampliar até o final de 2009 o portal interno do IFPA para todos os campi.
	Investir na consolidação da rádio e Tv do IFPA	Implementar até 2013 a rádio FM
		Consolidar até 2013 a rádio Web e Tv web
	Manter atualizado o site do instituto	Comprar até 2013 licença para funcionamento do jornal web, formato *flipage*.
	Consolidar a ferramenta WIKI IFPA	Constituir até 2013 uma equipe mínima para funcionamento da Diretoria de Marketing Institucional e Assessoria de Comunicação.
	Consolidar a Diretoria de Marketing Institucional e a Assessoria de Comunicação	Constituir até 2013 uma equipe mínima para funcionamento da Diretoria de Marketing Institucional e Assessoria de Comunicação.
		Disponibilizar até 2012, os recursos materiais (equipamentos e software) básicos para o funcionamento dos processos de Marketing e Comunicação Institucional

QUADRO 7 – OBJETIVOS E METAS PARA EXCELÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Investir em programas de excelência na gestão pública	Investir na valorização do servidor	Qualificar 20% do quadro de docentes para a titulação de especialista, mestre e/ou doutor
		Qualificar 20% dos servidores técnicos administrativos em gestão pública
		Realizar a partir de 2010, em todos os campi, no mínimo duas ações ao ano de promoção à saúde do trabalhador
	Implantar sistemas de acompanhamento e avaliação da gestão pública	Realizar a partir de 2010, em todos os campi, no mínimo, duas ações de orientação à carreira do servidor público
		Aderir em 2009, ao SIMEC, ao SISTec, e aos sistemas de compras por registro de preço do MEC, comprometendo-se em alimentar as bases de dados e demais sistemas do MEC
		Aderir até 2011 ao SIGA-EPT;
		Aderir em 2009 a um Programa de desburocratização e excelência na gestão pública

4. IDENTIDADE DAS PRÓ-REITORIAS

As áreas de atuação acadêmica correspondem às pró-reitorias, cujas competências e atribuições foram apresentadas na parte dois deste PDI (Gestão Institucional). Portanto, nesta seção, serão expostas as políticas de cada uma das áreas e seus objetivos estratégicos desdobrados dos objetivos macro do instituto com a intenção de esclarecer o papel destas áreas para a consecução dos planos e missão do IFPA neste quadriênio.

4.1 Pró-Reitoria de Ensino (PROEN)

Diante do mundo altamente globalizado, o desafio hoje posto à educação reside, em demandas de formação, que, entre outras coisas, encontra seu eixo norteador na construção de novas concepções curriculares, comprometidas com o tempo histórico e seus arranjos culturais, sociais e produtivos.

Na perspectiva de formação plena que orienta este PDI, trata-se da organicidade entre formação profissional, formação política e formação estética, a qual supera o modelo de formação educacional restrito ao atendimento de demandas produtivas do ponto de vista do mercado econômico. Na perspectiva aqui trabalhada, recupera-se o conceito de estudos, de refinamento da sensibilidade e de produção de bens culturais como trabalho, ou seja, como ação consciente sobre o meio a fim de satisfazer necessidades materiais e espirituais, seja transformando, aperfeiçoando ou criando o patrimônio cultural com vistas ao atendimento de demandas verificadas na prática social.

Neste novo cenário do IFPA, há um diferencial quanto ao ensino agrícola, sempre voltado à realidade do campo, pois se estreitou o vínculo do instituto com as organizações dos agricultores familiares. Juntos, eles construíram projetos integrados de ensino médio com o técnico em agropecuária, com enfoque agroecológico. Dessa maneira, valorizou-se o saber dos agricultores por meio da utilização de metodologias como a Pedagogia de Alternância, adotada nas Casas Familiares Rurais (CFR) e nas Escolas Famílias Agrícolas (EFA).

Sem perder de vista sua missão institucional, o IFPA, ao propor políticas de educação pública, gratuita e de qualidade, estabelece como condição *sine qua non* para a educação pensada na perspectiva de formação plena, diálogos polissêmicos com as instituições governamentais tanto federais quanto estaduais e com os demais segmentos da sociedade civil.

4.1.1 Políticas de Ensino

As políticas de Ensino de Graduação e dos diferentes níveis da Educação Profissional estão norteadas na proposta do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI), em construção, com transcrição dos componentes relativos à atuação do IFPA no ensino, conforme exposto no Quadro 8.

QUADRO 8 – POLÍTICAS E DIRETRIZES PARA O ENSINO

POLÍTICAS	DIRETRIZES
Qualidade na Educação Ofertada	• Contextualizar o ensino ofertado à realidade econômica, social e cultural do Estado
Incrementar o acesso, permanência e inclusão social	• Desenvolver o ensino, tendo como referencial princípios filosóficos, teóricos e metodológicos referendados e legitimados no plano pedagógico
Verticalização do ensino	• Criar condições favoráveis ao ensino e acompanhamento do educando de forma a garantir sua permanência no IFPA
Flexibilidade curricular	• Diversificar a forma de ingresso no IFPA de acordo com as demandas específicas
Articulação entre o ensino presencial e a distância	• Priorizar a oferta de ensino na educação básica com interface na construção do conhecimento científico e tecnológico, fornecendo meios para a significação do trabalho
Articulação do ensino com a pesquisa e a extensão	• Transformar as práticas de estágio curricular supervisionada em ocasião de investigação científica e práticas extensionistas
Formação de professores para a educação profissional e tecnológica	• Estabelecer parcerias com escolas, empresas e outras instituições visando agregar o conhecimento científico ao trabalho • Desenvolver ações afirmativas no ensino que atendam as demandas internas da área de influência do instituto • Promover e desenvolver ações de fortalecimento da educação agrícola e do campo no instituto • Desenvolver estudos e ações para a criação de cursos de formação de professores da ETP • Incentivar a criação do conselho de ensino, pesquisa e extensão

3.1.2 Objetivos estratégicos e metas para o ensino

QUADRO 9 – OBJETIVOS E METAS DA PROEN PARA AMPLIAÇÃO DA ABRANGÊNCIA DO IFPA

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Ampliar a abrangência do Instituto no Estado por meio da criação de novos campi, cursos e serviços educacionais, levando em consideração a região de atuação dos campi.	Planejamento de ingresso de alunos nos diversos cursos, níveis e modalidades de ensino com base nos arranjos locais.	Elaborar até 2010 um documento que estabeleça as diretrizes internas para o processo de ofertas de vagas para o ingresso de alunos no IFPA.
		Elaborar até 2010 um documento que estabeleça as diretrizes para a implantação de novos cursos, de acordo com a legislação vigente e Plano de Acordos e Metas.

QUADRO 10 – OBJETIVOS E METAS DA PROEN PARA CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Consolidar ações de ensino, pesquisa e extensão	Criar o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX)	Legitimar até 2010 o (CEPEX) como órgão superior deliberativo das ações de ensino, pesquisa e extensão do IFPA.
	Consolidar parcerias de cooperação técnica e científica com instituições públicas e privadas	Ampliar a partir de 2009 as ações e estratégias de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Federação, da sociedade civil organizada e movimentos sociais, por meio de convênios e projetos voltados à Educação Profissional e Tecnológica
		Desenvolver programas de ensino, pesquisa e extensão intercampi e interestitucionais (termo de acordo e metas /2009)

QUADRO 11 – OBJETIVOS E METAS DA PROEN PARA FORTALECER AS POLÍTICAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL NO IFPA

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Fortalecer e garantir as	Realizar estudos e implementar	Realizar até 2010 um estudo sobre o processo de ingresso de discentes da educação básica da rede pública no IFPA.

políticas públicas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA	estratégias que garantam o acesso e a permanência na instituição	Assegurar em 100% a efetivação do programa de merenda escolar no IFPA.
		Criar um grupo de trabalho (GT) objetivando a consolidação da política afirmativa no IFPA, para estudos e mapeamento dos meios de implementação das referidas ações na perspectiva de promover a inclusão social.
	Diversificar os meios de ingresso	Utilizar no mínimo duas formas de ingresso, tais como: adesão ao ENEM como forma de acesso aos cursos de graduação do IFPA ou outro instrumento legal de avaliação, certificação e acesso à graduação, e educação profissional.
		Criar em 2010 um programa que assegure ao aluno ingresso na instituição um melhor aproveitamento escolar por meio de ações e estratégias pedagógicas.

QUADRO 12 – OBJETIVOS E METAS DA PROEN PARA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO OFERTADA

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Investir na melhoria da qualidade da educação ofertada	Elaborar o Projeto Político Pedagógico (PPP) do IFPA	Elaborar até 2010 um documento que estabeleça as diretrizes e encaminhamentos para elaboração PPP nos campi do IFPA
		Criar até o início de 2010 um Grupo de Trabalho (GT) para elaboração do PPP nos Campi
	Criar estrutura básica dos PPC	Criar até 2010 uma estrutura básica dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC)
	Promover a qualidade no processo de ensino-aprendizagem do IFPA	Assegurar que 100% das disciplinas, turmas e cursos tenham professores
		Qualificar 20% do quadro de docentes e técnicos administrativos por ano para o desenvolvimento de PPC, com base na Legislação Nacional, nas Diretrizes Curriculares Internas (DCI) e melhorias das práticas pedagógicas.
		Criar até 2013 a Organização Didática Pedagógica em consonância com Diretrizes Curriculares Nacionais e Legislação Educacional
	Investir na relação educador-educando para melhorar o processo ensino-aprendizagem.	Legitimar os Códigos de Ética Docente e Discente com vista ao atendimento dos objetivos e finalidades do IFPA.
		Assegurar em 70% o acesso dos professores e alunos às tecnologias educacionais disponibilizadas nos campi.
		Assegurar e ampliar em 20% o serviço de atendimento psicossocial à comunidade do IFPA.
	Implantar melhorias nos setores ligados e de apoio ao ensino	Garantir em 100% a efetividade, legitimidade e controle dos dados acadêmicos do instituto.
		Estender o Sistema de Controle Acadêmico (SCA) para os 10 Campi com informações dos alunos e Quadro Docente.
		Garantir em 100% a efetividade do registro acadêmico a fim de atender as demandas de boletins (parcial ou final), histórico (parcial ou final), certificados e diplomas do IFPA de acordo com a Lei
		Assegurar junto aos campi 100% de funcionamento das bibliotecas
		Criar até 2010 um documento que estabeleça o processo de seleção e contratação do quadro docente de acordo com o plano de metas de professores do IFPA

QUADRO 13 – OBJETIVOS E METAS DA PROEN PARA UTILIZAR RACIONALMENTE OS RECURSOS DISPONÍVEIS NO IFPA

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Utilizar racionalmente os recursos disponíveis no IFPA	Incentivar campanhas de ação educativa por meio de projetos sócio-educacionais	Estimular o desenvolvimento de ações educativas que promovam o zelo pela comunidade escolar do patrimônio institucional.
		Incluir nos objetivos dos projetos a valorização do patrimônio e o uso racional dos recursos
	Investir em programas de educação ambiental	Fomentar projetos educacionais voltados para a conscientização da comunidade escolar e circunvizinha em relação às questões ambientais.

QUADRO 14 – OBJETIVOS E METAS DA PROEN PARA POTENCIALIZAR A DIVULGAÇÃO INTERNA E EXTERNA DAS AÇÕES DO IFPA

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Potencializar a divulgação interna e externa dos cursos e serviços do IFPA pelos diferentes meios de comunicação.	Criar estratégias de socialização das ações educacionais realizadas na instituição	Estabelecer a integração de 90% dos diversos meios de comunicação da instituição
		Padronizar em 100% a utilização dos quadros de avisos no instituto
		Criar a página da PROEN, com documentos atualizados dos cursos e dos processos do Conselho Superior, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho dos Dirigentes relativos ao ensino.
	Incentivar a participação do IFPA em eventos culturais, técnicos e científicos	Buscar pelo menos um financiamento anual em parcerias com as Pró-Reitorias de Pesquisa e Extensão para participação de docentes e discentes em eventos culturais, técnicos e científicos em níveis municipais, estaduais e nacionais.
		Elaborar uma resolução que estabeleça as diretrizes relacionadas à participação docente e discente em eventos culturais, técnicos e científicos em níveis municipais, estaduais e nacionais.
	Promover a ampla divulgação dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos no IFPA	

4.2 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN)

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) é um órgão de gestão que tem como competência superintender as ações de desenvolvimento institucional do IFPA, pautando-se em processos de gestão estratégica, nas demandas sociais e diretrizes do governo federal. Portanto, tem um papel preponderante no tocante aos processos de fundamentação do Instituto uma vez que tem o desenvolvimento institucional o seu objeto de atuação.

Ao refletir sobre a semântica da palavra desenvolvimento (em geral), identifica-se a idéia de um processo dinâmico de melhoria, que implica uma mudança, uma evolução, crescimento e avanço; ou mesmo crescimento, propagação e ato de se desenvolver. Carmo (1994) afirma que "desenvolvimento é a participação solidária na construção e igualitária na fruição das oportunidades do nosso tempo". Nesta afirmação, identifica-se a importância da PRODIN na unidade do instituto, uma vez que, deverá atuar de forma articulada e integrada ás demais pró-reitorias e instâncias de gestão para a promoção do crescimento e avanço da instituição.

O grande desafio da PRODIN no atual contexto dos IF será construir o pensamento coletivo de uma instituição que surge integrando instituições com identidades fortes no contexto que atuam. Nesse sentido, percebe-se que:

> *Para construir o Desenvolvimento Institucional não bastam novas técnicas de gestão e modernização da infra-estrutura das instituições. Reestruturá-las passa por reorganizar as estruturas mentais que as mantém e reproduzem, passa, portanto, por um investimento nas pessoas que as compõem e as que legitimam* (ARNS *et al, 2005*).

A missão de *"promover em consonância com a Reitoria o desenvolvimento institucional de forma articulada e integrada com as Pró-reitorias, Campi e com os diferentes segmentos das organizações acadêmicas e sociais, focada nos eixos Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração, a fim de atingir os objetivos estratégicos do Instituto"* expressa em ações de articulação e integração o compromisso com as diretrizes estratégicas para se atingir o desenvolvimento institucional.

4.2.1 Políticas para o Desenvolvimento Institucional

Dentro do compromisso com o desenvolvimento institucional, a PRODIN tem como base fundamental internalizar e propagar práticas fundamentadas nos seguintes princípios: transparência; publicidade;

a) Impessoalidade;
b) Eficiência;
c) Eficácia;
d) Legalidade;
e) Moralidade.

QUADRO 15 – POLÍTICAS E DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

POLITICAS	DIRETRIZES
Desenvolvimento e Integração Institucional	• O desenvolvimento e a integração institucional devem ser realizados através da articulação entre as Pró-Reitorias e *Campi* e dos eixos administração, ensino, pesquisa e extensão • As atividades de planejamento e avaliação institucional devem ser integradas • Os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação devem subsidiar a integração entre os *campi* e reitoria • A promoção e divulgação da marca "IFPA" é facilitadora de desenvolvimento e integração institucional • O desenvolvimento institucional deverá ser fomentado pelo atendimento às Políticas Públicas da educação profissional, destacando-se as políticas de expansão e de educação agrícola • As propostas de investimento do instituto devem ser articuladas com as demais reitorias com base em informação das pesquisas institucionais • Os parâmetros de avaliação devem ser pautados em indicadores de desenvolvimento
Gestão da Informação e Conhecimento	• A pesquisa institucional deve ser conduzida atendendo aos princípios da impessoalidade, publicidade e moralidade • As decisões da alta gestão devem ser baseadas em informações institucionais e do mundo produtivo; • Os sistemas de informações gerenciais devem subsidiar a tomada de decisão; • A organização e a atualização dos registros de controle acadêmico devem garantir a fidedignidade das informações institucionais • A gestão da informação e do conhecimento deve ter como produto indicadores de desenvolvimento
Excelência na gestão pública	• O planejamento estratégico e PDI devem ser utilizados pelos gestores institucionais como instrumento facilitador de gestão, comunicação e aprendizado • O planejamento institucional é constituído de três dimensões: o estratégico, tático e operacional • Considerar o Plano de gestão e plano de Trabalho como detalhamento do PDI nas Unidades Gestoras • Os instrumentos de gestão do instituto devem atender a orientações gerais da alta administração • Considerar prioritária para a excelência da gestão pública o acompanhamento da execução do

planejamento institucional
- As ações realizadas pela PRODIN devem assegurar a fluência da estrutura organizacional
- Os programas de desburocratização e excelência na gestão pública devem ser contínuos

4.2.2 Objetivos estratégicos e metas para o desenvolvimento institucional

QUADRO 16 – OBJETIVOS E METAS DA PRODIN PARA AMPLIAÇÃO DO IFPA

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Ampliar a abrangência do Instituto no Estado por meio da criação de novos campi, cursos e serviços educacionais, levando em consideração a região de atuação dos campi.	Fornecer os dados válidos sobre os APL para os diagnósticos de criação de novos cursos	Diagnosticar até 2012 os APL em cada uma das regiões de influência dos campi
		Institucionalizar até 2011 o programa de estudo de mercado existente no observatório nacional para subsidiar o ensino, pesquisa e extensão.
	Construir uma rede sólida para a realização de pesquisas organizacionais	Consolidar até 2010 a contribuição dos dados do SCA para o diagnóstico institucional
		Elaborar até 2010 instrumento de pesquisa institucional
		Realizar e divulgar a partir de 2011 a avaliação institucional interna e externa para contribuir com o diagnóstico organizacional
	Criar condições para integração e articulação entre campi e reitoria	Integrar até 2010 a rede de comunicação (voz e dados) do IFPA
		Aumentar em 20% as parcerias em 2010 para ampliar a capilaridade da rede do IFPA

QUADRO 17 – OBJETIVOS E METAS DA PRODIN PARA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO OFERTADA

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Investir na melhoria da qualidade da educação ofertada	Considerar resultados de estudos e pesquisas institucionais para as proposições de melhoria do IFPA	Divulgar a partir do segundo semestre 2010 os resultados das pesquisas institucionais
		Emitir a partir de 2010 relatórios gerenciais consolidados dos resultados das pesquisas institucionais
		Promover anualmente, pelo menos, uma pesquisa institucional que contribua para a melhoria da qualidade da educação ofertada
	Garantir e acompanhar a operacionalização do PDI	Orientar até o primeiro semestre de 2010 os dirigentes do IFPA para a elaboração dos planos de gestão das unidades gestoras

QUADRO 18 – OBJETIVOS E METAS DA PRODIN PARA UTILIZAR RACIONALMENTE OS RECURSOS DISPONÍVEIS NO IFPA

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Utilizar racionalmente os recursos disponíveis no IFPA	Reduzir custos	Implantar até 2013 tecnologias convergentes de telefonia convencional para VOIP, entre os *campi* e reitoria Fomentar a partir de 2010 o uso de tecnologias livres
	Buscar a economicidade contínua	Incentivar e contribuir anualmente para a realização de ações de conscientização da comunidade interna acerca da utilização das boas práticas de economicidade

QUADRO 19 – OBJETIVOS E METAS DA PRODIN PARA EXCELÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Investir em programas de excelência na gestão pública	Articular a implantação dos sistemas de acompanhamento e avaliação da gestão pública	Aderir em 2009 a um programa de desburocratização e excelência na gestão pública
		Realizar no primeiro semestre de 2010, em parceria com órgãos institucionais, a capacitação da comunidade interna para a auto-avaliação institucional

		Incentivar, contribuir e acompanhar até o final do primeiro semestre de 2010 as ações de auto-avaliação institucional
		Elaborar relatório consolidado até o segundo semestre de 2010 com as proposições de melhorias resultantes da auto-avaliação
	Fortalecer a segurança digital nos sistemas gerenciais e redes (dados e voz)	Garantir em 2010, através da Certificação Digital, a identidade do usuário nos sistemas desenvolvidos pelo IFPA por certificados contratados de terceiros Até 2013, implantar infra-estrutura de certificação digital própria, que seja reconhecida em qualquer instituição ligada à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
	Disponibilizar sistemas de informação gerenciais para subsidiar a gestão	Até 2013, atender 100% as demandas de desenvolvimento de sistemas de informação gerenciais expressos nos planos de gestão institucional.
	Disponibilizar recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação para subsidiar a integração entre os *campi* e reitoria	Integrar até 2010 a rede de comunicação (voz e dados) do IFPA
		Aumentar, até 2013, a capilaridade da rede de comunicação (voz e dados) do IFPA, de forma a atingir as áreas de influência dos *campi*.

QUADRO 20 – OBJETIVOS E METAS DA PRODIN PARA POTENCIALIZAR A DIVULGAÇÃO INTERNA E EXTERNA DAS AÇÕES DO IFPA

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Potencializar a divulgação interna e externa dos cursos e serviços do IFPA pelos diferentes meios de comunicação.	Ampliar a participação em eventos culturais, técnicos e científicos.	Ampliar até o final de 2009 o portal interno do IFPA para todos os campi.
	Investir na consolidação da rádio e TVdo IFPA	Implementar até 2013 a rádio FM
		Consolidar até 2013 a rádio web e TV web
	Manter atualizado o site do instituto	Comprar até 2013 licença para funcionamento do jornal web, formato *flipage*.
	Socializar a ferramenta WIKI IFPA	Divulgar e capacitar os gestores em 2010 sobre a utilização da ferramenta wiki

4.3 Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPPG)

Com a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IF), resultante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) direcionado à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), obtiveram-se novas atribuições e maior autonomia, como autarquias de regime especial, sobretudo no que se refere à oferta de licenciaturas nas áreas das ciências exatas e da natureza, de cursos de engenharias e superiores de tecnologia e à implantação de programas de pós-graduação *stricto sensu*, orientando suas ofertas para a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais. Nos IF será estimulada a pesquisa, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que gerem trabalho e renda, a partir de auto-gestão.

Nesse tocante, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (PROPPG) é a unidade executiva que planeja, superintende, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa, articulada ao ensino e à extensão, bem como promove ações na área de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia e inovação tecnológica, além de ser a unidade responsável pela supervisão e fiscalização dos

Programas de Pós-Graduação, oferecidos pelo IFPA, e pelo fomento de capacitação de docentes e servidores técnico-administrativos, em nível de Pós-Graduação.

4.3.1 Políticas da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

QUADRO 21 – POLÍTICAS DA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

POLÍTICAS	DIRETRIZES
Ações de pesquisa, pós-graduação e inovação devem estar articuladas com o PDI	• As ações da PROPPG deverão ser norteadas pelas premissas básicas do IFPA contidas no PDI • Os programas de iniciação científica, tecnológica e inovação devem garantir a participação dos educandos dos diversos níveis e modalidades de ensino em projetos de pesquisa e inovação tecnológica • A formação de profissionais para pesquisa poderá buscar parcerias com outras instituições de ensino e sociedade civil • A formação de profissionais para pesquisa deverá considerar, entre outros, o foco na proteção intelectual e inovação • O IFPA através da PROPPG priorizará parcerias de cooperação técnico-científico junto a instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de pesquisa aplicada e ações inovadoras • Os programas de inovação tecnológica devem perpassar todos os níveis e modalidades de ensino do instituto • Os projetos de Inovação Tecnológica do instituto devem ser apreciados pelo Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) à luz das normativas estabelecidas pelo conselho Superior do IFPA em obediência aos preceitos da Lei 10.973/2004 de inovação • Os programas de pesquisas e inovação tecnológica devem garantir a transferência de conhecimentos e inovações tecnológicas à sociedade • As atividades de pesquisa e inovação tecnológica do IFPA devem estar pautadas nos parâmetros legais de Proteção Intelectual (PI) • As empresas juniores, criadas no IFPA, deverão transferir conhecimentos e desenvolver serviços, bem como disseminar a produção técnico-científica do instituto • A PROPPG deverá incentivar a transferência de tecnologia através de um parque tecnológico com a incubação de empresas
Verticalização do ensino	
Formação de profissionais para a pesquisa	
Desenvolver pesquisas que atendam o mundo do trabalho e da produção	
Pesquisas comprometidas com a inovação tecnológica	
Fortalecer a política institucional de estímulo à proteção dos pesquisadores	
Transferência de tecnologias à sociedade	

4.3.2 Objetivos estratégicos e metas da pesquisa, pós-graduação e inovação

QUADRO 22 – OBJETIVOS E METAS DA PROPPG PARA CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Consolidar ações de ensino, pesquisa e extensão	Elaborar política/programa de concessão de bolsas de iniciação científica, tecnológica e inovação, exclusivas para discentes	Triplicar o número de convênios de cooperação técnico-científico-educacional para o desenvolvimento de pesquisa em rede, e para capacitação de servidores em níveis de mestrado e doutorado (aumentar de 4 para 12 o número de conveniados);
		Duplicar até 2013 o número de bolsas no Programa Institucional de Iniciação Tecnológica e Inovação (PIBIT) do CNPQ; Manter e ampliar parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará para a captação de bolsas de iniciação científica (PIBIC jr e PIBIC graduação)
	Promover associações entre instituições de ensino e pesquisa na forma de cooperação técnico-científica e educacional, para o desenvolvimento de pesquisa em rede	Incentivar e apoiar a implantação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação (PIBICTI) nos *CAMPI* (aumentar de 4 para 11 *CAMPI*)
		Efetivar até 2013 a estrutura física e administrativa do NIT (atualmente o NIT se encontra implantado somente por portaria)
		Incentivar e apoiar a implantação de pelo menos um laboratório de pesquisa em cada *campus*
		Implantar pelo menos um mestrado profissionalizante, priorizando as vocações regionais e o potencial de professores doutores nos CAMPI
	Promover oficinas, seminários, congressos e outros eventos	Manter e ampliar até 2013 para todos os *campi* o seminário de iniciação científica, tecnológica e inovação Promover oficinas sobre proteção à propriedade intelectual em todos os *campi* para desenvolver a pesquisa focada em inovação tecnológica
	Contribuir na elaboração e implementação do plano de qualificação (PQI), em nível de pós-graduação, dos servidores do IFPA;	Manter e ampliar até 2013 programas de mestrados e doutorados institucionais, MINTER e DINTER, para a qualificação do quadro de servidores, priorizando cursos e programas *stricto sensu* que atendam as diretrizes de desenvolvimento regional, estabelecidas neste PDI Implantar até 2010 um programa de pós-graduação *latu sensu* em gestão pública para a qualificação dos servidores administrativos deste IFPA: qualificar no mínimo 30 servidores
	Promover associações entre instituições de ensino e pesquisa na forma de cooperação técnico-científica para captação de cursos de pós-graduação aos servidores do IFPA, sintonizadas com o PQI;	Manter e ampliar até 2013 programas MINTER e DINTER, aumentar de 1 para 3 e de 1 para 4, respectivamente. Manter e ampliar até 2013 os convênios de cooperação técnico-científico e educacional com universidades públicas e privadas para a qualificação do corpo de servidores deste IFPA: aumentar de 3 para 6 convênios de cooperação Estabelecer até 2013 o convênio de cooperação técnico-científico internacional para a qualificação do corpo dos servidores
	Incentivar/orientar e superintender a elaboração de projetos institucionais para concessão de bolsas de mestrado e doutorado em sintonia com o PQI;	Aumentar de 3 para 15 o número de bolsas de mestrado e de 5 para 20 o número de bolsas de doutorado, ambas no Programa Institucional de Qualificação Docente e Técnico-administrativo (PIQDTec) ou na ausência deste em programas afins
	Contribuir e apoiar na elaboração de projetos de cursos/programas de pós-graduação sintonizados com as potencialidades regionais.	Implantar, até 2013, 2 programas de pós-graduação em nível *stricto sensu* com foco nos arranjos produtivos, sociais e culturais locais; Aumentar de 2 para 8 a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* com foco nos arranjos produtivos, sociais e culturais locais estabelecidos neste PDI
	Articular-se com o NIT de outras instituições de ensino e pesquisa do Pará, com foco para o desenvolvimento de projetos de inovação	Aprovar até 2013, em agências de fomento, 2 projetos de inovação tecnológica em rede com outros NIT da região; Articular em rede com outras instituições de ensino superior pública do Estado para a prestação de serviços tecnológicos visando ao desenvolvimento de projetos tecnólogos e de inovação: aprovar de

		forma associada com a PROEXT pelo menos 2 projetos em redes até 2013 consonante com o sistema brasileiro de extensão tecnológica (SEBRATEC)
	Promover aos servidores do IFPA cursos de capacitação que visem à aplicação da Lei Federal de Inovação.	Promover até 2013 cursos e oficinas sobre redação de patentes, proteção à propriedade intelectual, lei do bem e de inovação, para todos os pesquisadores pertencentes a grupos de pesquisa do IFPA
	Implementar um ambiente acadêmico no IFPA para estimular o desenvolvimento das atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação.	Contribuir em parceria com a PROEN e a PROEXT para a aprovação, até 2010, de uma resolução que norteie as atividades docentes no que tange ao ensino, pesquisa e extensão, além daquelas atividades relacionadas com interesses da instituição; Aprovar até 2010 a resolução normativa que estimula a produção acadêmica no IFPA; Aprovar até 2010 uma política de reconhecimento de produção intelectual que permita remunerar (pagamentos de *royalties*) o pesquisador à luz das legislações pertinentes e vigentes sobre inovação e de proteção de propriedade intelectual.

4.4 Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT)

A extensão, de um modo geral, tem papel importante na construção de um novo paradigma de conhecimento e na ampliação dos vínculos sociais, para tanto tem como principal objetivo traçar as políticas, diretrizes estratégicas específicas e os planos de ação da instituição, além de acompanhar e produzir sistemas de avaliações da produção de extensão do instituto para o cumprimento de sua missão institucional. As ações de extensão desenvolvidas pelo instituto incluem:

a) **Projetos Tecnológicos**: Atividades de pesquisa e/ ou desenvolvimento em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham uma interface de aplicação.
b) **Serviços Tecnológicos**: Consultoria, assessoria e prestação de serviços para o mundo produtivo.
c) **Eventos**: Ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa ou interna.
d) **Projetos Sociais**: Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.
e) **Estágio e Empregos**: Compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio.
f) **Cursos de Extensão**: Ação pedagógica de caráter teórico e prático, com critérios de avaliação definidos e oferta não regular.
g) **Projetos Culturais Artísticos e Esportivos**: Compreende ações referentes a atividades culturais, artísticas e esportivas.

h) **Visitas Técnicas e Gerenciais**: Interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.

i) **Empreendedorismo e Cooperativismo**: Apoio à formação empreendedora com o subsídio de programas institucionais.

j) **Acompanhamento de Egressos**: Constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

k) **Relações Internacionais**: Tem por finalidade estabelecer intercâmbios e acordos de cooperação internacional, bem como celebração de convênios, como um instrumento para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.

4.4.1 Objetivos estratégicos e metas da pró-reitoria de extensão

QUADRO 23 - METAS DA PROEXT PARA OBJETIVO EXCELÊNCIA DE ENSINO

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Ampliar a abrangência do Instituto no Estado por meio da criação de novos campi, cursos e serviços educacionais, levando em consideração a região de atuação dos campi.	Expandir o PROJOVEM – CAMPO e SABERES DA TERRA a todos os campi do IFPA, enquanto instituição formadora e certificadora	Realizar a expansão em 12 polos;
	Expandir o Projeto Licenciatura ProCampo	Atender até 2013 mais 10 polos com o Licenciatura ProCampo

QUADRO 24 - METAS DA PROEXT PARA CONSOLIDAR O ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Consolidar ações de ensino, pesquisa e extensão	Consolidar o encontro Paraense de EAD	Promover um encontro por ano.
	Integrar ações de pesquisa e pós-graduação com as atividades de extensão	Promover no mínimo 5 ações integradas anualmente.
	Integrar as ações de apoio acadêmico desenvolvidas pela PROEN às ações desenvolvidas pela PROEXT	Rever os PPC dos cursos de graduação presenciais e a distância, visando garantir pelo menos 10% de atividades de extensão
	Consolidar o Fórum de Extensão do Instituto	Garantir a realização de um fórum por ano
	Desenvolver programas de extensão de caráter multicampi	Realizar pelo menos 2 programas de extensão anuais
	Consolidar, acompanhar e avaliar os Projetos de Extensão já implantados	Realizar 1 relatório de avaliação e acompanhamento, anualmente;
	Buscar e Criar fontes de financiamento para os projetos de extensão	Alocar pelo menos uma nova fonte de financiamento a cada ano
	Regulamentar a extensão do IFPA	Elaborar as regulamentações específicas até 2010
	Promover a Extensão Comunitária	Realizar no mínimo, uma vez por ano, evento de incentivo para participação de alunos em projetos de extensão comunitária.
	Implantar programas de acompanhamento de egressos	Implantar programas de acompanhamento de egressos em todos os campi até 2013 Realizar a partir de 2010 programa de cadastro e acompanhamento de egressos com um relatório anual
	Promover eventos para interação entre alunos, servidores e comunidade.	Realizar tais ações uma vez por ano.

QUADRO 25 - METAS DA PROEXT PARA FORTALECER AS POLÍTICAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Fortalecer e garantir as políticas públicas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA.	Promover cursos de extensão a pessoas com necessidades educacionais especiais	Promover pelo menos 5 cursos anuais em cada campi
	Promover cursos de inclusão digital à comunidade	Promover pelo menos 5 cursos anuais em cada campi
	Promover cursos preparatórios às minorias desfavorecidas de ingresso aos cursos de ensino médio integrado no IFPA	Promover pelo menos 1 oferta anualmente em cada campi
	Apoiar a inserção do estudante no mercado de trabalho (Estágio e Emprego).	Buscar junto a empresas o aumento de vagas de estágio até 2010.

QUADRO 26 - METAS DA PROEXT PARA INVESTIR PARA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO OFERTADA

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Investir na melhoria da qualidade da educação ofertada	Institucionalizar a EAD em todos os campi.	Garantir a institucionalização em pelo menos 4 campi anualmente.
	Constituir equipe multidisciplinar para o gerenciamento da EAD.	Abrir 10 vagas para diagramador, web designer e instrucional designer, sendo 2 a cada ano.
		Abrir 4 vagas para administrador de AVA e para técnico em assuntos educacionais ou comunicação em mídias, sendo uma por ano.
		Abrir a partir de 2010 6 vagas para pedagogo e professor com experiência em EAD, sendo duas por ano.
	Criar espaços de estágio curricular e aperfeiçoamento acadêmico para os estudantes de todas as áreas.	Alocar pelo menos 100 vagas a mais de estágios anualmente.
	Acompanhar e gerenciar os cursos da demanda do PAR alocados na Plataforma Paulo Freire na modalidade a distância;	Elaborar 1 relatório de avaliação e acompanhamento, anualmente;
	Acompanhar e gerenciar o Projeto Central Ciência nos campi do IFPA	Elaborar 1 relatório de avaliação e acompanhamento, anualmente;

QUADRO 27 – OBJETIVOS E METAS DA PROEXT PARA POTENCIALIZAR A DIVULGAÇÃO INTERNA E EXTERNA DAS AÇÕES DO IFPA

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Potencializar a divulgação interna e externa dos cursos e serviços do IFPA pelos diferentes meios de comunicação.	Oferecer cursos de extensão à comunidade em áreas especializadas	Promover pelo menos 100 cursos no período deste PDI
	Promover o desenvolvimento tecnológico e da inovação em todos os Campi	Realizar 01 seminário por ano (em todos os campi)

4.5 Pró-Reitoria de Administração (PROAD)

A Pró-Reitoria de Administração (PROAD), criada por meio da Lei 11.892, de 29/12/2008, vinculada à Reitoria, tem como finalidade assessorar o reitor na aplicação eficiente dos recursos humanos, materiais, patrimoniais, orçamentários e financeiros para promover o equilíbrio institucional e interpessoal por intermédio de programas e projetos de capacitação e de crescimento profissional. Diante disso, a PROAD desenvolve, controla e avalia a administração orçamentária,

financeira, patrimonial e de recursos humanos do IFPA; executa o planejamento nos níveis táticos e operacionais; elabora os projetos de infra-estrutura; executa as licitações e os contratos; e a realização de outras atividades delegadas pelo Reitor. A realização dessas atividades é norteada pelos princípios de:

a) Legalidade;
b) Transparência;
c) Publicidade;
d) Impessoalidade;
e) Eficiência;
f) Eficácia;
g) Moralidade.

QUADRO 28 – OBJETIVOS E METAS DA PROAD PARA UTILIZAR RACIONALMENTE OS RECURSOS DISPONÍVEIS NO IFPA

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Utilizar racionalmente os recursos disponíveis no IFPA	Gerir e otimizar com Responsabilidade os Recursos Públicos	Programar, em tempo hábil, ações a serem executadas com os recursos orçamentários estabelecidos na Lei de Orçamento Anual.
		Subsidiar a Reitoria, Pró-Reitoria e Campi na elaboração de Projetos pleiteantes de recursos aos Órgãos Concedentes.
	Fornecer dados de gestão aos Órgãos de Controle Interno e Setores do IFPA.	Criação de programas tecnológicos até 2010, que registrem e consolidem as ações planejadas a serem executadas, por *Campi*, Reitoria e Pró-Reitorias.
		Consolidação, até 2010, de programa que divulgue e controle a Reitoria, Pró-Reitorias e c*ampi* à execução das ações programadas no PTA, conforme o orçamento.
	Elaborar, em consonância com o PDI, as diretrizes e a proposta orçamentária do IFPA em função dos planos, projetos e programas governamentais	Eleger estratégias, até 2010, por unidades de gestão do IFPA que busquem alternativas para captação de recursos orçamentários
		Realizar pelo menos 2 eventos anuais com as unidades de gestão do IFPA para divulgação e orientação sobre os sistemas governamentais

QUADRO 29 – OBJETIVOS E METAS DA PROAD PARA EXCELÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

Macro-objetivos	Micro-objetivos	Metas
Investir em programas de excelência na gestão pública	Investir na valorização do servidor	Definir até 2010 um conjunto de políticas e práticas para orientar o comportamento humano e as relações interpessoais no ambiente de trabalho.
		Ofertar anualmente por *campus* 2 eventos de capacitação para o crescimento profissional dos servidores, atendendo as metas do plano de desenvolvimento de pessoal do IFPA.
		Criar até 2013 em todos os *campi* condições de trabalho de acordo com os parâmetros legais vigentes.

5. RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INTITUIÇÃO

O IFPA possui um papel relevante no atendimento às políticas públicas de educação e inclusão social no contexto paraense, sobretudo quando se considera sua área de influência. Logo, se identifica o seu potencial para atender o setor produtivo primário, secundário e terciário, desde as demandas de formação básica inicial e continuada à formação de profissionais da educação.

O atendimento às políticas públicas de educação e de inclusão do IFPA é viabilizado por meio da sua atuação e desenvolvimento de projetos sociais e ações culturais proeminentes tanto local como regionalmente. A educação inclusiva é promovida em projetos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), por intermédio de convênios para formação e re-qualificação voltados ao desenvolvimento de uma cultura empreendedora capaz de gerar novos postos de trabalho e renda.

Como exemplo disto, o IFPA assumiu o compromisso pioneiro em oferecer a Ensino a Distância (EAD) na RFEPT, no âmbito da formação técnica no ensino médio; bem como cursos de formação pedagógica inicial e continuada para formação de professores. Assim, atenderá as regiões mais longínquas do Estado do Pará, no universo das áreas de ciências da natureza. Outros exemplos podem ser evidenciados pelas ações de responsabilidade social desempenhadas pelo instituto, as quais serão listadas a seguir, e em alguns casos, suas ações brevemente descritas:

a) **Programa Saberes da Terra**;
b) **O Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA)**;
c) **O Programa Escola de Fábrica**;
d) **Programa TECNEP para PNE**:

As ações desenvolvidas pelo TECNEP para PNE são:

d.1) Vestibular solidário;
d.2) Curso livre de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
d.3) Formação de Instrutores e Intérprete de LIBRAS;
d.4) Apoio a Profissionalização de PNE;
d.5) Curso Livre de Informática Inclusiva;
d.6) Curso de Aperfeiçoamento de professores:

- A construção da Pedagogia Inclusiva na Formação de Ensino Profissionalizante de nível técnico na modalidade EJA;
- Curso de Especialização *Latu Sensu*, a distancia, em educação profissional tecnológica inclusiva.

✓ O Projeto *Trainee:* Ressoacialização de internos do sistema penal

Considerando que o TECNEP não se restringe apenas à inclusão de pessoas com necessidades especiais, o Projeto *Trainee* assiste 10 detentos da Cadeia Pública de Castanhal com o objetivo de facilitar a reintegração social dos apenados no regime semi-aberto de prisão ao oportunizar atividades voltadas para capacitação profissional e atividades sócio-educativas que possam contribuir para um processo de re-elaboração de valores sociais, éticos, morais e espirituais.

e) **Parcerias com Movimento Social e Sociedade Civil Organizada**:

As ações desenvolvidas são:

- ✓ Apoio a comunidades rurais e instituições ligadas à agricultura familiar por meio da oferta de cursos de qualificação de trabalhadores rurais em diversas áreas (apicultura, piscicultura, horticultura, agroindústria, avicultura, produção de mudas etc.) e assistência técnica e extensão rural, além da certificação de cursos ministrados em parceria com organizações de agricultores familiares;
- ✓ Ensino Fundamental com Qualificação Social e Profissional e Produção Rural e Familiar;
- ✓ Cursos de formação continuada em Arranjos Produtivos Locais (APL): Produção, Beneficiamento e Transformação da Mandioca, Apicultura, Aquicultura e Pesca artesanal;
- ✓ Agroecologia para Jovens Agricultores da Amazônia Paraense;
- ✓ Telecentro Comunitário;
- ✓ Projeto Bolsa Trabalho;
- ✓ Oficinas culturais de Música.

f) **Projeto CEFET Solidário**:

Este projeto visa ao desenvolvimento sustentável, dando suporte à comunidade carente do bairro do Utinga, por meio de palestras de conhecimentos gerais oferecida pelos alunos da instituição e profissionais de diversas áreas (administradores, médicos, odontólogos, advogados e outros). Esse projeto é contínuo na comunidade para garantir que a mesma se desenvolva com o subsídio dos conhecimentos agregados pelos profissionais e jovens alunos da instituição.

g) **O projeto Oikos**:

O Oikos consiste na transformação de restos de materiais orgânicos, como papel e resíduos da poda do gramado da escola, em adubo. Com o trabalho de compostagem artesanal, ganham o meio ambiente e a população, que aprende em oficinas a trabalhar a reciclagem de materiais.

h) **Plano Nacional de Qualificação e Plano Territorial de Qualificação** (PNQ/PLANTEQ)

O PNQ/PLANTEC é fruto de um convênio com a Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social (SETEPS) e as suas ações centram-se na qualificação de agricultores familiares dos municípios de Acará, Brasil Novo, Conceição do Araguaia, Curralinho, Curuçá, Itupiranga e

Limoeiro do Ajuru nas áreas de Horticultura, produção e processamento da mandioca, meliponicultura, caprinocultura, avicultura, piscicultura, bovinocultura de leite, inseminação artificial, conservação e beneficiamento do pescado e curtimento da pele de peixe.

PARTE II – GESTÃO INSTITUCIONAL

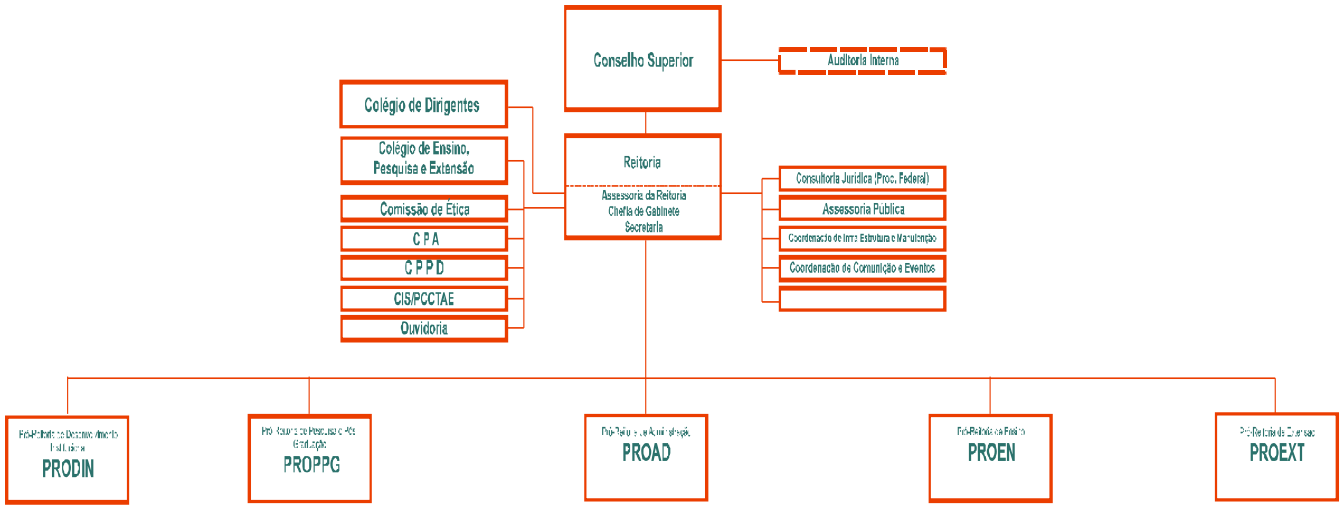
1. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

1.1 Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico

O Instituto Federal do Pará nasceu com 11 *campi*, localizados nas cidades de Abaetetuba, Altamira, Belém, Bragança, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Agrícola, Marabá Industrial, Tucurui e Santarém, e tem como Órgãos Superiores o Colegiado de Dirigentes e o Conselho Superior, cabendo a Reitoria e as cinco Pró-Reitorias e Diretorias Gerais, como Órgão Executivo, a administração central da Instituição.

A Reitoria é composta pela Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação e Pró-Reitoria de Extensão, além, da Auditoria Interna. A estrutura organizacional do IFPA está demonstrada na Figura 2.

FIGURA 2 - ORGANOGRAMA DO IFPA



De acordo com o **Art. 7º** do seu estatuto a organização geral do IFPA compreende:

I. ÓRGÃOS COLEGIADOS

a) Conselho Superior;
b) Colégio de Dirigentes;
c) Conselho de ensino, pesquisa e extensão

II. REITORIA

a) Gabinete;
b) Pró-Reitorias:
    i) Pró-Reitoria de Ensino;
    ii) Pró-Reitoria de Extensão;
    iii) Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós Graduação;
    iv) Pró-Reitoria de Administração; e
    v) Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;
c) Diretorias Sistêmicas;
d) Auditoria Interna.

III. OS *CAMPI*

1.2 Órgão Executivo

1.2.1 Pró-Reitoria de Administração

À pró-reitoria de Administração (PROAD) como área responsável pelo planejamento, execução e controle da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoas do instituto, caberá definir as diretrizes orçamentárias, através do planejamento da gestão de material e patrimônio, supervisionando a execução orçamentária e financeira dos *Campi*, e quando necessário, intervir no planejamento destes. É responsável pelas contratações dos serviços terceirizados e demais serviços referente à manutenção da infra-estrutura da Instituição.

Atua na Gestão de Pessoas, como responsável pela organização dos concursos públicos para admissão de novos servidores, além de administrar e planejar o cadastro e o desenvolvimento dos servidores, através de programas de capacitação, qualidade de vida e segurança no trabalho. Visando garantir a satisfação e o bem estar de todos, prestando serviço de excelência ao público interno e externo.

1.2.2 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

À Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), como área responsável pela análise e diagnóstico dos procedimentos, projetos e programas Institucionais, através de índices estáticos oriundos dos dados dos Sistemas de Controle do Governo Federal, compete subsidiar os planos de ações a serem adotados pelo Instituto, colaborando com o processo de tomada de decisão junto às demais áreas.

Além de fomentar o desenvolvimento sustentável da Instituição através da política de articulação entre os *campi*, o que visa facilitar a socialização das normatizações para a execução da inserção de dados nos sistemas, multiplicando o conhecimento para o desempenho das atividades, e garantir maior confiabilidade das informações, por meio de ferramentas fundamentadas na legislação vigente.

1.2.3 Pró-Reitoria de Ensino

À Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), como área responsável pela construção e/ou formulação de políticas educacionais e práticas curriculares que busquem um saber situado e capaz de responder às exigências da sociedade atual em seu processo dinâmico de transformação, compete fomentar propostas e projetos, contratos, convênios e outros instrumentos dessa natureza, voltados para a área de ensino, além de estimular e propor acordos de cooperação mútua entre o Instituto e outras instituições, buscando a melhoria de ensino através da troca de experiências.

Trata das questões pertinentes ao currículo, avaliação e planejamento do Ensino Básico, Técnico e da Graduação, assim como questões referentes aos docentes e educandos, e à integração da Educação Básica e Profissional com a Educação Superior. Articula e supervisiona juntamente com os *campi* as ações necessárias para seleção de alunos e contratação de professor efetivo e/ou substituto do IFPA, a partir de estudos de demandas e entrega do diagnóstico da necessidade pelo setor requerente. Além disso, desempenha outras atividades inerentes à Pró-Reitoria de Ensino.

1.2.4 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós Graduação (PROPPG), como área responsável pelo planejamento e acompanhamento das atividades e políticas de pesquisa, articulada ao ensino e à extensão, promove ações na área de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica.

Atua também, como órgão responsável pela supervisão e fiscalização dos Programas de Pós-Graduação, oferecido pelo IFPA, e pela capacitação de docentes e servidores técnico-administrativos, em nível de Pós-Graduação.

1.2.5 Pró-Reitoria de Extensão

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), como área responsável para estabelecer planos, programas e projetos de ações de extensão, faz a análise das propostas de convênio com empresas que ofereçam campo de aplicação para as atividades do Instituto, bem como, desenvolve projetos relacionado ao ensino a Distância e à educação agrícola, objetivando a implantação dos projetos

governamentais; além de promover a captação de recursos financeiros junto às Instituições de direito público e privado, especialmente através de convênios e programas de parcerias, que visem garantir a qualificação do aluno para o mundo do trabalho.

1.3 Diretorias Gerais dos *Campi*

A Diretoria Geral dos *Campi*, como área responsável para estabelecer as diretrizes administrativas e a política de ensino, pesquisa e extensão de cada Campus, observando a área geográfica de sua atuação, assim como a implementação e o aprimoramento dos planos e programas de ação estabelecidos pelas Pró-Reitorias, possui autonomia na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de material, podendo propor e realizar ações diversas das estabelecidas pelas Pró-Reitorias, em busca do desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, visando atender as necessidades do mercado de trabalho e das demandas sociais da região onde está localizada.

1.4 Auditoria Interna

À Auditoria Interna (AUDIN), como área responsável pela fiscalização, acompanhamento e assessoramento da gestão financeira, orçamentária, patrimonial, recursos humanos, bens, serviços, e operacional, visa comprovar a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a eficiência e a eficácia dos atos da Administração. Assessorando os gestores do Instituto no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento.

Também realiza auditorias e fiscalizações de acordo com o plano anual de atividades de Auditoria Interna e orienta os dirigentes sobre as medidas que deverão ser adotadas frente aos fatos irregulares ou antieconômicos que possam causar prejuízo ao Erário, além de acompanhar a implementação das determinações do Tribunal de Contas da União e as recomendações do Sistema de Controle Interno do poder Executivo Federal e demais entes do controle governamental e do controle social.

1.5 Órgãos Superiores

1.5.1 Conselho Superior

O órgão máximo do Instituto Federal tem caráter consultivo e deliberativo e é composto dos seguintes membros: o Reitor, como presidente; três representantes dos servidores docentes, eleitos por seus pares; três representantes do corpo discente, eleitos por seus pares; três representantes dos

servidores técnico-administrativos, eleitos por seus pares; dois representantes dos egressos, indicados pelas suas entidades representativas; quatro representantes da sociedade civil, sendo dois indicados por entidades patronais e dois indicados por entidades dos trabalhadores; dois representantes do setor público e/ou empresas estatais; um representante do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; o último ex-reitor; e os Diretores-Gerais dos *Campi*.

Tem como competências aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal e zelar pela execução de sua política educacional; aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal e dos Diretores-Gerais dos *Campi*, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008; aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual; aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares; aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente.

Além disso, tem como competência autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros; deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal; autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal, bem como o registro de diplomas; aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; e opinar sobre questões submetidas a sua apreciação.

1.5.2 Colegiado de Dirigentes

Órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, de caráter consultivo, e possui a seguinte composição: o Reitor, como presidente; os Pró-Reitores; e os Diretores-Gerais dos *Campi*.

Tem como Competências aprovar a distribuição interna de recursos; aprovar normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes; apresentar ao Conselho Superior proposta de criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal; aprovar o calendário de referência anual; aprovar normas de aperfeiçoamento da gestão; apreciar outros

assuntos de interesse da administração do Instituto Federal, desde que não estejam incluídos na competência do Conselho Superior.

1.5.3 Conselho de Ensino Extensão, Pesquisa e Extensão

Órgão com funções deliberativas sobre matéria acadêmica e didático-pedagógica, possuindo a seguinte composição, de caráter consultivo e é composto dos seguintes membros: o Reitor, como seu presidente; o Pró-Reitor de Ensino; o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; o Pró-Reitor de Extensão; um representante dos coordenadores dos cursos de pós-graduação, indicado por seus pares; um representante dos coordenadores dos cursos de graduação, indicado por seus pares; um representante dos coordenadores dos cursos técnicos de nível médio, indicado por seus pares; um representante da equipe pedagógica, indicado por seus pares; um representante do corpo técnico-administrativo, indicado por seus pares; um representante do corpo docente por Campus, indicado por seus pares; dois representantes do corpo discente, indicado por seus pares; dois representantes da sociedade civil, vinculados a instituições de fomento a pesquisa e/ou extensão.

Tem como Competências propor ao Conselho Superior diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão do Instituto Federal; propor ao Conselho Superior alterações na organização didática; apreciar propostas de criação, adequação e extinção de cursos, bem como de suspensão de oferta de vagas; estabelecer formas de acompanhamento e avaliação dos cursos; exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões; criar câmaras e/ou comissões, permanentes ou temporárias, para estudo de assuntos específicos; apreciar matérias relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão de interesse da administração do Instituto Federal, desde que não estejam incluídas na competência do Conselho Superior.

2. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

2.1 Corpo Docente

Nos subitens dessa seção será exposto o plano de carreira e o regime de trabalho do corpo docente do instituto.

2.1.1 Plano de Carreira e Regime de Trabalho

O regime jurídico é o da Lei nº. 8.112, de 11/12/1990, observado as disposições da Lei nº. 11.784, de 22/09/2008, do art. 105 a 121, que estruturou a partir de setembro de 2008, o Plano de Carreira e Cargos de magistério do ensino básico, técnico e tecnológico. Integra este Plano de Carreira e Cargos, os cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e

Tecnológico e o Cargo Isolado de provimento efetivo de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, este, criado nos termos desta Lei.

Os cargos inclusos no Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico são agrupados em classes e níveis como o exposto na Tabela 2, sendo que os detalhamentos concernentes a este plano podem ser verificados na Lei 11.784 22/09/2008.

TABELA 2 - ESTRUTURA DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

CLASSE	NÍVEL
D V	3
	2
	1
D IV	S
D III	4
	3
	2
	1
D II	4
	3
	2
	1
D I	4
	3
	2
	1

QUADRO 30 - ESTRUTURA DA CARREIRA DE PROFESSOR TITULAR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

CARGO	NÍVEL
Professor Titular	U

Aos titulares dos cargos de provimento efetivo do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico será aplicado um dos seguintes regimes de trabalho: tempo parcial de 20 horas semanais de trabalho; tempo integral de 40 horas semanais de trabalho, em 2 turnos diários completos; ou Dedicação Exclusiva (DE), com obrigação de prestar 40 horas semanais de trabalho em 2 turnos diários completos e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada.

Aos docentes aos quais se aplique o regime de dedicação exclusiva permitir-se-á participação em órgãos de deliberação coletiva relacionada com as funções de Magistério; participação em comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas com o ensino ou a pesquisa; percepção de direitos autorais ou correlatos; e colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua

especialidade e devidamente autorizada pela Instituição Federal de Ensino para cada situação específica, observado o disposto em regulamento.

2.1.2 Cronograma e Plano de Expansão do Corpo Docente, com Regime de Trabalho e Titulação por Campus

Na expectativa de melhor demonstrar o cronograma e o plano de expansão do corpo docente do IFPA, optou-se por detalhar tais informações por *campi* a partir de informações provenientes da Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) e da coordenação de gestão de pessoas de cada *campus*.

a) Campus Abaetetuba

A projeção do corpo docente do Campus Abaetetuba prevista para o período de vigência do PDI 2009-2013 está demonstrada na Tabela 3:

TABELA 3 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE DO CAMPUS ABAETETUBA 2009-2013

TITULAÇÃO MÁXIMA	REGIME DE TRABALHO			2009	2010 (40h)	2011 (40h)	2012 (40h)	2013 (40h)
	*20h	*40h	*DE					
Graduado	0	3	4	7	2	1	0	0
Especialista	0	4	4	8	6	17	20	20
Mestre	0	5	11	16	27	25	30	30
Doutor	0	1	0	1	0	9	9	9
Total	**0**	**13**	**19**	**32**	**36**	**53**	**60**	**60**

Fonte: III Encontro de Dirigentes e DIGEP, 2009.

Legenda:
*20h – Tempo parcial;
*40h – Tempo integral;
*DE – Regime de trabalho Dedicação Exclusiva.

b) Campus Altamira

A projeção do corpo docente prevista para o Campus Altamira durante o período de vigência do PDI, 2009-2013 de 51 vagas distribuídas por áreas e de acordo com a necessidade dos cursos, está consolidada na Tabela 4:

- Em 2009 – 10 vagas (Infraestrutura, hospitalidade, informática, meio ambiente e educação física);
- Em 2010 – 20 vagas (Ciências humanas, exatas e naturais e biológicas);
- Em 2011/2012/2013 – 21 vagas (Infraestrutura, indústria, energia e ciências agrárias).

TABELA 4 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE DO CAMPUS ALTAMIRA 2009-2013

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO			2009	2010 (40h)	2011 (40h)	2012 (40h)	2013 (40h)
	20h	40h	DE					
Graduado	0	1	3	4	...	...	...	...
Especialista	0	0	0	0	...	...	...	...
Mestre	0	1	5	6	...	...	...	...
Doutor	0	0	0	0	...	...	...	...
Total	**0**	**2**	**8**	**10**	**20**	**30**	**41**	**51**

Fonte: III Encontro de Dirigentes e DIGEP, 2009.

c) Campus Belém

A projeção do corpo docente do Campus Belém prevista para o período de vigência do PDI 2009-2013 está demonstrada na Tabela 5.

TABELA 5 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE DO CAMPUS BELÉM 2009-2013

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO			2009	2010 (40h)	2011 (40h)	2012 (40h)	2013 (40h)
	20h	40h	DE					
Graduado	7	14	21	42	...	...	...	...
Especialista	14	18	72	104	...	...	...	...
Mestre	4	30	71	105	...	...	...	...
Doutor	1	5	13	19	...	...	...	...
Total	**26**	**67**	**177**	**270**	**305**	**345**	...	...

Fonte: III Encontro de Dirigentes e DIGEP, 2009.

d) Campus Bragança

A projeção do corpo docente prevista para o Campus Bragança, durante o período de vigência do PDI, 2009-2013 é de 60 vagas distribuídas de acordo com a necessidade dos cursos, está consolidada na Tabela 6:

- Em 2009 – 25 vagas;
- Em 2010 – 25 vagas;
- Em 2011 – 45 vagas;
- Em 2012 – 60 vagas;
- Em 2013 – 60 vagas.

TABELA 6 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE DO CAMPUS BRAGANÇA 2009-2013

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO			2009	2010 (40h)	2011 (40h)	2012 (40h)	2013 (40h)
	20h	40h	DE					
Graduado	0	2	1	3	...	...	...	...
Especialista	0	1	7	8	...	...	...	...
Mestre	0	6	7	13	...	...	...	...
Doutor	0	0	1	1	...	...	...	...
Total	**0**	**9**	**16**	**25**	**25**	**45**	**60**	**60**

Fonte: III Encontro de Dirigentes e DIGEP, 2009.

e) Campus Castanhal

A projeção do corpo docente do Campus Castanhal prevista para o período de vigência do PDI 2009-2013 está demonstrada na Tabela 7:

TABELA 7 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE DO CAMPUS CASTANHAL 2009-2013

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO			2009	2010 (40h)	2011 (40h)	2012 (40h)	2013 (40h)
	20h	40h	DE					
Graduado			3	3	...	...	...	...
Especialista			24	24	...	...	...	...
Mestre			20	20	...	...	...	...
Doutor		1	10	11	...	...	...	...
Total		**1**	**57**	**58**	**70**	**80**	**90**	**100**

Fonte: III Encontro de Dirigentes e DIGEP, 2009.

f) Campus Conceição do Araguaia

A projeção do corpo docente do Campus Conceição do Araguaia prevista para o período de vigência do PDI 2009-2013 está demonstrada na Tabela 8.

TABELA 8 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE DO CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA 2009-2013

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO			2009	2010 (40h)	2011 (40h)	2012 (40h)	2013 (40h)
	20h	40h	DE					
Graduado	0	2	7	9	11	4	2	...
Especialista	0	0	1	1	4	4	5	...
Mestre	0	1	3	4	11	3	4	...
Doutor	0	0	0	0	2	2	2	...
Total	**0**	**3**	**11**	**14**	**42**	**55**	**68**	**68**

Fonte: III Encontro de Dirigentes e DIGEP, 2009.

g) Campus Itaituba

A projeção do corpo docente do Campus Itaituba prevista para o período de vigência do PDI 2009-2013 está demonstrada na Tabela 9.

TABELA 9 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE DO CAMPUS ITAITUBA 2009-2013

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO			2009	2010 (40h)	2011 (40h)	2012 (40h)	2013 (40h)
	20h	40h	DE					
Graduado	0	0	0	0	...	...	...	...
Especialista	0	0	0	0	...	...	...	...
Mestre	0	0	1	1	...	...	...	...
Doutor	0	0	0	0	...	...	...	...
Total	**0**	**0**	**1**	**1**	**40**	**50**	**60**	**60**

Fonte: III Encontro de Dirigentes e DIGEP, 2009.

h) Campus Marabá Rural

A projeção do corpo docente do Campus Marabá Rural prevista para o período de vigência do PDI 2009-2013 está demonstrada na Tabela 10.

TABELA 10 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE DO CAMPUS MARABÁ RURAL 2009-2013

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO			2009	2010 (40h)	2011 (40h)	2012 (40h)	2013 (40h)
	20h	40h	DE					
Graduado	0	1	0	1	...	...	...	...
Especialista	0	0	0	0	...	...	...	...
Mestre	0	0	0	0	...	...	...	...
Doutor	0	0	0	0	...	...	...	...
Total	**0**	**1**	**8**	**9**	**49**	**59**	**69**	**79**

Fonte: III Encontro de Dirigentes e DIGEP, 2009.

i) Campus Marabá Industrial

A projeção do corpo docente do Campus Marabá Industrial prevista para o período de vigência do PDI 2009-2013 está demonstrada na Tabela 11.

TABELA 11 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE DO CAMPUS MARABÁ INDUSTRIAL 2009-2013

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO			2009	2010 (40h)	2011 (40h)	2012 (40h)	2013 (40h)
	20h	40h	DE					
Graduado	0	0	2	2	...	...	...	...
Especialista	0	0	6	6	...	...	...	...
Mestre	0	0	0	0	...	...	...	...
Doutor	0	0	0	0	...	...	...	...
Total	**0**	**0**	**8**	**8**	**30**	**40**	**50**	**50**

Fonte: III Encontro de Dirigentes e DIGEP, 2009.

j) Campus Santarém

A projeção do corpo docente do Campus Santarém prevista para o período de vigência do PDI 2009-2013 está demonstrada na Tabela 12.

TABELA 12 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE DO CAMPUS SANTARÉM 2009-2013

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO			2009	2010 (40h)	2011 (40h)	2012 (40h)	2013 (40h)
	20h	40h	DE					
Graduado	0	0	0	0	...	...	...	...
Especialista	0	0	1	1	...	...	...	...
Mestre	0	0	1	1	...	...	...	...
Doutor	0	0	0	0	...	...	...	...
Total	**0**	**0**	**2**	**2**	**11**	**21**	**28**	**35**

Fonte: III Encontro de Dirigentes e DIGEP, 2009.

k) Campus Tucuruí

A projeção do corpo docente do Campus Tucuruí prevista para o período de vigência do PDI 2009-2013 está demonstrada na Tabela 13.

TABELA 13 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE DO CAMPUS TUCURUÍ 2009-2013

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO			2009	2010 (40h)	2011 (40h)	2012 (40h)	2013 (40h)
	20h	40h	DE					
Graduado	0	7	1	8	...	...	...	...
Especialista	1	4	6	11	...	...	...	...
Mestre	0	4	4	8	...	...	...	...
Doutor	0	0	0	0	...	...	...	...
Total	**1**	**15**	**11**	**27**	**35**	**43**	**51**	**51**

Fonte: III Encontro de Dirigentes e DIGEP, 2009.

2.2 Técnicos Administrativos

Nos subitens dessa seção será exposto o plano de carreira e o regime de trabalho do corpo dos técnicos administrativo do instituto.

2.2.1 Plano de Carreira e Regime de Trabalho

O regime jurídico é o da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observando as disposições da Lei nº. 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que estruturou o Plano de Carreira dos Cargos de Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

O PCCTAE reorganiza a carreira do servidor, alocando os cargos em cinco níveis (A, B, C, D e E), classificados segundo a escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico, com quatro níveis de capacitação cada, conforme Quadro 29.

QUADRO 31 - PCCTAE

A				Assistente de Estúdio; **Auxiliar** (de Alfaiate, de Carpintaria, de Dobrador, de Encanador, de Estofador, de Forjador de Metais, de Fundição de Metais, de Infraestrutura e Manutenção/área, de Limpeza, de Marcenaria, de Oficina de Instrumentos Musicais, de Padeiro, de Sapateiro;de Serralheria, de Soldador, Operacional, Rural);Carvoejador; Chaveiro; Lavadeiro; Oleiro; Operador de Máquinas de Lavanderia; Pescador Profissional; Servente de limpeza; Servente de Obras; **Taifeiro**(Fluvial, Marítimo); Vestiarista
I	II	III	IV	
B				Açougueiro; Ajustador Mecânico; Apontador; Armador; Armazenista; Arrais; **Assistente** (de Câmara, de Montagem, de Som); **Atendente** (de Consultório, de Enfermagem); **Auxiliar** (de Agropecuária; de Anatomia e Necropsia; de Cenografia; de Cozinha; de Curtume e Tanantes; de Eletricista; de Farmácia; de Figurino; de Industrialização e Conservação de Alimentos; de Laboratório; de Mecânica; de Meteorologia; de Microfilmagem; de Nutrição e Dietética; de Processamento de Dados); Barbeiro; Barqueiro; Bombeiro Hidráulico; Carpinteiro; Compositor Gráfico; Conservador de Pescado; Contramestre Fluvial/Marítimo; Copeiro; Costureiro; Desenhista Copista; Eletricista de Embarcação; Estofador; Garçom; Jardineiro; Lancheiro; Marceneiro; Marinheiro; Marinheiro Fluvial; Massagista; Mestre de Rede; Montador/Soldador; Motociclista; Operador de Teleimpressora; Padeiro; Pedreiro; Pintor/Área; Pintor de Construção Cênica e Painéis; Sapateiro; Seleiro; Tratorista; Vidraceiro.
I	II	III	IV	
C				Afinador de Instrumentos Musicais; Almoxarife; Ascensorista; **Assistente** (de Alunos; de Laboratório; de Tecnologia da Informação); **Auxiliar** (de Biblioteca, de Creche, de Enfermagem; de Saúde; de Topografia; de Veterinária e Zootecnia; em Administração; em Assuntos Educacionais); Camareiro de Espetáculo; Condutor/Motorista Fluvial; Contínuo; Contramestre/Ofício; Contra-regra; Costureiro de Espetáculo/Cenário; Cozinheiro; Cozinheiro de Embarcações; Datilógrafo de Textos Gráficos; Detonador; Discotecário; Eletricista; Eletricista de Espetáculo; Encadernador; Encanador/Bombeiro; Hialotécnico; Impositor; Impressor; Linotipista; Locutor; Maquinista de Artes Cênicas; Mateiro; Mecânico; Mecânico de Montagem e Manutenção; Mestre de Embarcações de Pequeno Porte; Motorista; Operador de Caldeira; **Operador** (de Central Hidrelétrica; de Destilaria; de Estação de Tratamento de Água e Esgoto, de Luz; de Máquinas de Construção Civil, de Máquina Fotocompositora, de Máquinas de Terraplanagem; de Máquina Copiadora; de Máquinas Agrícolas, de Radio-Telecomunicações); Porteiro; Programador de Rádio e Televisão; Recepcionista; Revisor de Provas Tipográficas; Salva-Vidas;Telefonista; Tipógrafo; Torneiro Mecânico; Vidreiro.
I	II	III	IV	
D				**Assistente** (de Direção e Produção; em Administração); Confeccionador de Instrumentos Musicais; **Desenhista** (de Artes Gráficas; Projetista); Diagramador; Editor de Imagens; Instrumentador Cirúrgico; Mestre de Edificações e Infra-estrutura; Montador Cinematográfico; Operador de Câmera de Cinema e TV; Recreacionista; Revisor de Texto em Braile; Taxidermista; **Técnico**(de Aerofotogrametria, de Agropecuária, de Laboratório/Área, de Tecnologia da Informação, em Agrimensura, em Agropecuária, em Alimentos e Laticínios, em Anatomia e Necropsia, em Arquivo, em Artes Gráficas, em Audiovisual, em Cartografia, em Cinematografia, em Contabilidade, em Curtume e Tanagem, em Economia Doméstica, em Edificações, em Educação Física, em Eletroeletrônica, em Eletromecânica, em Eletrotécnica, em Enfermagem, em Enfermagem do Trabalho, em Enologia, em Equipamentos Médico-Odontológicos, em Estrada; em Farmácia, em Geologia; em Herbário, em Hidrologia, em Higiene Dental, em Instrumentação, em Mecânica; em Metalurgia, em Meteorologia, em Microfilmagem, em Mineração, em Móveis e Esquadrias, em Música; em Nutrição e Dietética, em Ortóptica, em Ótica; em Prótese Dentária, em Química, em Radiologia, em Reabilitação ou Fisioterapia; em Refrigeração, em Restauração; em Saneamento, em Segurança do Trabalho;Telecomunicações, em Telefonia); Tradutor e Interprete de Linguagem de Sinais; etc.
I	II	III	IV	
E				TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR e, Mestre (Fluvial, Regional), **Comandante** (de Lancha, de Navio), Imediato, Primeiro Condutor.
I	II	III	IV	

Fonte: Lei 11.091de 12/01/2005.

As áreas de atuação do servidor são agrupadas em dez ambientes organizacionais. São eles: administrativo; infra-estrutura; ciências humanas; jurídicas e econômicas; ciências biológicas; ciências exatas e da natureza; ciências da saúde, agropecuário, informação; artes comunicação e difusão e marítimo, fluvial e lacustre. Quanto à forma de desenvolvimento dos servidores na carreira, o plano prevê a progressão funcional por capacitação e mérito profissional. Valoriza a educação continuada do servidor através do incentivo à qualificação àquele que possuir educação formal superior ao exigido pelo cargo que ocupa.

Aos titulares dos cargos de Técnico-Administrativos em Educação será aplicado o regime de trabalho de tempo integral de 40 horas semanais de trabalho, em dois turnos diários completos.

2.2.1 Cronograma e Plano de Expansão dos Técnicos Administrativos, com Regime de Trabalho e Nível/Classe por Campus

Na expectativa de melhor demonstrar o cronograma e o plano de expansão do quadro de técnicos administrativos do IFPA, optou-se por detalhar tais informações por *campi* a partir de informações provenientes da Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP).

a) Campus Abaetetuba

A projeção do corpo técnico administrativo do Campus Abaetetuba prevista para o período de vigência do PDI 2009-2013 está demonstrada na Tabela 14.

TABELA 14 – CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO CAMPUS ABAETETUBA (2009-2013)

Nível/Classe	Regime de trabalho	2009	2010	2011	2012	2013
Classe C – NI	40 h/semanal	01	02	02	02	02
Classe D – NI	40 h/semanal	09	15	20	25	28
Classe E – NS	40 h/semanal	08	10	13	17	20
Total		**18**	**27**	**35**	**46**	**50**

Fonte: DIGEP, 2009.

TABELA 15 – DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES TAE EM NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO E ESCOLARIDADE

Classe	Fundamental Incompleto	Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Total
A	--	--	--	--	--	--	--
B	--	--	--	--	--	--	--
C	--	--	01	--	--	--	01
D	--	--	06	03	--	--	09
E	--	--	--	05	03	--	08
Total	--	--	**06**	**08**	**03**	--	**18**

Fonte: DIGEP, 2009.

b) Campus Altamira

A projeção do corpo técnico administrativo do Campus Altamira prevista para o período de vigência do PDI 2009-2013 está demonstrada na Tabela 16.

TABELA 16 – CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO (2009-2013)

Titulação	Regime de trabalho	2009	2010	2011	2012	2013
Classe C – NI	40 h/semanal	01	01	02	02	02
Classe D – NI	40 h/semanal	08	08	20	25	28
Classe E – NS	40 h/semanal	02	05	10	15	20
Total		**11**	**14**	**32**	**42**	**50**

Fonte: DIGEP, 2009.

TABELA 17 – DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES TAE EM NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO E ESCOLARIDADE

Classe	Fundamental Incompleto	Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Total
A	--	--	--	--	--	--	--
B	--	--	--	--	--	--	--
C	--	01	--	--	--	--	01
D	--	--	05	03	--	--	08
E	--	--	--	02	--	--	02
Total	**--**	**01**	**06**	**06**	**01**	**--**	**11**

Fonte: DIGEP, 2009.

c) Campus Belém

A expansão do corpo técnico administrativo do Campus Belém prevista para o período de vigência do PDI 2009-2013 está demonstrada na Tabela 18.

TABELA 18 – CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO (2009-2013)

Titulação	Regime de trabalho	2009	2010	2011	2012	2013
Classe A e B - NF	40h/semanal	02	02	02	02	02
Classe C - NI	40 h/semanal	35	35	35	35	35
Classe D - NI	40 h/semanal	100	120	130	140	150
Classe E - NS	40 h/semanal	43	60	65	70	75
Total		**180**	**217**	**232**	**247**	**262**

Fonte: DIGEP, 2009.

TABELA 19 – DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES TAE EM NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO E ESCOLARIDADE

Classe	Fundamental Incompleto	Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Total
A	--	--	--	--	--	--	--
B	--	02	--	--	--	--	02
C	--	09	22	03	01	--	35
D	--	--	24	63	12	01	100
E	--	--	--	18	24	01	43
Total	**--**	**11**	**46**	**84**	**37**	**02**	**180**

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) – 2009

d) Campus Bragança

A projeção do corpo técnico administrativo do Campus Bragança prevista para o período de vigência do PDI 2009-2013 está demonstrada na Tabela 20.

TABELA 20 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO (2009-2013)

Titulação	Regime de trabalho	2009	2010	2011	2012	2013
Classe C - NI	40 h/semanal	00	01	02	02	02
Classe D - NI	40 h/semanal	10	15	20	25	28
Classe E - NS	40 h/semanal	08	10	13	17	20
Total		**18**	**26**	**35**	**46**	**50**

Fonte: DIGEP, 2009.

TABELA 21 - DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES TAE EM NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO E ESCOLARIDADE

Classe	Fundamental Incompleto	Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Total
A	--	--	--	--	--	--	--
B	--	--	--	--	--	--	--
C	--	--	--	--	--	--	--
D	--	--	08	02	--	--	10
E	--	--	--	02	06	--	08
Total	--	--	**08**	**04**	**06**	--	**18**

Fonte: DIGEP, 2009.

e) Campus Castanhal

A projeção do corpo técnico administrativo do Campus Castanhal prevista para o período de vigência do PDI 2009-2013 está demonstrada na Tabela 22.

TABELA 22 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO (2009-2013)

Titulação	Regime de trabalho	2009	2010	2011	2012	2013
Classe C - NI	40 h/semanal	44	44	46	46	46
Classe D - NI	40 h/semanal	28	37	45	50	55
Classe E - NS	40 h/semanal	13	19	25	30	30
Total		**85**	**100**	**136**	**126**	**131**

Fonte: DIGEP, 2009.

TABELA 23 - DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES TAE EM NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO E ESCOLARIDADE

Classe	Fundamental Incompleto	Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Total
A	02	--	05	--	--	--	**07**
B	--	--	11	--	--	--	**11**
C	--	12	03	10	01	--	**26**
D	--	--	15	07	06	--	**28**
E	--	--	--	05	07	01	**13**
Total	**02**	**12**	**34**	**22**	**14**	**01**	**85**

Fonte: DIGEP, 2009.

f) Campus Conceição do Araguaia

A projeção do corpo técnico administrativo do Campus Conceição do Araguaia prevista para o período de vigência do PDI 2009-2013 está demonstrada na Tabela 24.

TABELA 24 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO (2009-2013)

Titulação	Regime de trabalho	2009	2010	2011	2012	2013
Classe C - NI	40 h/semanal	00	00	02	02	02
Classe D - NI	40 h/semanal	11	15	20	25	28
Classe E - NS	40 h/semanal	07	10	13	17	20
Total		**18**	**22**	**35**	**44**	**50**

Fonte: DIGEP, 2009.

TABELA 25 - DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES TAE EM NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO E ESCOLARIDADE

Classe	Fundamental Incompleto	Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Total
A	--	--	--	--	--	--	--
B	--	--	--	--	--	--	--
C	--	--	--	--	--	--	--
D	--	--	07	03	01	--	11
E	--	--	--	05	02	--	07
Total	--	--	**04**	**06**	**03**	--	**18**

Fonte: DIGEP, 2009.

g) Campus Itaituba

A projeção do corpo técnico administrativo do Campus Itaituba prevista para o período de vigência do PDI 2009-2013 está demonstrada na Tabela 26.

TABELA 26 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO (2009-2013)

Titulação	Regime de trabalho	2009	2010	2011	2012	2013
Classe C - NI	40 h/semanal	00	02	02	02	02
Classe D - NI	40 h/semanal	00	10	15	21	28
Classe E - NS	40 h/semanal	00	08	13	17	20
Total		**00**	**20**	**30**	**40**	**50**

Fonte: DIGEP, 2009.

TABELA 27 - DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES TAE EM NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO E ESCOLARIDADE

Classe	Fundamental Incompleto	Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Total
A	--	--	--	--	--	--	--
B	--	--	--	--	--	--	--
C	--	--	--	--	--	--	--
D	--	--	--	--	--	--	--
E	--	--	--	--	--	--	--
Total	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: DIGEP, 2009.

h)Campus Marabá Agrícola

A projeção do corpo técnico administrativo do Campus Marabá Agrícola prevista para o período de vigência do PDI 2009-2013 está demonstrada na Tabela 28.

TABELA 28 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO (2009-2013)

Titulação	Regime de trabalho	2009	2010	2011	2012	2013
Classe C – NI	40 h/semanal	00	02	02	02	02
Classe D – NI	40 h/semanal	00	10	15	21	28
Classe E – NS	40 h/semanal	00	08	13	17	20
Total		**00**	**20**	**30**	**40**	**50**

Fonte: DIGEP, 2009.

TABELA 29 – DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES TAE EM NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO E ESCOLARIDADE

Classe	Fundamental Incompleto	Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Total
A	--	--	--	--	--	--	--
B	--	--	--	--	--	--	--
C	--	--	--	--	--	--	--
D	--	--	--	--	--	--	--
E	--	--	--	--	--	--	--
Total	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) – 2009

i) Campus Marabá Industrial

A projeção do corpo técnico administrativo do Campus Marabá Industrial prevista para o período de vigência do PDI 2009-2013 está demonstrada na Tabela 30.

TABELA 30 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO (2009-2013)

Titulação	Regime de trabalho	2009	2010	2011	2012	2013
Classe C – NI	40 h/semanal	00	00	02	02	02
Classe D – NI	40 h/semanal	08	09	16	22	28
Classe E – NS	40 h/semanal	06	09	12	16	20
Total		**14**	**18**	**30**	**40**	**50**

Fonte: DIGEP, 2009.

TABELA 31 – DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES TAE EM NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO E ESCOLARIDADE

Classe	Fundamental Incompleto	Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Total
A	--	--	--	--	--	--	--
B	--	--	--	--	--	--	--
C	--	--	--	--	--	--	--
D	--	--	06	02	--	--	08
E	--	--	--	04	02	--	06
Total	**--**	**--**	**06**	**06**	**02**	**--**	**14**

Fonte: DIGEP, 2009.

j) Campus Santarém

A projeção do corpo técnico administrativo do Campus Santarém prevista para o período de vigência do PDI 2009-2013 está demonstrada na Tabela 32.

TABELA 32 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO (2009-2013)

Titulação	Regime de trabalho	2009	2010	2011	2012	2013
Classe C – NI	40 h/semanal	00	00	02	02	02
Classe D - NI	40 h/semanal	00	10	15	22	28
Classe E - NS	40 h/semanal	00	07	12	15	20
Total		**00**	**17**	**29**	**39**	**50**

Fonte: DIGEP, 2009.

TABELA 33 – DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES TAE EM NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO E ESCOLARIDADE

Classe	Fundamental Incompleto	Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Total
A	--	--	--	--	--	--	--
B	--	--	--	--	--	--	--
C	--	--	--	--	--	--	--
D	--	--	--	--	--	--	--
E	--	--	--	--	--	--	--
Total	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) – 2009

k) Campus Tucuruí

A projeção do corpo técnico administrativo do Campus Tucuruí prevista para o período de vigência do PDI 2009-2013 está demonstrada na Tabela 34.

TABELA 34 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO (2009-2013)

Titulação	Regime de trabalho	2009	2010	2011	2012	2013
Classe A – NF	40 h/semanal	01	01	01	01	01
Classe C – NI	40 h/semanal	01	02	04	06	06
Classe D – NI	40 h/semanal	09	11	18	25	30
Classe E – NS	40 h/semanal	03	07	12	15	20
Total		**14**	**21**	**35**	**47**	**57**

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) – 2009

TABELA 35 – DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES TAE EM NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO E ESCOLARIDADE

Classe	Fundamental Incompleto	Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Total
A	01	--	--	--	--	--	01
B	--	--	--	--	--	--	--
C	--	01	--	--	--	--	01
D	--	--	07	02	--	--	09
E	--	--	--	02	01	--	03
Total	**01**	**01**	**07**	**04**	**01**	**--**	**14**

Fonte: DIGEP, 2009.

2.3 Política de Capacitação e Qualificação de Pessoas

O Decreto nº. 5.707, de 23 de fevereiro de 2006**,** institui a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com as seguintes finalidades: melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; desenvolvimento permanente do servidor público; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.

O Plano de Desenvolvimento e Qualificação de Pessoal do IFPA tem como referência os planos de desenvolvimento institucional do antigo CEFET-PA e Escola Agrotécnica de Castanhal, os quais têm como objetivo geral contribuir para o desenvolvimento profissional dos servidores técnico-administrativos e docentes, integrados ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento institucional e são constituídos pelos **Programas de Dimensionamento de Pessoal, Avaliação de Desempenho e Capacitação.**

Neste sentido, valorizando e incentivando o desenvolvimento dos servidores do IFPA, serão concedidas bolsas de estudo para educação formal, em nível de pós-graduação, e realizações de cursos, oficinas, seminários e palestras como capacitações em três eixos temáticos: qualidade de vida do servidor, segurança e saúde no trabalho, e melhoria nas relações interpessoais no trabalho com aprimoramento do conhecimento específico e desenvolvimento de habilidades pessoais.

2.3.1 Cronograma de Desenvolvimento de Técnico-Administrativos

A política de desenvolvimento na educação formal dos TAE consiste na observância das Classes. Assim, na Classe A, B e C pretende-se aumentar o quantitativo de servidores até a titulação de especialistas, passando pela formação do ensino médio e graduação. Quanto a Classe D e E, incentiva-se à titulação de Mestres e Doutores, com ônus financeiro à instituição em ambos os casos.

A Tabela 36 apresenta o quadro atual dos TAE e a meta que a instituição almeja alcançar durante o período de vigência deste PDI para o desenvolvimento do seu corpo técnico administrativo. A meta refere-se à quantidade de bolsas anuais que o IFPA deverá oferecer aos TAE, observando suas respectivas formação/titulação. A quantidade das bolsas será estabelecida com base no percentual das formação/titulação atuais, ou seja, busca-se desenvolver 75% dos servidores com ensino fundamental, 50% dos servidores com Ensino médio, 50% dos graduados e 40% dos especialistas.

TABELA 36 – META PARA DESENVOLVIMENTO DOS TAE (2009-2013)

Nível Escolaridade	Qtde. TAE'S 2009	2010	2011	2012	2013
Fund. Incompleto	3	--	--	--	--
Fundamental	25	--	--	--	--
Médio	117	05	05	05	05
Graduação	150	15	15	15	15
Especialização	67	20	20	20	15
Mestrado	02	13	13	13	13
Doutorado	0	01	01	--	--

Fonte: DIGEP, 2009.

2.3.2 Cronograma de Desenvolvimento de Docentes do quadro de pessoal permanente

Quanto ao desenvolvimento dos Docentes na educação formal, a meta pretendida pela Instituição durante o período de vigência deste PDI (2009-2013) será a de aumentar a titulação do corpo docente e diminuir paulatinamente o quantitativo de destes em nível de graduação, favorecendo a participação em programas de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado com ônus financeiro à instituição, conforme exposto na Tabela 37.

A meta refere-se à quantidade de bolsas que o IFPA deverá oferecer por ano aos docentes, observando suas respectivas titulações. Sendo que a quantidade das bolsas será estabelecida com base no percentual das titulações atuais, ou seja, busca-se desenvolver 50% dos graduados, 40% dos especialistas e 10% dos mestres e doutores.

TABELA 37 – META PARA DESENVOLVIMENTO DO CORPO DOCENTE (2009-2013)

Titulação	Qtde. Docentes 2009	2010	2011	2012	2013
Graduação	82	--	--	--	--
Especialização	161	11	10	10	10
Mestrado	173	15	17	18	15
Doutorado	32	05	05	05	05
Pós-doutorado	0	03	03	03	03

Fonte: DIGEP, 2009.

3. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

3.1 Formas de Acesso

O ingresso ao IFPA ocorre atualmente por meio de processo seletivo que utiliza diferentes instrumentos como provas escritas, análise sócio-econômica e redação, garantindo as formas de acessibilidade a pessoas com necessidades educacionais especiais e tendo como base critérios que considerem como determinantes: a origem dos candidatos como egressos do ensino público, cor,

etnia e renda; e o resultado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), visando fortalecer e garantir políticas públicas de acesso, permanência e inclusão social.

Outros meios de ingresso são as transferências *ex-oficio* prevista na Lei 9356/97; o processo do "vestibulinho", que permite a troca de cursos por alunos regularmente matriculados; e transferências de alunos originários de outros institutos federais.

3.2 Programas de Apoio Pedagógico, Financeiro e Estímulo a Permanência no IFPA

O Instituto em sua organização acadêmica desenvolve ações de atendimento aos educandos, ofertando apoio pedagógico e social, acessibilidade que garanta o prosseguimento de seus estudos, em todos os níveis e modalidades de ensino. Nestas ações, são considerados os diferentes aspectos e sujeitos da comunidade escolar. Assim, os educandos recebem subsídios na busca das melhores alternativas para o seu desenvolvimento.

O IFPA difunde o Programa de Empreendedorismo como mecanismo de estímulo e apoio à formação empreendedora dos educandos, desta forma, o instituto subsidia programas fomentados pelas bolsas de extensão a fim de facilitar a permanência do estudante carente na instituição. Estas bolsas são detalhadas no regulamento disciplinar do instituto.

Outra prática referente ao relacionamento com os educandos concerne no estágio curricular que compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento e documentação) realizada pelo IFPA. Realizando o estágio, o aluno ainda tem o direito, conforme lei específica em vigor, ao seguro saúde. Desta forma, promovem-se condições ecológicas favoráveis ao desenvolvimento do educando no processo educacional por meio de serviços biopsicossociais.

O atendimento ao educando está setorizado no IFPA através de departamentos de Assistência Social e Psicológica ao Estudante; Departamento de Apoio ao Estudante ao Ensino, com suas respectivas coordenação de ações preventivas, de material didático, de apoio social da modalidade PROEJA com possibilidade de atendimento a merenda escolar; Orientação Educacional e o Núcleo de Atendimento dos Portadores de Necessidades Especiais. Os serviços oferecidos aos educandos são distintos nos *campi* agrícolas e industriais, conforme descrição abaixo:

b) *Campi* agrícolas

- Residência estudantil feminina e masculina;
- Refeitório;
- Lavanderia;

- Atendimento médico e de enfermagem;
- Orientação psicopedagógica;
- Bolsa de apoio ao estudante:
  - ✓ Monitoria junto às disciplinas
  - ✓ Monitoria nos setores produtivos e administrativos
- Bolsa de iniciação à pesquisa;
- Programas esportivos e culturais;
- Programas de Formação - Gênero e Educação (PROFOR – MULHER);
- Atendimento à pessoa com necessidades educacionais especiais por meio dos NAPNE

c) *Campi* Industriais

- Atendimento médico, odontológico e de enfermagem;
- Orientação psicopedagógica;
- Bolsa de apoio ao estudante:
  - ✓ Monitoria junto às disciplinas
  - ✓ Monitoria nos setores produtivos e administrativos
- Bolsa de iniciação à pesquisa;
- Programas esportivos, técnico, científico e cultural;
- Programas de Formação para a cidadania (PROFOR);
- Atendimento à pessoa com necessidades educacionais especiais por meio dos NAPNE.

3.3 Organização Estudantil

A atuação do movimento estudantil na instituição educacional tem um papel significativo na estrutura organizacional, uma vez que representa a força impulsionadora para os processos de melhoria da qualidade dos serviços educacionais oferecidos. As políticas de incentivo à organização da classe discente no IFPA refletem-se na oferta de infra-estrutura mínima de funcionamento do grêmio estudantil e Diretório dos Centros Estudantis (DCE), nas orientações e apoio à criação de entidades estudantis e realização de atividades culturais e lazer, bem como, a garantia de canais de comunicação entre os educandos e a gestão.

3.4 Acompanhamento dos Egressos

A política de acompanhamento de egressos visa acompanhar o itinerário profissional de egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão. Diante disso, o instituto realizará o acompanhamento dos egressos em

todos os níveis e modalidades ofertadas por meio do Observatório Nacional do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica mediante a realização de estudos e pesquisas sobre o mercado de trabalho formal e APL, contemplando estatísticas, análises e informações, as quais subsidiarão o Instituto quanto à articulação com o mundo do trabalho. Programas próprios de acompanhamento do egresso bem como de Avaliação Institucional, serão fontes de informações que deverão ser utilizados para subsidiarem as ações institucionais.

O Observatório foi desenvolvido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC e pelo Sistema de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SIEP), cujos objetivos são levantar, sistematizar, analisar e disseminar as Informações de Demandas e Ofertas de Educação Profissional e Tecnológica de todo o país. O observatório também agrega parceiros Institucionais: IBGE, IPEA, INEP, DIEESE, Sistema S, Ministérios, Órgãos Fomentadores de Pesquisa, Organismos Internacionais e a Rede de Observatórios Regionais a serem implantadas nos Institutos Federais.

O processo de implantação do Observatório Nacional e da Rede de Observatório Regionais nos IF será de extrema relevância, visto que as informações disponibilizadas serão utilizadas na definição de políticas públicas de expansão da educação profissional e tecnológica no país, bem como será um instrumento imprescindível para a busca da eficácia e da efetividade dos programas e projetos de Educação Profissional Tecnológica (EPT), em toda a rede nacional.

PARTE III – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Os cursos do IFPA são regulamentados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e pelo Conselho Superior do instituto. Os cursos de Nível Técnico, Superiores de Tecnologia, Engenharia e Licenciatura são regidos pela Organização Didático-Pedagógica, assim como os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), apoiados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nos arranjos produtivos locais, aprovadas pelos Conselhos supracitados.

1.1 Estruturação dos Projetos Pedagógicos de Curso

A estrutura básica para a elaboração do projeto pedagógico e para o planejamento da oferta de novos cursos deve obedecer aos seguintes componentes:

- **Aspectos Gerais**
  a) Contextualização do Curso considerando os Arranjos Produtivos Locais (APL);
  b) Ato de Autorização do Curso;
- **Aspectos Específicos**
  a) Objetivos do Curso;
  b) Perfil Profissional e Egresso do Curso (de acordo com os APL);
  c) Requisitos de Acesso ao Curso;
- **Atividades a serem desenvolvidas**
  a) Organização Curricular**;**
- **Estrutura Curricular**
  a) Conteúdos Curriculares Metodológicos;
  b) Regime Letivo;
  c) Número de vagas;
  d) Corpo Docente.
- **Planos de realização do Estágio**
- **Trabalho de Conclusão de Curso e de Atividades Complementares**
- **Sistema de Avaliação do Projeto de Curso**
  a) Critérios e Procedimentos de Avaliação da Aprendizagem;

b) Critérios de Aproveitamento e Procedimentos de Avaliação de conhecimentos profissionais anteriormente desenvolvidos.

- **Atendimento ao Discente.**

1.2 Estágio Curricular Supervisionado

O estágio curricular, além de oportunizar a empregabilidade, favorece a reflexão, a análise e a avaliação das diferentes atuações do profissional no mercado de trabalho. Assim, antes de tudo, o estágio supervisionado é uma atividade curricular, um ato educativo, assumido intencionalmente pelo IFPA, com o intuito de propiciar uma integração dos educandos com a realidade do mundo do trabalho e ao mesmo tempo desenvolvendo competência profissional para a transformação social. Portanto, o estágio no IFPA é considerado um componente curricular tanto nos cursos técnicos de nível básico subsequentes e integrados, quanto nos cursos de PROEJA e nos cursos de nível superiores de graduação.

Diante disso, o estágio curricular tem regulamentação própria, com base na Portaria nº 2674\2008-GAB e Resolução nº02, de 11/05/2009 (Campus Castanhal) que regulamenta e orienta o aluno no estágio curricular à luz da Lei nº. 11.788, de 25/09/2008, para cada nível de ensino.

Como ato educativo, considera-se essencial o planejamento e a estruturação de um programa de estágio funcional adequado à realidade da Instituição, o qual considere os aspectos de localização, infra-estrutura disponível, perfil dos educandos, bem como a demanda e a oferta de emprego no mercado em relação às áreas de atuação profissional contempladas pelo IFPA.

Quanto aos aspectos administrativos, o estágio é de competência de unidades acadêmicas ligadas às **Diretorias de Extensão dos *campi*.** As questões pedagógicas, correspondentes ao planejamento, orientação, acompanhamento, desenvolvimento e avaliação do estágio estão sob a gestão dos departamentos, em consonância com a Direção de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão, em articulação com as Coordenações de Curso.

1.3 Processo de Avaliação

O processo de avaliação no IFPA prioriza a monitoração e verificação do desenvolvimento das competências inerentes aos cursos. Assim não se limita à aferição pontual de conhecimentos, ao contrário, constitui-se em um processo contínuo que envolve desde metodologia de ensino até a relação educando-educador, pois o instituto investirá neste quadriênio para a melhoria desta relação,

permitindo o acompanhamento eficiente do processo ensino-aprendizagem e consequentemente permitir um melhor aproveitamento escolar, de acordo com os objetivos traçados neste PDI.

Os elementos básicos para a avaliação do aluno consistem nas seguintes políticas:

a) A avaliação deve ser de modo contínuo e progressivo de acordo com a seqüência do ensino e orientação do currículo com a finalidade de acompanhar todo o processo de aprendizagem dos alunos;
b) A avaliação deve abranger os múltiplos aspectos da aprendizagem, não se restringindo ao acúmulo de conhecimentos, mas considerando também as atitudes e o comportamento;
c) A avaliação deve utilizar procedimentos e instrumentos diversificados e não apenas escritos;
d) O estabelecimento de normas e diretrizes referentes à orientação educacional e à utilização de técnicas e instrumentos de avaliação é uma das competências da Coordenação Pedagógica em conjunto com os professores titulares dos cursos;
e) Os resultados das avaliações serão expressos por meio de notas com escala de zero a 10;
f) As notas serão entregues pelos professores à secretaria que as transcreverá nos documentos escolares e as divulgará aos alunos por meio de instrumentos apropriados.

1.4 Atividades Complementares

As atividades complementares são consideradas como componente curricular obrigatório para os cursos de graduação e são previstas e detalhadas nos PPC. A realização dessas atividades, as quais podem ter o cunho técnico, científico, cultural, social, artístico ou esportivo, tem como objetivo ampliar os meios para a formação dos discentes, não se restringindo apenas às salas de aula.

1.5 Projeto de Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso

O Projeto de Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso (TAC) é um componente curricular para os cursos de graduação e técnico em agropecuária. O objetivo principal do TAC é fomentar a realização de pesquisas, sobretudo para integrar conhecimentos às habilidades/competências adquiridas ao longo do curso.

1.6 O Perfil do Egresso

O perfil dos egressos do IFPA coaduna-se com os princípios filosóficos e valores compartilhados no instituto. Como resultado da formação cidadã recebida e pelo contato estreito com as inovações científicas e tecnológicas os discentes constroem, durante sua vida acadêmica no

instituto, um **perfil profissional empreendedor** apto a acompanhar a dinâmica da economia com a sua **versatilidade, adaptabilidade e capacidade de autotransformação** diante ou mesmo antes das mudanças no mundo do trabalho. Tais profissionais têm **visão sistêmica** e **conseguem integrar diferentes saberes** para a análise das problemáticas diárias às quais estarão sujeitos no exercício de suas funções.

O exercício profissional desses egressos é pautado em **valores humanos éticos, solidários, de auto-respeito e honestidade**, bem como na consciência de **buscar a aprendizagem contínua** e ser **co-responsável pelo desenvolvimento sustentável** do Estado do Pará. Diante de todo o exposto, é possível sintetizar o perfil dos egressos incluindo-se as seguintes características:

a) Comportamento empreendedor;
b) Versatilidade;
c) Adaptabilidade;
d) Capacidade de autotransformação;
e) Visão sistêmica;
f) Habilidade para integrar diferentes saberes;
g) Inclinação a buscar aprendizagem contínua;
h) Compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Como mencionado, o perfil do egresso do IFPA coaduna os valores compartilhados pelo instituto e os seus princípios filosóficos (ambos detalhados na primeira parte deste PDI), independentemente do curso, ressaltam que cada curso tem suas especificidades, logo, são acrescentadas outras características ao perfil do egresso de acordo com a atuação profissional e as competências inerentes a mesma. Tais idiossincrasias são detalhadas nos PPC, quando são apresentados os aspectos específicos do curso, como o seu próprio objetivo e o perfil profissional do egresso que, necessariamente, deve estar fundamentado nos APL.

1.7 Políticas e Práticas de Ensino a Distância

O Ensino a Distância (EAD) é uma modalidade de ensino presencial conectada que utiliza metodologia própria e incorpora, ao contexto de desenvolvimento institucional, múltiplas tecnologias de informação e comunicação, com o objetivo primordial de contribuir para a universalização dos processos educativos na região amazônica, pois permite a execução de projetos que ultrapassam o raio de abrangência ora vivenciado pelo instituto.

A Educação a Distância, no âmbito do IFPA, consiste no Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Escola Técnica Aberta do Brasil − (E- Tec), em que os docentes atuantes recebem bolsa do FNDE e sem alocação de carga horária definida regimentalmente, por tratar-se de um projeto. Atualmente sua gestão é realizada pela PROEXT sob a direção da Diretoria de Educação a Distancia (DEAD) sendo implementada através do Núcleo de Educação a Distancia (NEAD).

Com a proposta de institucionalização da EAD no IFPA, poderá ocorrer a transposição de distâncias antes intransponíveis e esta realidade tende a desenvolver-se mais à medida que os cursos e os conteúdos ministrados na modalidade EAD podem ser ofertados para qualquer localidade externa aos campi do IFPA, contudo, a mesma deverá se organizar em núcleo específico, provido com servidores capacitados para a atuação nesta modalidade de ensino. Além disso, poderá se estender para os alunos dos cursos presenciais internos, regulares ou não, seja na forma de suporte para unidades curriculares presenciais, ou para a substituição de componentes curriculares integrais, desde que planejados e autorizados previamente pelos colegiados competentes.

O IFPA adotará diretrizes pedagógicas padronizadas em todos os campi para os cursos ofertados na modalidade EAD. Tais diretrizes serão regulamentadas pelo Conselho Superior, implementadas e coordenadas pela PROEN, e pelos coordenadores locais em cada campus. A competência maior, portanto, caberá à PROEN, responsável por manter atualizadas as diretrizes pedagógicas, por regulamentar os procedimentos administrativos e as cargas horárias docentes adequadas para cada projeto de curso, e a elaboração de conteúdos didáticos e gestão de cursos desta modalidade de ensino. Assim, todos os cursos deverão estar fundamentados nas diretrizes e regulamentações regidas pela PROEN, com intuito de assegurar a oferta com qualidade dos cursos na referida modalidade.

1.8 Políticas de Educação Inclusiva

A educação inclusiva traz à educação profissional questionamentos sobre os serviços educacionais que oferece e os valores presentes em sua ação educativa, quando fundamentada na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis e provoca a revisão de práticas e atitudes vivenciadas em nível organizacional (condições de acessibilidade) e pessoal (discriminações e preconceitos).

Os debates e reflexões sobre a educação inclusiva no IFPA surgem com a implantação do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização da Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais (TECNEP) no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica (RFEPT) no ano de 2002 e dos Núcleos de Estudos Afro Brasileiro (NEAB), criado a partir do Encontro de

Sensibilização para implementação da Lei 10.639 na RFEPT, em novembro de 2006, que teve como um dos objetivos produzir um documento base que orientasse a implementação da lei nos currículos da RFEPT, a fim de dar maior importância à temática racial e étnica e de proporcionar maiores conhecimentos para o enfrentamento das desigualdades existentes no cenário educacional brasileiro.

1.8.1 O Programa TECNEP

O Programa TECNEP tem como objetivo a inserção do PNE na educação profissional e no mundo do trabalho por meio de ações em parceria com os poderes municipais, estaduais e sociedade civil organizada, bem como criar a cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidade e a eliminação de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais no âmbito das instituições de ensino profissionalizante.

Para a execução deste programa na RFEPT, de acordo com as indicações do MEC (SETEC, 2009), foi criada a seguinte estrutura:

a) **Gestão Central**: assume o papel de coordenação de todo processo, envolvendo orientações, confirmações, expediente, data de eventos, reuniões de trabalho e atividades de implementação do Programa TECNEP em todo o Brasil. A gestão central trabalha articulada com os gestores regionais.

b) **Gestão Regional**: trabalha articuladamente com o Grupo Gestor Central, assumindo o mesmo papel na sua respectiva região, repassando orientações para os gestores estaduais e coordenadores de núcleos locais. Trabalha como um liame entre a Coordenação-Geral e os gestores estaduais.

c) **Gestão Estadual**: segue orientações do gestor regional para implementar as ações do programa em seu respectivo estado, ao mesmo tempo em que contacta as instituições, organizações que atuam no atendimento às pessoas com necessidades educativas especiais (deficientes e superdotados). Faz a ligação entre o gestor regional e as instituições envolvidas em seu estado.

d) **Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE)**: é o setor da instituição que articula pessoas e instituições desenvolvendo ações de implantação e implementação do Programa TECNEP no âmbito interno. O núcleo envolve sociólogos, psicólogos, supervisores e orientadores educacionais, técnicos, administrativos, docentes, discentes e pais. Tem como objetivo principal criar na instituição a cultura da "educação para

a convivência", aceitação da diversidade, e, principalmente, buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais.

No IFPA os NAPNE foram criados nas instituições de origem Escola Agrotécnica e CEFET-PA. No ano de 2002 foi instalado o NAPNE da EAFC e 2004 do CEFET-PA, respectivamente, realizando ações de sensibilização à educação inclusiva na comunidade como seminários, cursos e visitas através de parcerias realizadas com os órgãos estaduais que atendiam as políticas de educação inclusiva vinculados ao Departamento de Educação Especial da Secretaria de Estadual de Educação.

Atualmente os NAPNE do IFPA procuram adequar o Programa TECNEP às suas demandas e possibilidades, pautado nos seguintes objetivos:

d.1) Articular os diversos setores da sua instituição nas diversas atividades relativas à inclusão dessa clientela, definindo prioridades e material didático-pedagógico específico a ser utilizado.

d.2) Gerenciar a assistência técnica e o desenvolvimento de parcerias (atividades de pesquisa e extensão) com instituições/organizações que ministrem educação profissional para alunos com necessidades educacionais especiais, órgãos públicos e outros afins.

d.3) Cuidar da divulgação de informações, eventos, dentre outros, sobre o Programa TECNEP.

d.4) Desenvolver parcerias e intercâmbios com instituições e organizações que possuam experiências de escolarização inclusiva;

d.5) Encorajar e facilitar a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais;

d.6) Garantir que sejam realizados programas de treinamento de docentes, tanto em serviço como durante a formação, voltados à provisão da educação inclusiva;

d.7) Inserir em todos os programas educacionais da instituição a perspectiva da educação inclusiva, seja desde a seleção/admissão dos alunos, do programa curricular, da metodologia de aula, das condições ambientais, do sistema de avaliação, enfim, perpassando todos os espaços educacionais;

d.8) Estimular a comunidade acadêmica no sentido de fortalecer as relações humanas em respeito à diversidade e às diferenças entre as pessoas;

d.9) Aproximar da instituição não apenas os alunos contemplados com a educação inclusiva, mas também seus pais e parentes, pois estes possuem o

direito de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de seus filhos.

As ações desenvolvidas pelo TECNEP para PNE estão descritas na parte 1 deste documento.

1.8.2 Núcleo de Estudo Afro Brasileiro (NEAB)

Os Núcleos de Estudos Afro Brasileiro (NEAB) têm como objetivo implementar ações que atendam a Lei Federal 10.639, de 09/01/2003, a qual obriga o ensino da história da áfrica e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio da rede pública e privada, fundamentado pelo Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Seus Eixos Estratégicos constituem-se em:

Eixo 1: Fortalecimento do Marco Legal que tem contribuição estruturante na institucionalização da temática;

- **Eixos 2:** Política de formação inicial e continuada;
- **Eixo 3**: Política de materiais didáticos e paradidáticos que constituem as principais ações operacionais do plano, devidamente articulados à revisão da política curricular, para garantir qualidade e continuidade no processo de implementação;
- **Eixo 4:** Gestão democrática e mecanismos de participação social que reflete a necessidade de fortalecer processos, instâncias e mecanismos de controle e participação social, para a implantação das Leis 10639/03 e 11645/08;
- **Eixo 5**: Avaliação e monitoramento que aponta para a construção de indicadores que permitam o monitoramento da implementação das Leis 10639/03 e 11645/08 pela União, estados, DF e municípios, e que contribuam para a avaliação e o aprimoramento das políticas públicas de enfrentamento da desigualdade racial na educação;
- **Eixo 6**: Condições institucionais que indicam os mecanismos institucionais e rubricas orçamentárias necessárias para que a Lei seja implementada; pretendem transformar as ações e programas de promoção da diversidade e de combate à desigualdade racial na educação em políticas públicas de Estado.

O IFPA, através dos NEAB, instalados no campus Belém e Castanhal, desenvolve ações articuladas com o ensino, pesquisa e extensão face às políticas do Plano Nacional. Abaixo seguem as principais ações desenvolvidas e projetadas para o quadriênio 2009-2013 no Instituto.

QUADRO 31 – AÇÕES DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO BRASILEIRO NO IFPA

Ações	Campus	Período de vigência
Curso de especialização em Educação para questões étnico-Raciais	Belém	2009/2010
Rede de Educação para a Diversidade: • **Curso de aperfeiçoamento em Educação para a Diversidade**	Belém	2007/2009
Projeto Aplicabilidade da Lei 10.639/2003 na prática pedagógica. **(PROGAMA PRODOCÊNCIA em parceria com a CAPES)**	Belém	2007/2009
Projeto acesso e permanência de alunos afro-descendentes e indígenas, nos cursos presenciais de licenciatura do IFPA- Campus Belém. (Projeto de Extensão na chamada pública em parceria entre DIREI/DPPI/DE do Campus Belém)	Belém	2007/2009
Projeto acesso e permanência de alunos afro-descendentes e indígenas, nos cursos Ensino Médio Integrado e PROEJA do IFPA- Campus Belém. (Projeto de Extensão na chamada pública em parceria entre DIREI/DPPI/DE do Campus Belém)	Belém	2007/2009
Projeto acesso e permanência e prosseguimento nos cursos Superiores de Engenharia e Tecnologia de Universidade Afrodescendente: Um levantamento Sócio-digital no IFPA- Campus Belém (Projeto de Extensão na chamada pública em parceria entre DIREI/DPPI/DE do Campus Belém)	Belém	2007/2009
A implementação da Lei 10.639/2003 nos cursos de Ensino Médio Integrado e Graduação no IFPA	Belém	2009-2010
Estudo acerca da viabilidade da implementação de cotas raciais no IFPA **Projeto aprovado na chamada pública PIBICTI/2009**	Belém	2009-2010
Curso de Especialização em Educação para Relações Étnico-Raciais/ 3ªOferta	Belém	2009/2010
Curso de Especialização em Educação para Relações Étnico-Raciais/ 2ªOferta	Belém	2008/2009
I Seminário de Diversidade e questões étnico-raciais	Belém	Nov/2009
Palestra realizada durante o Encontro Pedagógico do 1º Semestre sobre "A presença do Negro na Amazônia: debate sobre Identidade Étnico-Racial".	Castanhal	Fev/2009
• **Culto Ecumênico no IFPA Campus Castanhal, com a participação de líderes religiosos, entre eles uma líder de terreiro de Umbanda.** • **Apresentação do Eixo temático: Identidade, gênero, raça e etnia aos estudantes do 1º ano. Nessa data aconteceu a noite cultural com apresentações de danças afro, como Pretinha de Angola, Carimbó e desfile da Miss Beleza Negra 2008, que é do IFPA – Campus Castanhal. Todas essas atividades se somaram a outras e foram alusivas a tradicional Semana de Recepção e Integração para os novos estudantes.** • **Comemoração do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. Aconteceu uma atividade Pedagógica abordando o Eixo temático: Identidade, gênero, raça e etnia, com os estudantes da 1ª Série. Durante todo esse dia aconteceu um encontro de intercâmbio entre o Campus Castanhal, a ASCONQ e a Comunidade Quilombola de Jambu-Açu, do município de Moju.**	Castanhal	Mar/2009
• **Atividade integrada sobre o tema: "Abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia", com as 1ª série A, B e C.**	Castanhal	Abril/2009
• **Visita Técnica Integrada à comunidade Quilombola de Jambu-Açu, Moju – Pará. Participação de professores e estudantes.** • **O IFPA - Campus Castanhal sediou pela 2ª vez a 1ª Reunião de Planejamento da Semana da Consciência Negra Quilombo, de Castanhal, na qual é parceira.**	Castanhal	Set/2009
• **Participação anual da Semana da Consciência Negra de Castanhal, na qual o IFPA é parceiro de forma significativa e atuante nas atividades programadas conjuntamente com os demais parceiros. Participar do Concurso Beleza Negra, defendo os títulos de Melhor torcida e Beleza Negra. Esse evento ocorre no período de 15 a 21/11.**	Castanhal	Nov/2009
• **O Campus Castanhal também faz parte do grupo que discute a criação do curso de especialização em História da África, em Castanhal e internamente se organiza para ofertar o Curso de Técnico em Agropecuária para**	Castanhal	2010/2011

Comunidades quilombolas, através do PROEJA.		

2. OFERTA E EXPANSÃO DE CURSOS E PROGRAMAS

O IFPA, como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, em atendimento à Lei Nº 11.892/2008, articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, os quais serão apresentados nas seções desse item.

2.1 Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada e Subsequente ao Ensino Médio e Cursos Superiores de Licenciatura, Tecnologia e Engenharia no IFPA

Atualmente o instituto oferece cursos Técnicos de Nível Médio na forma integrada e subsequente ao Ensino Médio e cursos superiores de Licenciatura, Tecnologia e Engenharia, em diversas áreas atendidas pelos campi do instituto, considerando os Arranjos Produtivos Locais (APL). Além disso, este PDI projeta a expansão da educação profissional tecnológica, considerando a reestruturação dos campi por intermédio da qual, ter-se-á condições de infra-estrutura e força de trabalho necessárias para implantação e implementação dos cursos ofertados neste quadriênio.

Nos quadros 32 a 42 (anexo I), são apresentados os cursos e modalidades de ensino por campi, o quantitativo de alunos matriculados e projeção de matrícula e abertura de novos cursos para o período 2009-2013.

2.2 Programas de Pós Graduação

Os cursos de pós-graduação foram criados e ofertados pelo IFPA em sintonia com os objetivos e metas estratégicas estabelecidas no PDI, buscando atender as políticas públicas e demandas sócio-econômicas do Estado, por meio dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. No entanto, a criação de novos cursos obedecerá não só aos objetivos e metas estratégicas estabelecidas no PDI, mas também ao princípio da verticalização da Educação básica à Educação profissional tecnológica e Superior.

A condição para funcionamento dos cursos é a autorização pelo Conselho Superior e no caso dos cursos *stricto sensu*, também pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Os cursos de pós-graduação têm suas vigências conforme prazos estabelecidos em editais/chamadas públicas que implementam programas de qualificação de recursos humanos para atender as necessidades específicas locais, assim como outros emanados pela sociedade local em consonância com os arranjos supramencionados, à luz das legislações educacionais vigentes sobre o assunto e de acordo com a avaliação de desempenho dos programas *stricto sensu* pela CAPES.

Nos quadros 43 a 48 (anexo II), são apresentados os programas/cursos de pós-graduação ofertados e previstos pelo IFPA.

2.3 Programas e Projetos de Extensão

O IFPA tem se destacado pelos projetos de extensão articulados com o Ensino e a Pesquisa, os quais atendem, sobretudo, as políticas públicas de educação inclusiva. Além dos projetos de extensão de grande relevância, o Instituto também possui programas relacionados a questões de relevância social e cultural. No quadro 49 (Anexo III), são apresentados os Programas e Projetos de Extensão desenvolvidos no IFPA.

PARTE IV – INFRA-ESTRUTURA

1. INFRAESTRUTURA FÍSICA E ACADÊMICA DOS CAMPI

Nesta parte será detalhada a infraestrutura física e acadêmica do IFPA, bem como a sua adequação para o atendimento aos portadores de necessidades especiais. Em seguida são esmiuçadas as estratégias e meios para comunicação interna e externa ao instituto, centrando-se nos meios utilizados para atingir a comunidade interna e a sociedade em geral. Por fim, é apresentado o cronograma de expansão da infra-estrutura para o período de vigência deste PDI.

1.1 Infraestrutura do Campus de Abaetetuba

TABELA 38 - INFRAESTRUTURA DO CAMPUS ABAETETUBA

	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Auditório	01	01	02	02	02	02
Biblioteca	01	01	01	01	01	01
Videoteca	00	00	01	01	01	01
Laboratórios	02	02	08	08	08	08
Salas de aula	10	10	20	20	20	20
Salas de Docentes	01	01	02	02	02	02
Sala de Vídeo Conferências	00	00	02	02	02	02
Sala de Tele Conferência	00	00	01	01	01	01
Cantina	01	01	01	01	01	01
Unidade Assistência Odontológica	00	00	01	01	01	01
Unidade Acompanhamento Psicológico	01	01	02	02	02	02

TABELA 39 - INFRAESTRUTURA FÍSICA DO CAMPUS ABAETETUBA

Área (M^2)	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Área do Terreno	7.600	7.600	10.000	10.000	10.000	10.000
Área Construída	3.060	3.060	5.752.23	5.752,23	5.752.23	5.752.23
Área Administrativa	136	136	420	420	420	420
Área pedagógica (Sala de aula e Laboratórios)	1.200	1.200	2.800	2.800	2.800	2.800
Área Esportiva	300	300	500	500	500	500

TABELA 40 - EQUIPAMENTOS DO CAMPUS ABAETETUBA

Equipamento	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Ar Condicionado/Split	-	+ 05	-	-	-	-
Estabilizador	-	+ 30	-	-	-	-
Impressora	-	+ 02	-	-	-	-
Microcomputador	-	+ 60	-	-	-	-
Projeto Multimídia	-	+ 05	-	-	-	-
Central Telefônica PBX	-	+ 01	-	-	-	-
Servidor de Rede	-	+ 02	-	-	-	-
Televisão	-	+ 02	-	-	-	-

TABELA 41 - ACERVO DA BIBILIOTECA DO CAMPUS ABAETETUBA

	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Títulos	839	1.171	1.503	1.835	2.167	2.500
Exemplares	2.037	3.229	4.421	5.613	6.805	8.000
Periódicos	00	00	50	100	150	200

1.2 Infraestrutura do Campus Altamira

TABELA 42 - INFRAESTRUTURA DO CAMPUS ALTAMIRA

	Qt.	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Auditório	00	00	01	01	01	01
Biblioteca	00	00	01	01	01	01
Videoteca	00	00	01	01	01	01
Laboratórios	01	01	07	10	15	15
Salas de aula	05	09	15	20	22	22
Salas de Docentes	01	01	01	01	01	01
Sala de Vídeo Conferências	00	01	01	01	01	01
Sala de Tele Conferência	00	01	01	01	01	01
Cantina	00	00	01	01	01	01
Refeitório	00	00	01	01	01	01
Alojamento	00	00	01	01	01	01
Unidade Assistência Odontológica	00	00	01	01	01	01

TABELA 43 - INFRAESTRUTURA FÍSICA CAMPUS ALTAMIRA

Área (M²)	Qt	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Área do Terreno	300.000	300.000	-	-	-	-
Área Construída	3.408	3.408	10.000	15.000	25.000	-
Área Administrativa	406,22	406,22	2.500	200	-	-
Área pedagógica (Sala de aula e Lab.)	637,57	637,57	5.000	1.000	1.000	-
Área Esportiva	7.500	7.500	7.500	7.500	7.500	

TABELA 44 - EQUIPAMENTOS DO CAMPUS ALTAMIRA

Equipamento	Qt.	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Ar Condicionado/Split	-	+ 42	-	-	-	-
Estabilizador	-	+ 50	-	-	-	-
Impressora	-	+ 07	-	-	-	-
Microcomputador	-	+ 80	-	-	-	-
Nobrek	-	+ 03	-	-	-	-
Notebook	-	+ 10	-	-	-	-
Projeto Multimídia	-	+ 10	-	-	-	-
Servidor de Rede	-	+ 01	-	-	-	-

TABELA 45 - ACERVO DA BIBILIOTECA DO CAMPUS ALTAMIRA

	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Títulos	00	102	600	850	1.200	1.200
Exemplares	00	103	1.800	2.500	3.600	3.600
Periódicos	00	08	150	300	500	500

1.3 Infraestrutura do Campus Belém

TABELA 46 - INFRAESTRUTURA FÍSICA DO CAMPUS BELÉM

	Qt	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Auditório	02	03	03	03	03	03
Mini-auditórios	07	12	12	12	12	12
Biblioteca	01	01	01	01	01	01
Videoteca	00	07	07	07	07	07
Laboratórios	80	113	113	113	113	113
Salas de aula	60	90	90	90	90	90
Salas de Docentes	01	01	01	01	01	01
Sala de Vídeo Conferências	02	02	02	02	02	02
Sala de Tele Conferência	00	01	01	01	01	01
Cantina	01	01	01	01	01	01
Refeitório	01	01	01	01	01	01
Restaurante	01	01	01	01	01	01
Alojamento	00	01	01	01	01	01
Unidade Assistência Odontológica	01	01	01	01	01	01
Unidade Acompanhamento Psicológico	00	01	01	01	01	01

Tabela 47 - INFRAESTRUTURA FÍSICA DO CAMPUS BELÉM

Área (M²)	Qt.	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Área do Terreno	43.344	-	-	-	-	-
Área Construída	52.006	62.796	62.796	62.796	62.796	62.796
Área Administrativa	6.586	6.586	6.586	6.586	6.586	6.586
Área pedagógica (Sala de aula e Laboratórios)	9.250	12.050	12.050	12.050	12.050	12.050
Área Esportiva	8.488	12.908	12.908	12.908	12.908	12.908

Diante da tabela apresentada observa-se que dentro do planejamento para expansão da área construída (de 52.006 m² para 62.796 m²) será instalada uma área de 10.790 m² que congregará as instalações seguintes:

a) **300m²**: bloco para atendimento do Telecentro/laboratório de redes/laboratório de sonorização;
b) **630m²**: construção do pavimento superior do Bloco L (Engenharia dos Materiais/Metalurgia);
c) **360m²**: merenda escolar/sala da banda/laboratório de pesca/arquivo;
d) **180m²**: alojamentos e banheiros no ginásio de esporte;
e) **4.420m²**: área do campo de futebol/piscina;
f) **1.860m²**: construção de um bloco para laboratórios e salas de aula;
g) **2.440m²**: construção do pavimento superior dos Blocos J, L e M;
h) **100m²**: construção de entrada com acessibilidade;
i) **500m²**: construção de Unidade Médica-Odontológica/laboratórios de saúde pública.

TABELA 48 – EQUIPAMENTOS DO CAMPUS BELÉM

Equipamento	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Ar Condicionado/Split	202	260	302	312	322	332
DVD	25	37	42	47	50	50
Estabilizador	331	565	665	765	865	965
Filmadora	07	09	10	10	10	10
Impressora	71	71	71	71	71	71
Máquina Fotográfica	06	14	16	18	20	20
Microcomputador	397	559	659	759	859	959
Nobrek	23	43	50	53	57	60
Notebook	12	30	35	40	45	50
Projeto Multimídia	54	81	91	100	110	120
Retoprojetor	10	31	40	40	40	40
Servidor de Rede	09	10	12	12	12	12
Scanner	17	28	32	35	38	40
Sistema Anti Furto Biblioteca	01	01	02	02	02	02
Televisão	21	23	25	27	29	31

TABELA 49 – ACERVO DA BIBLIOTECA DO CAMPUS BELÉM

	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Títulos	9.405	10.405	11.405	11.405	11.405	11.405
Exemplares	30.710	32.710	34.710	36.710	38.710	40.710
Periódicos	16	45	74	103	132	164

TABELA 50 - ACERVO DO CAMPUS BELÉM POR ÁREA DO CONHECIMENTO

Descrição	Área do conhecimento	Quantidade	
		Títulos	Exemplares
LIVROS	Ciências Exatas e da Terra	1.577	6.696
	Ciências Biológicas	320	1.790
	Ciências Agrárias	68	213
	Engenharia/Tecnologia	1.285	7.244
	Ciências Sociais	1.119	3.359
	Ciências Humanas	1.853	4.973
	Lingüística/Letras e Artes	2.898	5.569
	Ciências da Saúde	285	866
	TOTAL	**9.405**	**30.710**

1.3.1 Formas de atualização e expansão do acervo

A atualização do acervo é feita anualmente por meio das listagens de livros encaminhadas pelos coordenadores de curso à biblioteca; estas listagens são selecionadas e posteriormente encaminhadas ao setor de Planejamento Orçamentário.

1.3.2 Serviços oferecidos pela biblioteca

A biblioteca central, com horário de funcionamento de 8:00 as 22:00, de segunda a sexta, dispõe dos seguintes serviços:

- Consulta Local: aberta a toda comunidade.

- Empréstimo Domiciliar: disponível apenas para servidores (docentes e técnicos administrativos) e discentes dos diversos cursos do IFPA;
- Consulta a Internet: disponível apenas para servidores (docentes e técnicos administrativos) e discentes dos diversos cursos do IFPA;
- Auditórios: disponibilizados para aulas expositivas, seminários, fóruns, reuniões, dentre outros, mediante solicitação interna por docentes e chefias do IFPA;
- Ficha Catalográfica: para alunos concluintes dos cursos superiores do IFPA;
- Levantamento Bibliográfico: para docentes.

1.4 Infraestrutura do Campus Bragança

TABELA 51 - INFRAESTRUTURA DO CAMPUS BRAGANÇA

	Qt.	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Auditório	00	01	01	01	01	01
Biblioteca	00	01	01	01	01	01
Videoteca	00	00	01	01	01	01
Laboratórios	00	06	06	07	08	10
Salas de aula	00	14	14	16	18	20
Salas de Docentes	00	00	01	01	01	01
Sala de Vídeo Conferências	00	01	01	01	02	02
Sala de Tele Conferência	00	01	01	01	01	02
Cantina	00	00	01	02	02	02
Refeitório	00	00	00	01	01	01
Alojamento	00	00	00	00	01	01
Unidade Assistência Odontológica	00	00	00	00	01	01
Unidade Acompanhamento Psicológico	-	-	-	-	-	-

TABELA 52 - INFRAESTRUTURA FÍSICA DO CAMPUS BRAGANÇA

Área (M²)	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Área do Terreno	562.315	562.315	562.315	562.315	562.315	562.315
Área Construída	1.975,52	1.975,52	1.975,52	1.975,52	1.975,52	1.975,52
Área Administrativa	-	-	-	-	-	-
Área pedagógica (Sala de aula e Laboratórios)	1.507,87	1.507,87	1.507,87	1.507,87	1.507,87	1.507,87
Área Esportiva	712,80	712,80	712,80	712,80	712,80	712,80

TABELA 53 – EQUIPAMENTOS DO CAMPUS BRAGANÇA

Equipamento	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Microcomputador	-	+ 05	-	-	-	-
Projeto Multimídia	-	+ 05	-	-	-	-

TABELA 54 – ACERVO DA BIBLIOTECA DO CAMPUS BRAGANÇA

	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Títulos	00	00	231	231	300	350
Exemplares	00	00	1.155	1.155	1.500	1.750
Periódicos	00	00	18	18	24	36
Mult Meios (DVD/CD)	00	00	30	35	40	50

1.5 Infraestrutura do Campus Castanhal

TABELA 55 – INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DO CAMPUS CASTANHAL

	Qt.	Área (M²)	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Área de lazer	2	1.300	4.000	8.000	8.000	9.000	1.000
Auditório	2	320	100	100	100	100	100
Banheiros	14	120	40	40	40	40	40
Biblioteca	1	110	110	110	110	110	110
Instal. Administrativas	5	1.200	220	100	100	100	100
Laboratórios	8	640	80	80	80	80	80
Salas de aula	14	980	420	210	210	210	210
Salas de Coordenação	10	80	60	60	60	60	60
Salas de Docentes	3	60	20	20	20	20	20

TABELA 56 – EQUIPAMENTOS DO CAMPUS CASTANHAL

Equipamento	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Computadores	30	20	20	20	20	20
Impressoras	2	1	1	1	1	1
Projetores	4	4	4	4	2	2
Retroprojetores	3	2	2	2	2	2
Televisores	3	2	2	2	2	2

TABELA 57 – ACERVO BIBLIOTECA DO CAMPUS CASTANHAL

	Área do conhecimento	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Livros	Geral	1.200	500	500	500	500	500
Periódicos	2	4	4	4	4	4	4
Revistas	2	2	2	2	2	2	2
Jornais		2	2	2	2	2	2
Vídeos	30	20	20	20	20	20	20
DVD	60	20	20	20	20	20	20
CD Rom's	20	10	10	10	10	10	10

1.6 Infraestrutura do Campus Conceição do Araguaia

TABELA 58 - INFRAESTRUTURA DO CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

	Qt	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Auditório	00	01	01	01	01	01
Biblioteca	00	01	01	01	01	01
Laboratórios	00	05	05	05	05	05
Salas de aula	00	14	14	14	14	14
Salas de Docentes	00	01	01	01	01	01
Cantina	00	01	01	01	01	01
Refeitório	00	01	01	01	01	01
Alojamento		02	02	02	02	02
Unidade Assistência Odontológica	-	-	-	-	-	-
Unidade Acompanhamento Psicológico	-	-	-	-	-	-

TABELA 59 - INFRAESTRUTURA FÍSICA DO CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Área (M²)	Qt	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Área do Terreno	-	21.287,49	21.287,49	21.287,49	21.287,49	21.287,49
Área Construída	-	4.485,70	5.285,70	5.609,70	5.609,70	5.609,70
Área Administrativa	-	605,50	605,50	605,50	605,50	605,50
Área pedagógica (Sala de aula e Laboratórios)	-	1.516,44	1.515,44	1.516,44	1.516,44	1.516,44
Área Esportiva	-	00	800	800	800	800

TABELA 60 - EQUIPAMENTOS DO CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Equipamento	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Estabilizador	-	50	-	-	-	-
Impressora	-	10	-	-	-	-
Microcomputador	-	30	-	-	-	-
Nobrek	-	02	-	-	-	-
Notebook	-	04	-	-	-	-
Projeto Multimídia	-	06	-	-	-	-
Central Telefônica PABX	-	01	-	-	-	-
Servidor de Rede	-	01	-	-	-	-

TABELA 61 – ACERVO DA BIBLIOTECA DO CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Títulos	00	00	370	570	770	970
Exemplares	00	00	1.800	2.800	3.700	4.800
Periódicos	00	00	04	06	08	10

1.7 Infraestrutura do Campus Itaituba

TABELA 62 – INFRAESTRUTURA DO CAMPUS ITAITUBA

	QT	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Auditório	00	00	01	02	02	02
Biblioteca	00	01	01	01	01	01
Videoteca	00	01	01	01	01	01
Laboratórios	00	06	06	06	06	06
Salas de aula	00	00	11	16	21	26
Salas de Docentes	00	00	01	01	01	01
Sala de Vídeo Conferências	00	00	04	04	04	04
Sala de Tele Conferência	00	00	01	02	02	02
Cantina	00	01	01	01	01	01
Refeitório	00	01	01	01	01	01
Alojamento	00	00	00	00	01	01
Unidade Assistência Odontológica	00	00	01	01	01	01
Unidade Acompanhamento Psicológico	00	00	01	01	01	01

TABELA 63 – INFRAESTRUTURA FÍSICA DO CAMPUS ITAITUBA

Área (M²)	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Área do Terreno	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000
Área Construída	6.246,65	6.246,65	6.246,65	10.500,65	10.820,65	11.332,65
Área Administrativa	396	396	396	780	780	972
Área pedagógica (Sala de aula e Lab.)	2.495	2.495	2.495	2.815	3.135	972
Área Esportiva	1.250	1.250	4.800	4.800	4.800	4.800

TABELA 64 – EQUIPAMENTOS DO CAMPUS ITAITUBA

Equipamento	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Estabilizador	-	50	-	-	-	-
Impressora	-	10	-	-	-	-
Microcomputador	-	30	-	-	-	-
Nobrek	-	01	-	-	-	-
Projeto Multimídia	-	03	-	-	-	-
Servidor de Rede	-	01	-	-	-	-

TABELA 65 – ACERVO BIBLIOTECA DO CAMPUS ITAITUBA

	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Títulos	00	00	371	571	771	971
Exemplares	00	00	1.852	2.852	3.852	4.852
Periódicos	00	00	02	03	05	05

1.8 Infraestrutura do Campus Marabá Industrial

TABELA 66 – INFRAESTRUTURA DO CAMPUS MARABÁ INDUSTRIAL

	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Auditório	00	00	01	01	01	01
Biblioteca	00	00	01	01	01	01
Videoteca	00	00	01	01	01	01
Laboratórios	02	02	04	07	07	07
Salas de aula	05	05	10	15	15	15
Salas de Docentes	00	01	01	01	01	01
Sala de Vídeo Conferências	00	00	01	01	02	02
Sala de Tele Conferência	00	00	00	01	01	01
Cantina	00	00	01	01	01	01
Refeitório	00	00	00	01	01	01
Unidade Assistência Odontológica	00	00	00	00	01	01
Unidade Acompanhamento Psicológico	00	00	00	00	01	01

TABELA 67 – INFRAESTRUTURA FÍSICA DO CAMPUS MARABÁ INDUSTRIAL

Área (M²)	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Área do Terreno	5.172	5.172	8.000	8.000	8.000	8.000
Área Construída	616	616	1.000	1.500	2.500	5.000
Área Administrativa	109,02	150	175	200	225	300
Área pedagógica (Sala de aula e Laboratórios)	334,52	850	1.350	1.800	2.250	3.500
Área Esportiva	00	00	00	00	00	1.200

TABELA 68 – EQUIPAMENTOS DO CAMPUS MARABÁ INDUSTRIAL

Equipamento	Qt.	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Ar Condicionado/Split	-	+ 08	-	-	-	-
Estabilizador	-	+ 50	-	-	-	-
Impressora	-	+ 02	-	-	-	-
Microcomputador	-	+ 50	-	-	-	-
Notebook	-	+ 05	-	-	-	-
Projeto Multimídia	-	+ 05	-	-	-	-

TABELA 69 – ACERVO BIBLIOTECA DO CAMPUS MARABÁ INDUSTRIAL

	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Títulos	300	500	750	1.500	1.750	2.000
Exemplares	500	1.000	2.000	3.000	4.000	5.000
Periódicos	300	500	750	1.500	1.750	2.000

1.9 Infraestrutura do Campus Marabá Rural

TABELA 70 - INFRAESTRUTURA CAMPUS MARABÁ RURAL

	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Auditório	00	01	01	02	02	02
Biblioteca	01	01	01	01	02	02
Videoteca	01	01	01	01	02	02
Laboratórios	06	06	06	10	10	10
Salas de aula	09	09	16	20	25	25
Salas de Docentes	10	10	15	20	30	30
Sala de Vídeo Conferências	00	01	01	01	02	02
Sala de Tele Conferência	00	00	01	01	02	02
Cantina	01	01	01	01	02	02
Refeitório	01	01	01	01	02	02
Alojamento	30	30	30	40	50	50
Unidade Assistência Odontológica	01	01	01	01	01	01
Unidade Acompanhamento Psicol.	01	01	01	01	01	01

TABELA 71 - INFRAESTRUTURA FÍSICA CAMPUS MARABÁ RURAL

Área (M²)	QT.	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Área do Terreno	3.540.000	3.540.000	3.540.000	3.540.000	3.540.000	3.540.000
Área Construída	-	-	10.000	15.000	20.000	20.000
Área Administrativa	224	224	350	500	500	500
Área pedagógica (Sala de aula e Laboratórios)	1.200	1.200	1.500	2.000	2.000	2.000
Área Esportiva	140	140	300	500	800	1.000

TABELA 72 – EQUIPAMENTOS CAMPUS MARABÁ RURAL

Equipamento	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Ar Condicionado/Split	-	-	+ 15	-	-	-
Estabilizador	-	-	+ 30	-	-	-
Impressora	-	-	+ 02	-	-	-
Microcomputador	-	-	+ 50	-	-	-
Nobrek	-	-	+ 21	-	-	-
Notebook	-	-	+ 02	-	-	-
Projeto Multimídia	-	-	+ 05	-	-	-
Central Telefônica PABX	-	-	+ 01	-	-	-
Servidor de Rede	-	-	+ 01	-	-	-
Televisão	-	-	+ 06	-	-	-

TABELA 73 – ACERVO BIBLIOTECA CAMPUS MARABÁ RURAL

	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Títulos	-	-	10	30	50	60
Exemplares	-	-	50	100	200	300
Periódicos	-	-	05	10	15	20

1.10 Infraestrutura do Campus Santarém

TABELA 74 – INFRAESTRUTURA DO CAMPUS SANTARÉM

	QT	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Auditório	01	02	02	02	02	02
Biblioteca	01	01	01	01	01	01
Videoteca	01	01	01	01	01	01
Laboratórios	04	08	08	08	08	08
Salas de aula	14	21	21	21	21	21
Salas de Docentes	01	02	02	02	02	02
Sala de Vídeo Conferências	01	01	01	01	01	01
Sala de Tele Conferência	01	01	01	01	01	01
Cantina	01	01	01	01	01	01
Refeitório	00	01	01	01	01	01
Unidade Assistência Odontológica	00	01	01	01	01	01
Unidade Acompanhamento Psicológico	00	01	01	01	01	01

TABELA 75 – INFRAESTRUTURA FÍSICA DO CAMPUS SANTARÉM

Área (M²)	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Área do Terreno	15.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000
Área Construída	-	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000
Área Administrativa	-	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Área pedagógica (Sala de aula e Laboratórios)	-	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Área Esportiva	00	4.600	4.600	4.600	4.600	4.600

TABELA 76 – EQUIPAMENTOS DO CAMPUS SANTARÉM

Equipamento	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Estabilizador	-	50	-	-	-	-
Impressora	-	10	-	-	-	-
Microcomputador	-	30	-	-	-	-
Nobrek	-	01	-	-	-	-
Notebook	-	01	-	-	-	-
Projeto Multimídia	-	03	-	-	-	-
Central Telefônica PBAX	-	01	-	-	-	-
Servidor de Rede	-	01	-	-	-	-

TABELA 77 – ACERVO BIBLIOTECA DO CAMPUS SANTARÉM

	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Títulos	00	00	250	500	750	1.000
Exemplares	00	00	750	1.500	2.250	3.000
Periódicos	00	00	250	500	750	1.000

1.11 Infraestrutura do Campus Tucuruí

TABELA 78 – INFRAESTRUTURA DO CAMPUS TUCURUÍ

	Qt.	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Auditório	01	01	02	02	02	02
Biblioteca	01	01	01	01	01	01
Videoteca	00	00	01	01	01	01
Laboratórios	02	02	08	08	08	08
Salas de aula	10	10	20	20	20	20

Salas de Docentes	01	01	02	02	02	02
Sala de Vídeo Conferências	00	00	02	02	02	02
Sala de Tele Conferência	00	00	01	01	01	01
Cantina	01	01	01	01	01	01
Unidade Assistência Odontológica	00	00	01	01	01	01
Unidade Acompanhamento Psicológico	01	01	02	02	02	02

TABELA 79 – INFRAESTRUTURA FÍSICA DO CAMPUS TUCURUÍ

Área (M²)	Qt.	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Área do Terreno	7.600	7.600	10.000	10.000	10.000	10.000
Área Construída	3.060	3.060	5.752.23	5.752,23	5.752.23	5.752.23
Área Administrativa	136	136	420	420	420	420
Área pedagógica (Sala de aula e Laboratórios)	1.200	1.200	2.800	2.800	2.800	2.800
Área Esportiva	300	300	500	500	500	500

TABELA 80 – EQUIPAMENTOS DO CAMPUS TUCURUÍ

Equipamento	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Ar Condicionado/Split	-	+ 05	-	-	-	-
Estabilizador	-	+ 30	-	-	-	-
Impressora	-	+ 02	-	-	-	-
Microcomputador	-	+ 60	-	-	-	-
Projeto Multimídia	-	+ 05	-	-	-	-
Central Telefônica PBX	-	+ 01	-	-	-	-
Servidor de Rede	-	+ 02	-	-	-	-
Televisão	-	+ 02	-	-	-	-

TABELA 81 – ACERVO BIBLIOTECA DO CAMPUS TUCURUÍ

	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Títulos	839	1.171	1.503	1.835	2.167	2.500
Exemplares	2.037	3.229	4.421	5.613	6.805	8.000
Periódicos	00	00	50	100	150	200

2. ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA ATENDIMENTO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

O IFPA carrega a herança das escolas que lhe deram origem, entre elas o EAFC e o CEFET-PA, que desde 2002 2004, respectivamente, tem o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE's) e desenvolveu projetos específicos voltados para grupos de pessoas com necessidades educacionais especiais e com mobilidade reduzida. Destarte, o IFPA assume a responsabilidade junto à sociedade de garantir a efetividade das políticas educacionais de inclusão, estimulando um ambiente acadêmico que valoriza a diversidade.

Nesse sentido, diante do compromisso assumido na missão institucional com a educação inclusiva e de respeito à diversidade e da amplitude de atuação do instituto é fundamental também a expansão das práticas voltadas para PNE´s, pois para o IFPA estas práticas estão acima do simples

atendimento da LDB, as mesmas são questões estratégicas para o instituto. Logo, entre as metas para o período de vigência deste PDI tem-se a adequação de 50% da infra-estrutura física e de sistemas de informação do Instituto até 2013 para garantir a acessibilidade das PNE's e a implantação até 2013 de NAPNE's em todos os *campi*. A importância desses núcleos deve-se ao fato, segundo os Estudos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) de:

> *(...) cerca de 15 a 20% de todos os alunos apresentam, em alguma fase de seu aprendizado, necessidades educacionais especiais. Essas necessidades demandam uma resposta educativa adequada por parte dos sistemas de ensino – com superação das barreiras físicas e didáticas e a formação de recursos humanos -, o que requer uma cooperação entre a educação especial e todos os níveis e demais modalidades de ensino, para que se efetive uma educação de qualidade de todos (MEC,TECNEP, 2001, p. 4).*

Ainda, quanto à infraestrutura física, convém ressaltar que as instalações dos novos *campi:* Itaituba, Santarém, Conceição do Araguaia, Bragança, Abaetetuba e Marabá Rural, foram construídas dentro de parâmetros arquitetônicos que atendem acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais de acordo com a NBR 9050. O campus Belém está com um processo em andamento referente à elaboração de um projeto, por uma empresa contratada, a fim de eliminar as barreiras arquitetônicas e criar a comunicação visual do campus. É importante ressaltar que a empresa contratada deverá apresentar o projeto até o 30/13/2009. Enquanto os demais *campi* têm como meta a adequação de metade de suas dependências até 2013. Em relação à infraestrutura acadêmica, o IFPA deverá investir na aquisição de sistemas que garantam a acessibilidade das PNE´s.

3. ESTRATÉGIAS E MEIOS PARA COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

O investimento em tecnologia da informação e comunicação é fundamental para a melhoria da comunicação interna e externa do instituto. Desta forma, a aquisição de equipamentos mais atualizados tecnologicamente faz-se imprescindível, sobretudo nas áreas detalhadas nos subitens deste tópico.

3.1 Telefonia Convencional Fixa e Convergência para Telefonia IP

Atualmente, somente os *campi* de Belém, Castanhal, Marabá e Tucuruí têm linhas de telefone convencional em suas sedes. Os outros *campi* necessitam dessa infra-estrutura para melhorar a comunicação e a contratação desta forma de telefonia ainda é necessária, e deverá compor o cenário da comunicação no mundo pelos próximos vinte anos. Entretanto, uma nova tecnologia, que utiliza as redes de computador vem despontando cada vez mais e dominando o mercado. É a tecnologia

acrônimo de Voz Sobre IP (VOIP). No cenário atual, este tipo de telefonia integrou-se à telefonia convencional, sendo que esta última está convergindo para a telefonia IP.

Como forma de reduzir custos, a telefonia IP desponta como promissora neste mercado, visto que, é possível integrar a telefonia pela rede de dados (internet ou intranet) dos *campi* com a reitoria, eliminando a necessidade de pagamento de ligações interurbanas para as localidades onde há campus instalado. Existem inúmeras soluções tecnológicas para a convergência da rede telefônica normal para a telefonia IP e o IFPA deverá compor este cenário futuro haja vista que não se dispõe desta tecnologia em nenhum dos *campi*.

3.2 Telefonia Móvel

A convergência da telefonia móvel com a convencional deverá compor, também, o cenário futuro do instituto. Considerando que a estrutura organizacional do instituto foi ampliada faz-se necessário um acréscimo do número de telefones móveis para auxiliar o cumprimento das atividades e funções do reitor, pró-reitores e diretores do IFPA. Para tanto, deverá ser adaptado telefones móveis nas centrais telefônicas dos *campi* com a finalidade de diminuir os custos com a comunicação via telefonia convencional com o reitor, pró-reitores e diretores, facilitando a comunicação entre os servidores dos *campi* e a direção superior, pois a ligação de telefonia móvel para telefonia móvel é economicamente mais vantajosa que a ligação de telefonia fixa para móvel.

Aliando-se a isso, a telefonia móvel tem planos corporativos que isentam o pagamento de ligações entre os usuários da instituição. Desta forma, quaisquer ligações telefônicas entre as centrais do instituto para telefones móveis corporativos seriam feitas gratuitamente, facilitando novamente a comunicação entre os usuários.

Outra forma de aproveitar a tecnologia para redução de custos nas futuras licitações, concerne na aquisição aparelhos de telefonia móvel capaz de interagir com redes *wireless* (protocolos 802.11b/g), permitindo que o próprio aparelho seja um ramal da central telefônica quando ele entrar na área de cobertura. Assim, o usuário poderá realizar ligações para a telefonia convencional, por meio da central telefônica do campus.

3.3 Acesso a Internet

O processo de implantação da internet nos novos *campi* deverá ser o desafio maior de todos na tecnologia da informação. Atualmente, a sede provisória da reitoria tem conectividade à internet pelo *campus* Belém, com por intermédio da fibra ótica. Contudo, a reitoria, deverá até o final de

2010 ser transferida ao novo prédio, situado na Av. Primeiro de Dezembro, no bairro do Entroncamento. Nesse novo endereço, a reitoria poderá ser conectada a Rede Metropolitana de Belém (METROBEL) e será necessário contratar os seus serviços e adquirir equipamentos para essa conectividade. Isso irá garantir acesso de 1Gbps à metrobel e consequentemente ao *campus* Belém que participa da mesma rede.

O *campus* Belém já é atendido pela rede metrobel que possui *link* atual de 257Mbps de conectividade com a internet, compartilhada com os institutos ensino e pesquisa que atuam na metrópole. Existe um valor anual que o *campus* deve arcar para que o comitê gestor da METROBEL cumpra com os compromissos assumidos para manutenção preventiva e corretiva da rede.

Os *campi* de Altamira, Abaetetuba, Marabá Industrial, Marabá Rural e Tucuruí utilizam a infra-estrutura de rede do Governo do Estado, propiciada pelo Projeto Navegapará, que garante o acesso a internet e interconexão entre os *campi* e reitoria por meio de banda larga. A integração dos *campi* na rede do IFPA (IFPAnet) iniciou no segundo semestre de 2009 e continua em fase de expansão.

O *Campus* de Castanhal possui *link* de acesso (banda larga-4Mbps) a rede mundial por meio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), cujo *link* de fibra ótica proporciona alta qualidade do sinal e deverá integrar a rede do IFPA (IFPAnet) ainda no segundo semestre de 2009.

Os *campi* de Santarém e Itaituba já têm disponível a rede do Estado (Navegapará) e devem adquirir os equipamentos de conectividade necessários a implantação dos serviços. Desta forma a conectividade a rede do instituto deverá estar concluída no início do primeiro semestre de 2010.

O *campus* de Bragança tem conectividade à internet proporcionada para prefeitura local, no entanto, a interligação com a IFPAnet não é possível em razão da falta de qualidade no *link* e a inconstância da sua conectividade. Até o primeiro semestre de 2010, esta unidade deverá estar interligada ao "Navegapará" e terá acesso a rede banda larga pela rede do instituto.

O único campus que não tem previsão para conectividade à internet pelo Navegapará é o campus de Conceição do Araguaia. Desta forma, deverá ser feito um estudo para a integração da rede, quanto a viabilidade do *link* e contratação de uma prestadora de serviço para garantir a conectividade com qualidade.

3.4 Acesso a Internet Móvel

A utilização da internet com banda larga, acessível em qualquer lugar, por meio de *link* de dados sem fio (tecnologia 3G) dominou o mercado em 2009, e o IFPA deverá fazer uso desta tecnologia para atender ao reitor, pró-reitores e diretores portadores de *notebooks* corporativos. Portanto, os mesmos poderão acessar a internet a qualquer momento e de qualquer lugar, quando estiverem desenvolvendo as atividades inerentes as suas respectivas funções. Isto elevará a produtividade e permitirá a comunicação eficaz entre seus dirigentes e os órgãos administrativos.

3.5 Melhoria da infraestrutura de rede de dados dos *campi* e implantação da rede da reitoria

A melhoria da rede de dados dos *campi* e a implantação da rede da reitoria de forma integrada e uniforme é assunto da maior relevância. As redes de dados trabalham com padrões (ditos protocolos) e eles devem estar presentes nos equipamentos de todos os *campi*, para que haja integração e compatibilidade nos protocolos de comunicação.

O planejamento da infraestrutura de rede dos *campi* ficará a cargo de cada campus e deverá estar de acordo com os padrões de conectividade necessários para as tecnologias que serão utilizadas na futura rede do instituto.

3.6 Infraestrutura elétrica para os ativos de rede

Os equipamentos que fazem a interligação da rede do instituto: *switches*, roteadores e outros, deverão ter seu funcionamento garantido independentemente do fornecimento de energia elétrica. É desejável que sejam implantados em todo o instituto geradores para atender a demanda de falta de energia, que gera a falha de fornecimento na rede externa.

3.7 Portais de acesso

O IFPA está disponibilizando, além do portal do instituto, um portal para cada campus, com administração autônoma e geração de conteúdo pelos *campi*. Além disso, é possível aos órgãos internos, que assim o desejarem, distribuir portais para diretorias ou pró-reitorias com a mesma funcionalidade de administração e conteúdo. O portal do Instituto visa disponibilizar conteúdo para informação do usuário externo e interno; garantir ao usuário a comunicabilidade do usuário com o instituto por meio do “fale conosco”; divulgar ações desenvolvidas no âmbito do instituto e seus *campi;* e informar ao usuário a missão institucional.

Além disso, há um portal de uso exclusivo interno que tem as mesmas finalidades do portal externo, porém com conteúdo exclusivo aos usuários da IFPAnet como notícias internas,

aniversariantes, disponibilidade de auditório e de veículos, etc. Adicionalmente, outras páginas estão disponíveis para atender a demanda de iteratividade entre os usuários e de comunicação. Entre essas páginas tem-se o portal dotProject, cujo endereço é www.ifpa.edu.br/projetos; e o Wiki, cujo endereço é wiki.ifpa.edu.br.

3.8 Serviço de E-mail

O serviço de e-mail da instituição está sendo substituído por tecnologia de software livre. A tecnologia Zimbra (licença GPL) é na realidade um conjunto de aplicativos que converge para comunicação entre seus usuários. Além do e-mail, ele proporciona a troca de mensagens instantâneas, calendário, compartilhamento de arquivos, repositório de documentos e lista de endereços integrada, e a busca de informações na internet.

Os servidores (técnicos administrativos e professores) são os únicos usuários do serviço de e-mail da instituição, porém a partir de 2010 deverá ser disponibilizado aos alunos do Instituto e-mails no domínio ifpa.edu.br. Além disso, o usuário poderá ter acesso a transmissão *on-line* de eventos ocorrendo nos *campi* por meio da publicação de vídeo na página do instituto inclusive com interação do usuário pelo chat na própria página do instituto ou dos *campi*.

3.9 Quiosques Eletrônicos de Informação

Os quiosques eletrônicos são compostos por equipamentos ao estilo dos caixas eletrônicos bancários. Estes equipamentos podem auxiliar o usuário aluno a verificar se livro está disponível na biblioteca, ao usuário externo onde se localiza determinado setor, ao usuário servidor dispor de informações sobre o seu contracheque, ou ao usuário instituto dispor de uma pesquisa para saber como os usuários avaliam a instituição. Outras aplicações poderão também compor este importante meio de comunicação com a comunidade interna e externa. Diante disso, convém em uma estratégia do instituto para ampliar a comunicação interna e externa o investimento nesses equipamentos.

3.10 *Outdoor* Multimídia

As estratégias de marketing institucional serão realizadas para agregar valor à imagem do instituto, facilitar a divulgação dos serviços educacionais oferecidos, fixar a nova marca (Instituto Federal), divulgar eventos internos e externos, orientar usuários sobre determinado assunto, e divulgar aspectos culturais da região. O *outdoor* multimídia consiste em um dos meios para utilizados para a promoção do IFPA por meio de HDTV ligadas em circuito de TV a cabo com geração de conteúdo em DVD`s produzidos pelo setor de marketing do instituto.

3.11 TV e Rádio IFPA

O IFPA deverá compor um sistema de TV em transmissão *streamming* (pela internet), utilizando-se também da televisão comercial para difundir a programação desta TV, para atender ao público do Instituto. Para montagem desta rede de TV é necessário um estúdio de gravação que irá conter equipamentos para captura de áudio e vídeo, como microfone, caixas de retorno, câmeras e *spots* de iluminação.

Além do estúdio de gravação faz-se necessário também a montagem de uma sala de controle com equipamentos afins. Sendo que o IFPA, por meio da DMI, inaugurou a rádio IFPA e iniciou a produção de vídeos para a TV IFPA. Inicialmente a rádio transmite programação musical e informativa, retransmite programação de rádios educacionais, bem como a própria transmissão de vídeo pela WEB, para divulgação de ações do instituto. Portanto, devem ser adquiridos equipamentos para a montagem da rádio e da TV IFPA, com uma extensão em cada campus, para que as ações do instituto sejam divulgadas adequadamente.

3.12 Plano de Marketing Institucional

Considerando a necessidade de apresentação e divulgação das ações, programas e projetos do Instituto Federal do Pará à sociedade em geral, será desenvolvido o plano de marketing estratégico, com foco no ambiente interno e externo, visando demonstrar o potencial da Instituição no tripé ensino, pesquisa e extensão no cenário regional e nacional como elemento de desenvolvimento, assumindo um caráter catalisador na melhoria da qualidade de vida de seu entorno na perspectiva de uma sociedade mais humana e igualitária.

Toda esta relação passa por uma compreensão, conhecimento e análise para que possam ser implementadas e absorvidas pelo público interno e externo. O papel do Plano de Marketing é definir os resultados a serem alcançados e formular ações para atingir seus objetivos.

Estas ações perpassam pela assessoria de comunicação que utilizando os meios disponíveis e abrangentes conhecidos, desenvolverá ações capazes de traçar decisões com relação a objetivos e metas relacionadas à divulgação, comunicação e marketing da instituição.

PARTE V – ASPECTO ECONÔMICO FINANCEIRO

1. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O cenário econômico e financeiro atual tem exigido dos administradores públicos agilidade e flexibilidade na tomada de decisões. É imprescindível mensurar o impacto destas decisões a curto, médio e longo prazo e, rapidamente, poder apontar outras possibilidades, avaliando seus reflexos. Estar à frente é fator decisivo para o sucesso da Instituição. Embasado nesta filosofia, deve-se usar a peça orçamentária e a execução orçamentária e financeira como instrumentos gerenciais capazes de orientar e subsidiar a administração nas tomadas de decisões.

Por isso, torna-se fundamental o acesso às informações consistentes, de forma a balizar e a apoiar a administração nas tomadas de decisões. Assim, o desenvolvimento de um sistema, cujo objetivo seja o de controlar a descentralização do Orçamento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Pará - IFPA, onde o rateio do orçamento entre os Campi, além de outras decisões, poderá ser realizado através de uma matriz anual com base no número de matrículas de alunos, entre outros índices, deverá ser trabalhado.

Os controles e acompanhamentos permitirão unificar e padronizar procedimentos de compras e viabilizar revisões e reformulações de investimentos, permitindo, ainda, uma reprogramação de saldos da execução orçamentária. Estes controles possibilitam, por exemplo, a descentralização orçamentária, projetos de viagem, cadastro único de fornecedores e materiais, solicitação de compra de bens, materiais ou serviços e na efetivação de seu pagamento, o que deverá ocorrer gradativamente, a partir de 2010. Contribuindo, também, para uma maior transparência dos gastos com os recursos públicos, devendo cada Campus da Instituição ter um acompanhamento efetivo e detalhado desses recursos.

À luz da idéia de que o orçamento é mais que uma simples previsão de receitas ou estimativa de despesas, deve-se, com a incorporação das características de previsão e de antecipação aliadas ao controle já existente, buscar que esse orçamento se transforme em um mecanismo que apresente múltiplas funções, dentre as quais se destacam as de gerenciamento, administração, contábil, financeira e, essencialmente, de planejamento.

A elaboração de uma política de descentralização de recursos, preservando inicialmente as despesas fixas, em que cada Campus disponibilize seus recursos, seguindo critérios próprios e integrados às linhas de gestão administrativa determinadas, decididamente permitirá uma melhor aplicação dos recursos disponíveis.

A consistência de um plano é fundamento central para sua posterior execução. Tendo como base um cenário de referência consistente, o montante de recursos previstos para sua execução, no que se refere às ações orçamentárias, deve ser compatível com a capacidade de financiamento da Instituição.

1.1 Origem dos Recursos e Planejamento Orçamentário e financeiro do IFPA

1.1.1 Fontes de recursos

- Tesouro: recursos originários do Governo Federal para pagamento da folha de pessoal, benefícios, investimento e o custeio básico da Instituição.
- Próprios: recursos arrecadados diretamente pelo IFPA, por meio dos valores arrecadados nas inscrições dos processos seletivos, concurso públicos e outros.
- Convênios: recursos procedentes das parcerias firmadas entre Órgão e Instituições dos Governos Federal, Estadual e Municipais, bem como, com as Empresas do Setor Privado.

1.1.2 Planejamento Orçamentário e financeiro

O Instituto Federal do Pará, organizado em uma estrutura de 11 Campi e a Reitoria, possui proposta orçamentária anual identificada para cada um destes, exceto no que diz a folha de pagamento do pessoal que esta centralizada na Reitoria, Órgão executivo do IFPA.

Neste sentido, a diretriz acerca da política orçamentária e financeira do IFPA caberá à Reitoria, sendo atribuída aos Campi autonomia para execução destes, em tudo observando a política institucional e as peculiaridades locais. A Reitoria será responsável pela descentralização do orçamento público destinado ao IFPA, atentando para o critério da proporcionalidade de alunos regularmente matriculados.

Na Reitoria e nos Campi, haverá equipe executora do orçamento e das finanças, visto que a esta unidade caberá parcela do orçamento público, para manutenção e desenvolvimento de suas atividades. Na descentralização dos recursos, além do quantitativo de alunos, será ressalvado o Plano Plurianual, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Acordo de Metas. Estes últimos servirão como instrumentos da política institucional de avaliação da atuação dos Campi.

A política Orçamentária e financeira, além de outros aspectos, deverá intentar para redução de custos, aumento da qualidade na prestação do serviço, a aquisição de materiais de qualidade, a

satisfação dos administrados (Docentes, Técnicos Administrativos e discentes), a moralidade da administração pública e o respeito ao código de ética do servidor público federal.

TABELA 82 - DEMONSTRATIVO ANUAL DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO DO IFPA (2009-2013)

PROGRAMA / AÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
Recursos Próprios	**1.086.991**	**902.051**	**992.256**	**1.091.482**	**1.200.630**
PESSOAL	**40.891.114**	**72.397.855**	**79.637.640**	**87.601.405**	**96.361.545**
Ativo	22.884.312	43.007.065	47.307.771	52.038.549	57.242.404
Inativo	13.591.377	21.329.128	23.462.041	25.808.245	28.389.069
Obrigações Patronais	4.415.425	8.061.662	8.867.828	9.754.611	10.730.072
	1.744.928	**3.907.579**	**4.298.337**	**4.728.171**	**5.200.988**
Assistência Médica	788.128	812.128	893.341	982.675	1.080.942
Assistência Pré-escolar	39.600	92.428	101.671	111.838	123.022
Auxílio Transporte	101.200	402.265	442.492	486.741	535.415
Auxílio Alimentação	816.000	2.440.432	2.684.475	2.952.923	3.248.215
Exames Periódicos	0,00	160.326	176.359	193.994	213.394
Matriz CONIF	**12.571.532**	**38.888.028**	**42.776.831**	**47.054.514**	**51.759.965**
Diárias	**500.000**	**652.985**	**718.284**	**790.112**	**869.123**
Material de Consumo	1.000.000	843.936	928.330	1.021.163	1.123.279
Pessoa Física	700.000	902.051	992.256	1.091.482	1.200.630
Pessoa Jurídica	**8.800.000**	**7.184.000**	**7.902.400**	**8.692.640**	**9.561.904**
Encargos	21.532	9.021	9.923	10.915	12.007
Obras	**550.000**	**80.000**	**88.000**	**96.800**	**106.480**
Equipamentos	1.000.000	2.878.103	3.165.913	3.482.505	3.830.755

Acervo Bibliográfico	**161.964**	**220.000**	**242.000**	**266.200**	**292.820**
Expansão(obra)	9.429.392,80	6.200.000	6.820.000	7.502.000	8.252.200
Reestruturação	**13.655.104**	**19.717.932**	**21.689.725**	**23.858.698**	**26.244.567**
Investimento em TI	0,00	200.000	220.000	242.000	266.200

PARTE VI – AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO IFPA

A fundamentação para a avaliação institucional do IFPA está calcada na Constituição Federal de 1988, que aponta como um dos princípios da Educação a garantia do Padrão de Qualidade do ensino (art.206,VII), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu art. 9º, que assegura o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino e pela lei 10.861/2004, que cria o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

1. PROJETO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO IFPA

A Avaliação institucional do IFPA teve sua origem com a criação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA), portaria nº 226/04-GAB. Assim sendo, o programa de avaliação institucional do IFPA atualmente tem como base o documento elaborado pela comissão do antigo CEFET-PA.

O documento base concebe a avaliação institucional como a análise do desempenho global da instituição, considerando os objetivos institucionais e o contexto sócio-econômico e cultural no qual está inserido; sendo um processo sistêmico em busca da excelência institucional.

1.1 Princípios norteadores

a) **Integração**: categoria central da avaliação institucional, tanto no sentido da busca e compreensão de conjunto quanto pela ação intencional para construir os nexos e relações entre estruturas e dimensões dos objetos.

b) **Globalidade**: a avaliação busca articular internamente o conjunto da instituição (auto-conhecimento institucional).

c) **Respeito à identidade institucional**: o projeto deve ser flexível a fim de permitir que a instituição defina as peculiaridades de seu enfoque.

d) **Participação**: envolvimento de todos os segmentos da comunidade e da sociedade na qual se insere.

e) **Continuidade**: como todo processo contínuo de retro-alimentação, cada etapa dá seqüência a outra etapa.

f) **Adesão voluntária**: de todos os segmentos da comunidade e da sociedade na qual se insere.

g) **Legitimidade**: reconhecimento da necessidade de avaliação e de adesão voluntária da comunidade envolvida.

h) **Operatório estruturante**: processo que prioriza mecanismos de construção e elevação da qualidade com vistas ao crescimento da consciência pedagógica.

A avaliação institucional, vista como processo constante de repensar a prática pedagógica, deve:

- Nortear-se pelo projeto pedagógico dos cursos;
- Focar-se no processo e não apenas no produto;
- Identificar o mérito/relevância e considerar os vários processos internos e externos à instituição;
- Avaliar todas as situações tradicionais e não tradicionais de aprendizagem;
- Ter uma visão dos processos diversificados e criar sustentação do processo nos níveis administrativos da instituição;
- Mobilizar o educador à postura de constante reflexão sobre a sua prática pedagógica e o acompanhamento do educando;
- Articular as combinações de princípios, atribuindo-se adequadamente a cada situação as devidas ênfases.

1.2 Objetivos

a) Geral

Avaliar as condições físicas, materiais, financeiras, administrativas e acadêmicas que implicam o desenvolvimento das dimensões pedagógicas, políticas, éticas, sociais e culturais oferecidas aos cursos mantidos pelo IFPA.

b) Específicos

- Constatar as condições do Instituto para a criação e execução de ações formadoras a partir do tripé ensino-pesquisa-extensão;
- Apontar caminhos de caráter pedagógico, político e prospectivo que possibilitem mudanças na realidade a ser avaliada;
- Fornecer subsídios para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico Institucional;
- Revelar elementos que permitam a revisão/reformulação das políticas públicas da Instituição;
- Descrever o tipo de formação que os docentes estão alicerçando nos cursos.

1.3 Metodologia

Com base nos princípios norteadores do programa e na abordagem, segundo os focos no contexto, dinâmica e resultados, a metodologia aplicada pelo IFPA para a realização constitui-se de:

a) Sensibilização dos atores envolvidos, em todas as etapas do processo, por meio da realização de seminários, oficinas, palestras, entre outros;

b) Pesquisa bibliográfica e documental, de forma sistemática; Saul, Amorim, Balzan, Bardin, Belloni, Ristoff, Morin, Sobrinho, Demo e os pressupostos do SINAES, CONAES, INEP e MEC;

c) Pesquisa sistemática de campo, com levantamento de dados e informações por meio da realização de entrevistas, aplicação de questionários, dinâmica de grupo, entre outros;

d) Análise e interpretação dos dados, com elaboração de relatórios;

e) Divulgação dos resultados junto à comunidade acadêmica e externa.

1.4 Eixos estruturantes

a) Missão e PDI;
b) Políticas para o ensino, pesquisa e extensão;
c) Responsabilidade Social;
d) Comunicação com a sociedade;
e) Políticas de pessoal, carreiras e desenvolvimento profissional;
f) Organização e gestão;
g) Infra-estrutura física;
h) Planejamento e avaliação;
i) Políticas de atendimento ao estudante**;**
j) Sustentabilidade financeira**.**

2. FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA, TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

O Programa de Avaliação Institucional do IFPA é de caráter participativo, ou seja, envolve todos os atores da comunidade (docente, discente, técnico-administrativo e segmentos representativos da comunidade externa). Desta forma, todos serão corresponsáveis pela condução do processo de avaliação, juntamente com a CPA

3. UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

A partir dos resultados obtidos na avaliação institucional, pretende-se:

a) Produzir um documento com conhecimentos, reflexões e juízos de valores em relação às condições oferecidas aos cursos do Instituto, examinando se a missão e os objetivos estratégicos estão sendo cumpridos conforme descritos no PDI;

b) Construir um banco de dados sistematizando as informações existentes e as novas que serão coletadas, analisadas e interpretadas;

c) Criar uma cultura de avaliação institucional no instituto;

d) Organizar uma comissão permanente de avaliação por *campus* para dar continuidade ao processo de avaliação permanente;

e) Sugerir várias pistas para construção de programas e ações a serem executados para melhorar a qualidade social do IFPA;

f) Divulgar por meio de um relatório e reuniões os resultados da investigação.

REFERÊNCIAS

III ENCONTRO DE DIRIGENTES DO IFPA. Belém, 12-14 de agosto de 2009.

ABRAHIM, Gisele Seabra; BOULHOSA, Rafael Lobato de Mattos e; MONTEIRO, Daniela Warris; SASTRE, Priscila Tereza de Nadai. **As Estratégias dos Empreendimentos Solidários da Agricultura Familiar do Baixo Tocantins na Comercialização do Açaí Orgânico**. In: XXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - ENEGEP, 2008, RIO DE JANEIRO. ANAIS DO XXVIII ENEGEP, 2008.

ABRAHIM, G. S; REYMÃO, A. E. N; BOULHOSA, R. L. de M. e. **A Contribuição Do Conhecimento Acadêmico Para A Transformação do Modelo de Gestão dos Empreendimentos da Agricultura Familiar Paraense.** ANAIS... CONVIBRA, 2006.

ALDAY, Hernan E. Contreras. **O Planejamento Estratégico dentro do Conceito de Administração Estratégica.** Revista FAE, v. 3, n. 2, p. 9-16, maio/ago. 2000.

ARNS *et al.* **Desenvolvimento Institucional e Articulação de Parcerias para o Desenvolvimento Local.** Pernambuco: PNUD, 2005.

Ata da Reunião do III Encontro de Dirigentes. Belém, 12-14 de agosto de 2009.

BASTOS, P. A. B. **A Escola Técnica Federal do Pará e o Desenvolvimento do Ensino Industrial, 1909/87:** um estudo histórico. Belém: Santo Antônio, 1988.

CONIF/MEC. **Termo de Acordo de Metas e Compromissos do Ministério da Educação e Institutos Federais.** Brasília, 2009.

CONSULTA PÚBLICA. Belém, 18 e 19 de junho de 2009.

DIGEP. **Diretoria de Gestão de Pessoas.** 2009.

IBGE. **Censo Demográfico 2006**. Brasília, 2006.

_____. **Estimativas de População**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Publicado em 14 de agosto de 2009.

_____. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2004.

LUCE, Maria Beatriz (Ed.). **Educação Superior e Formação de Professores. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE.** Porto Alegre. v. 15, n,1, p. 001-136, jan/jun, 1999.

MEC. **Instruções para a Elaboração de Plano de Desenvolvimento Institucional.** Disponível em:<http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>. Acesso em 02 de abril de 2009.

MEC. **Documento Básico do Programa TECNEP**. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12779:programa-tec-nep&catid=190:setec&Itemid=799>. Acesso em 22 de junho de 2009.

Planejamento Estratégico Institucional da Escola Agrotécnica Federal de Castanhal. Castanhal, 2009.

Plano de Curso de Engenharia de Materiais. Belém: CEFET-PA, 2007.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**. Decreto s/n de 18/01/1999.** Presidência da República.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**. Decreto n. 5.773 de 9 de maio de 2006.** Brasília, 2006.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004. Brasília, 2004.

ROCHA, Helena (Coord.). **Projeto Avaliando para Melhorar a Qualidade da Educação no CEFET-PA.** Belém: CEFET-PA, 2004.

SANTOS, Joelma dos; SILVA, Marta Leandro da. **Enade:** avaliação institucional, sua origem e suas concepções. IV Semana do Servidor/V Semana Acadêmica. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

SCA. **Sistema de Controle Acadêmico.** 2009.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. **O PDI como Referente para a Avaliação de Instituições de Educação Superior:** lições de uma experiência. Ensaio: aval. Pol. Púb. Educ., Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p. 149, abr./jun. 2005.

SIER. **Diagnóstico das Regiões de Integração**: versão preliminar. 2009.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. **Avaliação Institucional**: princípios e metodologia do grupo focal.

ANEXOS

ANEXO I

Oferta e Expansão de Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada e Subsequente ao Ensino Médio e Cursos Superiores de Licenciatura, Tecnologia e Engenharia no IFPA[i]

QUADRO 32 – OFERTA DE ENSINO NO CAMPUS ABAETETUBA

MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO DO CURSO	OFERTA/ ANO	ALUNOS MATRICULADOS		PREVISÃO DE MATRICULA Com % de Eficácia			
				1º/09	2º/09	2010	2011	2012	2013
Técnico de nível médio na forma INTEGRADA	Edificações	3,5a	60	**45**		**91**	**140**	**168**	**173**
	Informática	3,5a	60	**45**		**91**	**140**	**168**	**173**
	Saneamento	3,5a	60			**60**	**120**	**180**	**225**
	Mecânica	3,5a	60				**47**	**96**	**147**
	Eletrotécnica	3,5a	60					**48**	**99**
	Subtotal			**90**		**242**	**447**	**660**	**817**
Técnico de nível médio SUBSEQUENTE	Agroindustria	1,5a	40	**31**		**46**	**47**	**48**	**50**
	Aquicultura	1,5a	40	**52**		**46**	**47**	**48**	**50**
	Pesca	1,5a	30	**40**		**34**	**35**	**36**	**37**
	Informática	1,5a	30	**27**		**34**	**35**	**36**	**37**
	Saneamento	1,5a	35			**27**	**41**	**42**	**43**
	Edificações	1,5a	30			**23**	**35**	**36**	**37**
	Segurança no trabalho	1,5a	30				**23**	**36**	**37**
	Subtotal			**150**		**210**	**263**	**282**	**291**
Técnico de nível médio SUBSEQUENTE EAD	Informática	1,5a	**50**	**50**		**50**	**50**	**50**	**50**
	Metalurgia	1,5a	**50**	**50**		**50**	**50**	**50**	**50**
	Aqüicultura	1,5a	**50**	**50**		**50**	**50**	**50**	**50**
	Saneamento urbano	1,5	**50**	**50**		**50**	**50**	**50**	**50**
	Subtotal			**200**		**200**	**200**	**200**	**200**
Aperfeiçoamento Técnico	Educação no campo, Agricultura Familiar e sustentabilidade na Amazônia(Saberes da Terra)	2a	18	**18**		**18**			
	Subtotal			**18**		**18**			
Licenciatura	Biologia	3a	40	**40**		**60**	**94**	**96**	**99**
	Pedagogia	3,5a			**412**	**412**	**412**	**412**	**412**
	Educação do campo (PROCAMPO/SECAD)	4a		**60**		**60**	**60**	**60**	**60**
	Subtotal			**512**		**550**	**566**	**568**	**571**
	Pedagogia (PARFOR)	3,5a	300			**300**	**300**	**300**	**300**
	Informática (PARFOR)	3a	50			**50**	**50**	**50**	**50**
	Pedagogia (PARFOR)	3,5a	350				**350**	**350**	**350**

	Informática (PARFOR)	3a	50				50	50	50
	Subtotal					**350**	**750**	**750**	**750**
Tecnólogo	Aqüicultura	3a	40				**40**	**64**	**99**
	Subtotal						**40**	**64**	**99**
	Total			**970**		**1220**	**1516**	**1774**	**1978**

Fonte: III Encontro de Dirigentes, Termo de Metas IFPA (versão nov/2009),SCA

QUADRO 33 – OFERTA DE ENSINO NO CAMPUS ALTAMIRA

MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO DO CURSO	OFERTA/ANO	ALUNOS MATRICULADOS		PREVISÃO DE MATRICULA Com % de Eficácia			
				1º/09	2º/09	2010	2011	2012	2013
Técnico de nível médio na forma INTEGRADA	Hospedagem	3,5a	40					**32**	**66**
	Informática	3,5a	30				**23**	**48**	**74**
	Edificações	3,5a	40					**32**	**66**
	Pesca	3,5a	40					**32**	**66**
	Eventos	3,5a	40				**31**	**64**	**99**
	Saneamento	3,5a	40				**31**	**64**	**99**
	Agropecuária	3,5a	80				**62**	**128**	**198**
	Aqüicultura	3,5a	40				**31**	**64**	**99**
	Meio Ambiente	3,5a	40			**30**	**55**	**56**	**58**
	Subtotal					**30**	**233**	**520**	**825**
Técnico de nível médio na forma INTEGRADA PROEJA	Hospedagem	3a	40					**32**	**66**
	Operador e Manutenção de Micro - FIC	2a	90			**68**	**140**	**72**	
	Subtotal					**68**	**140**	**104**	**66**
Técnico de nível médio SUBSEQUENTE	Segurança no Trabalho	1,5a	30	**30**		**40**	**41**	**42**	**43**
	Eventos	1,5a	40			**30**	**55**	**56**	**58**
	Serviços de Restaurante e Bar	1,5a	40			**30**	**55**	**56**	**58**
	Hospedagem	1,5a	40					**32**	**58**
	Redes de computadores	1,5a	25	**25**		**33**	**34**	**35**	**36**
	Informática	1,5a	30			**23**	**41**	**42**	**43**
	Edificações	1,5a	38	**25**		**51**	**52**	**53**	**55**
	Saneamento urbano	1,5a	40	**38**		**53**	**55**	**56**	**58**
	Aqüicultura	1,5a	40	**15**		**53**	**55**	**56**	**58**
	Agropecuária	1,5a	40				**31**	**56**	**58**
	Pesca	1,5a	40			**30**	**55**	**56**	**58**
	Agropecuária	1,5a	40					**32**	**58**
	Subtotal			**133**		**479**	**754**	**780**	**773**
Aperfeiçoamento Técnico	Educação do campo, Agricultura Familiar e sustentabilidade na Amazônia(Saberes da Terra)	2a	28	**28**		**28**			
	Subtotal			**28**		**28**			
Licenciatura	Física	3a	40				**40**	**80**	**120**
	Educação do campo com habilitação em Ciências	4a	60	**60**		**60**	**60**	**60**	

	Sociais e da Natureza e Matemática (PROCAMPO/SECAD)								
	Geografia (PARFOR)	3a	100			**100**	**100**	**100**	**100**
	Informática (PARFOR)	3a	50			**50**	**50**	**50**	**50**
	Pedagogia (PARFOR)	3,5a	100			**100**	**100**	**100**	**100**
	Geografia (PARFOR)	3a	200				**200**	**200**	**200**
	Informática (PARFOR)	3a	50				**50**	**50**	**50**
	Pedagogia (PARFOR)	3,5a	100				**100**	**100**	**100**
	Subtotal			**60**		**310**	**700**	**740**	**720**
Tecnólogo	Analise e Desenvolvimento de Sistemas	3a	30			**23**	**47**	**72**	**87**
	Meio Ambiente	3,5a	**40**				**32**	**66**	
	Gestão Ambiental	3a	**40**				**32**	**66**	
	Subtotal					**23**	**111**	**204**	**87**
	Total			**221**		**870**	**1798**	**2244**	**2405**

Fonte: III Encontro de Dirigentes, Termo de Metas IFPA (versão nov/2009),SCA

QUADRO 34 – OFERTA DE ENSINO NO CAMPUS BELÉM

MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO DO CURSO	OFERTA/ANO	ALUNOS MATRICULADOS		PREVISÃO DE MATRICULA Com % de Eficácia			
				1º/09	2º/09	2010	2011	2012	2013
Técnico de nível médio na forma INTEGRADA	Química	4a	30	**115**		**91**	**94**	**96**	**99**
	Edificações	4a	35	**114**		**113**	**116**	**119**	**123**
	Estradas	4a	35	**110**		**113**	**116**	**119**	**123**
	Agrimensura	4a	35	**96**		**113**	**116**	**119**	**123**
	Mecânica	4a	30	**118**		**97**	**99**	**102**	**105**
	Eletrotécnica	4a	30	**115**		**97**	**99**	**102**	**105**
	Eletrônica	4a	30	**110**		**97**	**99**	**102**	**105**
	Telecomunicações	4a	30	**119**		**97**	**99**	**102**	**105**
	Mineração	4a	30	**109**		**97**	**99**	**102**	**105**
	Eventos	4a	30	**111**		**97**	**99**	**102**	**105**
	Design de Interiores	4a	30	**110**		**97**	**99**	**102**	**105**
	Informática	4a	30	**115**		**97**	**99**	**102**	**105**
	Subtotal			**1342**		**1206**	**1234**	**1269**	**1308**
Técnico de nível médio na forma INTEGRADA PROEJA	Edificações	3,5a	35	**35**		**53**	**82**	**105**	**108**
	Mecânica	3,5a	35	**35**		**53**	**82**	**105**	**108**
	Eletrotecnica	3,5a	35	**35**		**53**	**82**	**105**	**108**
	Informática	3,5a	35	**35**		**53**	**82**	**105**	**108**
	Agente Comunitário de Saúde	3,5a	35				**27**	**56**	**87**
	Subtotal			**140**		**212**	**355**	**476**	**519**
Técnico de nível médio SUBSEQUENTE	Guia de turismo	2a	30	**22**					
	Automação Industrial	2a	30	**14**					
	Mecânica	2a	30	**81**		**51**	**53**	**54**	**56**
	Metalurgia	2a	60	**98**		**103**	**105**	**108**	**111**
	Eletrônica	2a	30	**56**		**50**	**51**	**53**	**54**

	Eletrotécnica	2a	30	**48**		**50**	**51**	**53**	**54**
	Eventos	1,5a	30	**61**		**39**	**40**	**41**	**42**
	Telecomunicações	2a	30	**51**		**50**	**51**	**53**	**54**
	Estradas	2a	60	**45**		**101**	**103**	**105**	**108**
	Edificações	2a	70	**37**		**118**	**120**	**123**	**126**
	Saneamento	2a	60	**82**		**101**	**103**	**105**	**108**
	Pesca	1,5a	30	**17**		**39**	**40**	**41**	**42**
	Aqüicultura	1,5a	30	**65**		**39**	**40**	**41**	**42**
	Agrimensura	2a	60	**77**		**101**	**103**	**105**	**108**
	Geodésia e Cartografia	2a	60	**55**		**101**	**103**	**105**	**108**
	Mineração	2a	30	**56**		**50**	**51**	**53**	**54**
	Design Industrial	2a		**52**					
	Design de Interiores	1,5a	60	**28**		**79**	**80**	**82**	**84**
	Informática	2a	30	**50**		**50**	**51**	**53**	**54**
	Química	2a	60	**79**		**101**	**103**	**105**	**108**
	Subtotal			**1074**		**1220**	**1244**	**1276**	**1308**
Técnico de nível médio SUBSEQUENTE EAD	Eventos	1,5a	29	**50**		**50**	**50**	**50**	**50**
	Aqüicultura	1,5a	20	**50**		**50**	**50**	**50**	**50**
	Pesca	1,5a	50	**50**		**50**	**50**	**50**	**50**
	Informática	1,5a	50	**50**		**50**	**50**	**50**	**50**
	Saneamento	2a	40	**50**		**50**	**50**	**50**	**50**
	Subtotal			**250**		**250**	**250**	**250**	**250**
Licenciatura	Pedagogia	3,5a	40	**88**					
	Letras	3a	40	**58**					
	Geografia	3a	40	**108**		**91**	**94**	**96**	**99**
	Matemática	3a	40	**93**		**91**	**94**	**96**	**99**
	Biologia	3a	40	**108**		**91**	**94**	**96**	**99**
	Química	3a	40	**97**		**91**	**94**	**96**	**99**
	Física	3a	40	**110**		**91**	**94**	**96**	**99**
	Subtotal			**662**		**455**	**470**	**480**	**495**
	Informática (PARFOR)	3a	50				**39**	**80**	**124**
	Física (PARFOR)	3a	50				**39**	**80**	**124**
	Química (PARFOR)	3a	50				**39**	**80**	**124**
	Informática (PARFOR)	3a	50	**50**		**76**	**117**	**80**	**41**
	Matemática (PARFOR)	3a	50			**38**	**78**	**120**	**124**
	Pedagogia (PARFOR)	3,5a	150			**114**	**234**	**360**	**495**
	Geografia (PARFOR)	3a	50				**39**	**80**	**124**
	Subtotal			**50**		**228**	**585**	**880**	**1156**
Licenciatura EAD	Pedagogia **UAB**	3,5a	559	**559**		**350**	**350**	**350**	**350**
	Matemática **UAB**	3,5a	126	**126**		**150**	**150**	**150**	**150**
	Física **UAB**	4a	43	**43**		**100**	**100**	**100**	**100**
	Química **UAB**	3,5a	43	**43**		**100**	**100**	**100**	**100**
	Biologia **UAB**	3,5a	226	**226**		**200**	**200**	**200**	**200**
	Geografia **UAB**	3,5a	135	**135**		**300**	**300**	**300**	**300**
	Subtotal			**1132**		**1200**	**1200**	**1200**	**1200**
Tecnólogo	Gestão de Saúde	3a	30	**46**					
	Saneamento Ambiental	3a	30	**73**		**80**	**82**	**84**	**87**
	Sistema de Telecomunicações	3a	30	**64**		**80**	**82**	**84**	**87**

	Analise e Desenvolvimento de Sistemas	3a	30	**81**			**23**	**48**	**74**
	Eletrotécnica Industrial	3a	30	**40**					
	Gestão Hospitalar	3a	30				**30**	**60**	**90**
	Gestão Pública	3a	30	**83**				**30**	**60**
	Subtotal			**387**		**160**	**194**	**258**	**324**
Tecnólogo EAD	Analise e Desenvolvimento de Sistemas		250	**250**		**100**			
	Gestão de Saúde		250	**250**					
	Subtotal			**500**		**100**			
Aperfeiçoamento Técnico	Operador e Manutenção de Micro	2a	150			**150**	**150**		
	Mecânica de Autos	2a	90			**90**	**90**		
	Eletricista Residencial	2a	90			**90**	**90**		
	Manuseio de Pescado	2a	30			**30**	**30**		
	Agricultura Familiar	2a	30			**30**	**30**		
	Subtotal					**390**	**390**		
Engenharia	Matérias	5a	30	**68**		**125**	**129**	**132**	**136**
	Controle e Automação	5a	30	**50**		**125**	**129**	**132**	**136**
	Subtotal			**118**		**250**	**258**	**264**	**272**
	Total			**5655**		**5671**	**6180**	**6353**	**6832**

Fonte: III Encontro de Dirigentes, Termo de Metas IFPA (versão nov/2009),SCA

QUADRO 35 – OFERTA DE ENSINO NO CAMPUS BRAGRANÇA

MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO DO CURSO	OFERTA/ANO	ALUNOS MATRICULADOS		PREVISÃO DE MATRICULA Com % de Eficácia			
				1º/09	2º/09	2010	2011	2012	2013
Técnico de nível médio na forma INTEGRADA	Informática	3,5a	40				**31**	**64**	**99**
	Edificações	3,5a	40				**31**	**64**	**99**
	Eventos		40				**31**	**64**	**99**
	Pesca		40				**31**	**64**	**99**
	Aquicultura		40			**40**	**31**	**64**	**99**
	Subtotal					**40**	**155**	**320**	**495**
Técnico de nível médio na forma INTEGRADA PROEJA	Pesca	3,5a	70				**55**	**112**	**153**
	Subtotal						**55**	**112**	**153**
Técnico de nível médio na forma SUBSEQUENTE	Edificações	1,5a	70	**55**			**54**	**98**	**101**
	Eventos	1a	70	**56**		**70**	**67**	**68**	**70**
	Pesca	3a	40	**22**		**35**	**33**	**34**	**35**
	Aquicultura	3a	40	**22**		**35**	**33**	**34**	**35**
	Subtotal			**155**		**140**	**187**	**234**	**241**
Licenciatura	Educação do campo com habilitação em Ciências Sociais e da Natureza e	4a	60	**60**		**60**	**60**	**60**	**60**

	Matemática (PROCAMPO/SECAD)								
	Química	3a	40				31	64	99
	Física	3a	40	40		61	94	96	99
	Química (PARFOR)	3a	50			50	100	150	150
	Fisica (PARFOR)	3a	50			50	100	150	150
	Informática (PARFOR)	3a	100				100	200	300
	Geografia (PARFOR)	3a	50				50	100	150
	Ciências Biológicas (PARFOR)	3a	50				50	100	150
	Informática (PARFOR)	3a	100			100	200	300	300
	Geografia (PARFOR)		100			100	200	300	300
	Ciências Biológicas (PARFOR)	3a	50			50	100	150	150
	Pedagogia (PARFOR)	3,5a	200				200	400	600
	Pedagogia (PARFOR)	3,5a	100			100	200	300	400
	Subtotal			**100**		**590**	**1480**	**100**	**2910**
Tecnólogo	Gestão Ambiental	3,5a	**40**				**40**	**80**	
	Subtotal						**40**	**80**	
	Total			**255**		**770**	**1917**	**846**	**3799**

Fonte: III Encontro de Dirigentes, Termo de Metas IFPA (versão nov/2009),SCA

QUADRO 36 – OFERTA DE ENSINO NO CAMPUS CASTANHAL

MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO DO CURSO	OFERTA/ANO	ALUNOS MATRICULADOS		PREVISÃO DE MATRICULA Com % de Eficácia			
				1º/09	2º/09				
						2010	2011	2012	2013
Técnico de nível médio na forma INTEGRADA	Agropecuária	3a	**160**	**366**		**243**	**374**	**416**	**429**
	Subtotal			**366**		**243**	**374**	**416**	**429**
Técnico de nível médio SUBSEQUENTE	Agropecuária	1,5a	**105**	**105**		**140**	**143**	**147**	**151**
	Agroindústria	1,5a	**35**	**35**		**47**	**48**	**49**	**51**
	Florestas	1,5a	**35**	**35**		**47**	**48**	**49**	**51**
	Informática	1,5a	**60**			**46**	**82**	**84**	**87**
	Segurança no Trabalho	1,5a	**40**				**31**	**56**	**58**
	Meio Ambiente	1a	**30**				**23**	**30**	**31**
	Geoprocessamento	1,5a	**30**				**30**	**50**	**50**
	Guia de Turismo	1a	**40**				**23**	**42**	**43**
	Subtotal			**175**		**280**	**428**	**507**	**522**
Técnico de nível médio PROEJA/Integrado	Agropecuária	3a	**40**	**73**		**61**	**94**	**104**	**107**
	Agropecuária	3a	**40**			**30**	**62**	**96**	**107**
	Subtotal			**73**		**91**	**156**	**200**	**214**
Aperfeiçoamento Técnico	Educação do campo, Agricultura Familiar e sustentabilidade na Amazônia(Saberes da Terra)	2a	**45**	**45**		**45**			

	Subtotal			**45**		**45**			
Licenciatura	Educação do campo com habilitação em Ciências Sociais e da Natureza e Matemática (PROCAMPO/SECAD)	4a	**150**			**150**	**150**	**150**	**150**
	Educação do campo(REGULAR)							**40**	**40**
	Subtotal					**150**	**150**	**190**	**190**
	Pedagogia (PARFOR)	3,5a	**200**			**200**	**200**	**200**	
	Pedagogia (PARFOR)	3,5a	**200**				**200**	**200**	**200**
	Informática (PARFOR)	3a	**100**			**100**	**100**	**100**	
	Geografia(PARFOR)	3a	**50**			**50**	**50**	**50**	
	Geografia (PARFOR)	3a	**150**				**50**	**50**	**50**
	Informatica(PARFOR)		**50**				**50**	**50**	**50**
	Subtotal					**350**	**650**	**650**	**300**
Engenharia	Agronomia	5a	**30**			**30**	**62**	**96**	**132**
	Florestal	5a	**30**					**32**	**66**
	Subtotal					**30**	**62**	**128**	**198**
Tecnólogo	Aquicultura	3,5a	**40**			**30**	**62**	**96**	**132**
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	3,5a	**40**				**31**	**64**	**99**
	Agroindústria	3,5a	**40**				**31**	**64**	**99**
	Zootecnia	3,5a	**40**					**32**	**66**
	Gestão Ambiental	3,5	**40**					**32**	**66**
	Subtotal						**124**	**288**	**462**
	Total			**659**		**1189**	**1944**	**2379**	**2315**

Fonte: III Encontro de Dirigentes, Termo de Metas IFPA (versão nov/2009)

QUADRO 37 – OFERTA DE ENSINO NO CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO DO CURSO	OFERTA/ANO	ALUNOS MATRICULADOS		PREVISÃO DE MATRICULA Com % de Eficácia			
				1º/09	2º/09				
						2010	2011	2012	2013
Técnico de nível médio na forma INTEGRADA	Meio Ambiente	3,5a	40			**30**	**62**	**96**	**123**
	Edificações	3,5a	40			**30**	**62**	**96**	**123**
	Eventos	3,5a	40				**31**	**64**	**99**
	Informática	3,5a	40				**31**	**64**	**99**
	Segurança no Trabalho	3,5a	40					**32**	**66**
	Agropecuária	3,5a	40					**32**	**66**
	Guia de Turismo	3,5a	40						**33**
	Subtotal					**60**	**186**	**384**	**609**
Técnico de nível médio SUBSEQUENTE	Agropecuária	1,5a	40	**61**		**53**	**54**	**56**	**58**
	Agrimensura	1,5a	40	**35**		**53**	**54**	**56**	**58**
	Edificações	1,5a	40	**28**		**53**	**54**	**56**	**58**
	Saneamento	1,5a	40	**28**		**53**	**54**	**56**	**58**
	Eventos	1,5a	40			**30**	**54**	**56**	**58**
	Segurança no Trabalho	1,5a	40			**30**	**54**	**56**	**58**

	Informática	1,5a	40			**30**	**54**	**56**	**58**
	Agronegócio	1,5a	40			**30**	**54**	**56**	**58**
	Aqüicultura	1,5a	40				**31**	**56**	**58**
	Florestas	1,5a	40				**31**	**56**	**58**
	Agroindústria	1,5a	40				**31**	**56**	**58**
	Guia de Turismo	1,5a	40				**31**	**56**	**58**
	Mineração	1,5a	40						**33**
	Subtotal			**152**		**332**	**556**	**672**	**729**
Técnico de nível médio SUBSEQUENTE	Aquicultura		50	**50**		**50**	**50**	**50**	**50**
	Saneamento Urbano		50	**50**		**50**	**50**	**50**	**50**
	Turismo		50	**50**		**50**	**50**	**50**	**50**
	Subtotal			**150**		**150**	**150**	**150**	**150**
Licenciatura	Educação do campo com habilitação em Ciências Sociais e da Natureza e Matemática (PROCAMPO/SECAD)	4a		**60**		**60**	**60**	**60**	**60**
	Educação do campo com habilitação em Ciências Sociais e da Natureza e Matemática (Regular)	4a	40					**40**	**40**
	Ciências Biológicas **PAR FOR**	3a				**50**	**100**	**150**	**100**
	Geografia **PAR FOR**	3a				**150**	**300**	**450**	**300**
	Informática **PAR FOR**	3a				**200**	**400**	**600**	**400**
	Pedagogia **PAR FOR**	3,5a				**200**	**400**	**600**	**600**
	Física **PAR FOR**	3a				**100**	**200**	**300**	**200**
	Química **PAR FOR**	3a				**50**	**100**	**150**	**100**
	Subtotal			**60**		**810**	**1560**	**2350**	**1800**
Engenharia	Agronomia	4,5a	50			**38**	**78**	**120**	**165**
	Subtotal					**38**	**78**	**120**	**165**
Tecnólogo	Gestão Ambiental	3,5a	50			**38**	**78**	**120**	**165**
	Segurança no Trabalho	3,5a	80				**62**	**128**	**198**
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	3,5a	80				**62**	**128**	**198**
	Aquicultura	3,5a	40					**32**	**66**
	Alimentos	3,5a	40					**32**	**66**
	Gestão deTurismo	3,5a	50						**41**
	Subtotal					**38**	**202**	**440**	**734**
	Total			**362**		**1428**	**2732**	**4116**	**4187**

Fonte: III Encontro de Dirigentes, Termo de Metas IFPA (versão nov/2009)

QUADRO 38 – OFERTA DE ENSINO NO CAMPUS ITAITUBA

MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO DO CURSO	OFERTA/ANO	ALUNOS MATRICULADOS		PREVISÃO DE MATRICULA Com % de Eficácia			
				1º/09	2º/09	2010	2011	2012	2013
Técnico de nível médio na forma	Informática	3,5a	80			**61**	**125**	**192**	**248**
	Edificações	3,5a	40			**30**	**62**	**96**	**124**

INTEGRADO	Saneamento		40			**30**	**62**	**96**	**124**
	Agropecuária		80				**62**	**128**	**198**
	Eventos		40				**31**	**64**	**99**
	Química		40				**31**	**64**	**99**
	Agronegócio		40					**32**	**66**
	Subtotal					**121**	**273**	**672**	**958**
Técnico de nível médio na forma INTEGRADO PROEJA	Informática	3a	40			**30**	**62**	**96**	**107**
	Agropecuária	3a	40				**31**	**64**	**99**
	Agronegócio	3a	40				**31**	**64**	**99**
	Saneamento	3a	40					**32**	**66**
	Subtotal					**30**	**124**	**256**	**371**
Técnico de nível médio SUBSEQUENTE	Informática	2a	40			**30**	**62**	**72**	**74**
	Edificações	2a	40			**30**	**62**	**72**	**74**
	Saneamento	2a	40			**30**	**62**	**72**	**74**
	Agropecuária	2a	40			**30**	**62**	**72**	**74**
	Florestas	2a	40				**31**	**64**	**74**
	Eventos	2a	40				**31**	**64**	**74**
	Química	2a	40				**31**	**64**	**74**
	Subtotal					**120**	**341**	**480**	**518**
Técnico de nível médio SUBSEQUENTE **EAD**	Informática	1,5	50	**50**		**50**	**50**	**50**	**50**
	Turismo	1,5	50	**50**		**50**	**50**	**50**	**50**
	Aqüicultura	1,5	50	**50**		**50**	**50**	**50**	**50**
	Saneamento	1,5	50	**50**		**50**	**50**	**50**	**50**
	Subtotal			**200**		**200**	**200**	**200**	**200**
Licenciatura	Química	3a	40				**31**	**64**	**99**
	Matemática	3a	40				**31**	**64**	**99**
	Biologia	3a	40				**31**	**64**	**99**
	Educação do campo com habilitação em Ciências Sociais e da Natureza e Matemática (PROCAMPO/SECAD)	4a	50				**50**	**50**	**50**
	Pedagogia **PAR FOR**	3,5	400				**400**	**400**	**400**
	Pedagogia **PAR FOR**	3	350				**350**	**350**	**350**
	Subtotal						**893**	**992**	**1097**
Tecnólogo	Saneamento Ambiental	3a	30			**23**	**47**	**72**	**87**
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	3,5a	60			**46**	**94**	**144**	**198**
	Subtotal					**69**	**141**	**216**	**285**
	Total			**200**		**540**	**1972**	**2816**	**3429**

Fonte: III Encontro de Dirigentes, Termo de Metas IFPA (versão nov/2009)

QUADRO 39 – OFERTA DE ENSINO NO CAMPUS MARABÁ INDUSTRIAL

MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO DO CURSO	OFERTA/ANO	ALUNOS MATRICULADOS	PREVISÃO DE MATRICULA Com % de Eficácia

				1º/09	2º/09				
						2010	2011	2012	2013
Técnico de nível médio na forma INTEGRADO	Edificações	3,5	105			**80**	**164**	**252**	**325**
	Agrimensura	3,5	105			**80**	**164**	**252**	**325**
	Informática	3,5	105			**80**	**164**	**252**	**325**
	Segurança no trabalho	3,5	70					**56**	**116**
	Meio ambiente	3,5	70						**58**
	Eletrotécnica	3,5	70					**56**	**116**
	Química	3,5	70					**56**	**116**
	Mecânica	3,5	70					**56**	**116**
	Mineração	3,2	70						**58**
	Subtotal					**240**	**492**	**980**	**1555**
Técnico de nível médio SUBSEQUENTE	Edificações	1,5	210	**158**		**279**	**287**	**294**	**303**
	Agrimensura	1,5	192	**144**		**255**	**262**	**267**	**277**
	Informática	1,5	180	**135**		**239**	**246**	**252**	**260**
	Mecânica	1,5	70	**53**		**93**	**96**	**98**	**102**
	Química	1,5	70	**53**		**93**	**96**	**98**	**102**
	Eletrotécnica	1,5	70	**92**		**93**	**96**	**98**	**102**
	Mineração	1,5	35			**27**	**48**	**49**	**51**
	Segurança no trabalho	1,5	35			**27**	**48**	**49**	**51**
	Meio ambiente	1,5	35			**27**	**48**	**49**	**51**
	Metalurgia	1,5	70				**55**	**98**	**102**
	Subtotal			**635**		**1133**	**1282**	**1352**	**1401**
Aperfeiçoamento Técnico	Operad.e Manutenção de Micro	1	180			**10**	**11**		
	Subtotal					**10**	**11**		
Licenciatura	Pedagogia (PARFOR)	3	100			**76**	**156**	**240**	**207**
	Pedagogia (PARFOR)	3	100				**78**	**160**	**248**
	Informática (PARFOR)	3	50			**38**	**78**	**120**	**83**
	Informática (PARFOR)	3	100				**78**	**160**	**248**
	Subtotal					**114**	**390**	**680**	**786**
	Total			**635**		**1497**	**2175**	**3012**	**3742**

Fonte: III Encontro de Dirigentes, Termo de Metas IFPA (versão nov/2009)

QUADRO 40 – OFERTA DE ENSINO NO CAMPUS MARABÁ RURAL

MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO DO CURSO	OFERTA/ANO	ALUNOS MATRICULADOS		PREVISÃO DE MATRICULA Com % de Eficácia			
				1º/09	2º/09				
						2010	2011	2012	2013
Técnico de nível médio na forma	Agropecuária /PRONERA	3,5	90		**68**	**137**	**211**	**270**	**204**

INTEGRADO	Agropecuária/ REGULAR	4	300			**228**	**468**	**720**	**990**
	Agropecuária/ INDIGENA	2,8	30				**23**	**48**	**74**
	Agropecuária Proeja FIC	1,8	30					**24**	**50**
	Subtotal				**68**	**368**	**702**	**1062**	**1318**
Técnico de nível médio SUBSEQUENTE	Floresta	2	30				**23**	**48**	**56**
	Agroindústria	2	30				**23**	**48**	**56**
	Subtotal						**46**	**96**	**112**
Aperfeiçoamento Técnico	Agropecuária						**30**	**30**	**30**
	Educação do campo , Agricultura familiar e Sustentabilidade na Amazônia-Projovem Campo- saberes da Terra			**28**		**28**			
	Subtotal			**28**		**28**	**30**	**30**	**30**
Licenciatura	Educação do campo com habilitação em Ciências Sociais e da Natureza e Matemática (PROCAMPO/SECAD)	4	60		**45**	**91**	**140**	**192**	**149**
	Educação do Campo Regular	4	40					**32**	**66**
	Subtotal				**45**	**91**	**140**	**224**	**215**
Engenharia	Florestal								
	Subtotal								
Especialização	Educação do campo , Agricultura familiar e Sustentabilidade na Amazônia-Projovem Campo- saberes da Terra	2	45	**34**		**68**	**35**		
	Educação do Campo- Regular	1,5	40					**32**	**50**
	Subtotal			**34**		**68**	**35**	**32**	**50**
	Total			**175**		**555**	**953**	**1444**	**1725**

Fonte: III Encontro de Dirigentes, Termo de Metas IFPA (versão nov/2009)

QUADRO 41 – OFERTA DE ENSINO NO CAMPUS SANTAREM

MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO DO CURSO	OFERTA/ANO	ALUNOS MATRICULADOS		PREVISÃO DE MATRICULA Com % de Eficácia			
				1º/09	2º/09				
						2010	2011	2012	2013
Técnico de nível médio na forma INTEGRADA	Florestas	3,5	40			**30**	**62**	**96**	**124**
	Edificações	3,5	40			**30**	**62**	**96**	**124**
	Informática	3,5	40			**30**	**62**	**96**	**124**
	Mineração	3,5	35			**27**	**55**	**84**	**108**
	Agropecuária	3,5	60			**46**	**94**	**144**	**186**
	Zootecnia	3,5	30			**23**	**47**	**72**	**93**
	Subtotal					**186**	**382**	**588**	**759**
Técnico de nível médio SUBSEQUENTE	Saneamento	2	40		**30**	**61**	**70**	**72**	**74**
	Informática	1,5	40		**30**	**53**	**55**	**56**	**58**
	Pesca	1,5	30		**23**	**40**	**41**	**42**	**43**

	Aquicultura	1,5	30		23	40	41	42	43
	Mineração	1,5	35		26	47	48	49	51
	Agropecuária	1,5	30		22	40	41	42	43
	Meio Ambiente	1,5	35			27	48	49	51
	Guia de Turismo	1,5	35		26	47	48	49	51
	Subtotal				180	355	392	401	414
Técnico de nível médio SUBSEQUENTE EAD	**Aquicultura**		50	50		50	50	50	50
	Saneamento		50	50		50	50	50	50
	Pesca		50	50		50	50	50	50
	Subtotal			150		150	150	150	150
Licenciatura	Física	3	40			30	62	96	99
	Química	3	40			30	62	96	99
	Biologia	3	40			30	62	96	99
	Educação do campo com habilitação em Ciências Sociais e da Natureza e Matemática (PROCAMPO/SECAD)	4	100				78	160	248
	Pedagogia **PAR FOR**	3	150			150	150	150	
	Informática **PAR FOR**	3	50			50	50	50	
	Pedagogia **PAR FOR**	3	100				100	100	100
	Informática **PAR FOR**	3	50				50	50	50
	Subtotal					290	614	798	695
	Total			330		981	1538	1937	2018

Fonte: III Encontro de Dirigentes, Termo de Metas IFPA (versão dez/2009)

QUADRO 42 – OFERTA DE ENSINO NO CAMPUS TUCURUÍ

MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO DO CURSO	OFERTA/ANO	ALUNOS MATRICULADOS		PREVISÃO DE MATRICULA Com % de Eficácia			
				1º/09	2º/09				
						2010	2011	2012	2013
Técnico de nível médio na forma INTEGRADA	Eletrotécnica	3,5	40	113		114	117	120	124
	Informática	3,5	40	113		114	117	120	124
	Manutenção e Suporte de Computadores	3,5	40				31	64	99
	Saneamento	3,5	35	26		53	82	105	108
	Estradas	3,5	40				31	64	99
	Lazer								
	Análises Clínicas	3,5	40				31	64	99
	Aquicultura	3,5	40				31	64	99
	Meio Ambiente	3,5	40				31	64	99
	Edificações	3,5	40			30	62	96	124
	Automação	3,5	40				31	64	99
	Subtotal			252		311	564	825	1074
Técnico de nível médio SUBSEQUENTE	Saneamento	2	40	68		68	70	72	74
	Aquicultura	2	40	68		68	70	72	74
	Informática	2	40	68		68	70	72	74
	Edificações	2	40	68		68	70	72	74
	Eletrotécnica	2	40	68		68	70	72	74

	Automação	2	40					32	66
	Subtotal			**340**		**340**	**350**	**392**	**432**
Aperfeiçoamento Técnico	Agente de op. De Est. de Trat. de Água					**30**			
	Auxil. Tec. de Lab. de Análise					**60**	**60**	**60**	
	Auxil. de Manutenção de Comp.					**30**			
	Subtotal					**120**	**60**	**60**	
PROEJA FIC	Aux. Cont. Epidemias					**30**			
	Pisc. e Benef. Do Pes.					**30**			
	Pedreiro de Acabamento					**30**			
	Aux. de Topografia					**60**	**60**	**60**	
	Subtotal					**150**	**60**	**60**	
Licenciatura Presencial	Educação do campo com habilitação em Ciências Sociais e da Natureza e Matemática (PROCAMPO/SECAD)	4	60	**45**		**91**	**140**	**192**	**198**
	Biologia	3	40			**30**	**62**	**96**	
	Matemática	3	40					**32**	**66**
	Subtotal			**45**		**121**	**202**	**320**	**264**
	Pedagogia **PAR FOR**	3	100			**100**	**100**	**100**	
	Pedagogia **PAR FOR**	3	100				**100**	**100**	
	Física **PAR FOR**	3	50			**50**	**50**	**50**	
	Física **PAR FOR**	3	50				**50**	**50**	
	Ciências Biológicas **PAR FOR**	3	50			**50**	**50**	**50**	
	Ciências Biologicas **PAR FOR**	3	50				**50**	**50**	
	Geografia **PAR FOR**	3	50			**50**	**50**	**50**	
	Geografia **PAR FOR**	3	50				**50**	**50**	
	Informática **PAR FOR**	3	50			**50**	**50**	**50**	
	Informática **PAR FOR**	3	50				**50**	**50**	
	Educação do Campo PROCAMPO	4	60	**60**		**60**	**60**	**60**	
	Subtotal			**60**		**360**	**660**	**660**	
Tecnólogo	Saneamento					**40**	**80**	**120**	**140**
	Redes de Computadores	3	40			**30**	**62**	**96**	**116**
	Produção Pesqueira	3	40					**32**	**66**
	Subtotal					**70**	**142**	**248**	**322**
	Total			**697**		**1472**	**2038**	**2565**	**2092**

Fonte: III Encontro de Dirigentes, Termo de Metas IFPA (versão nov/2009)

ANEXO II

Oferta e Expansão de Programas de Pós Graduação[ii]

QUADRO 43 –PROGRAMAS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - CAMPUS ABAETETUBA

MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO DO CURSO	OFERTA/ANO	ALUNOS MATRICULADOS		PREVISÃO DE MATRICULA Com % de Eficácia			
				1º/09	2º/09	2010	2011	2012	2013
Aperfeiçoamento EAD	Gênero e Diversidade na Escola					60	60	60	60
	Ed. Integral e Integrada					60	60	60	60
	Ed. Diversidade e Cidadania					60	60	60	60
	Educação para Relações Étnicos Raciais					60	60	60	60
	Educação Ambiental					60	60	60	60
	Educação para os Direitos Humanos					60	60	60	60
	Subtotal					360	60	60	60
Lato Sensu	Educação do campo, Agricultura Familiar e sustentabilidade na Amazônia(Saberes da Terra)			35		35			
	PROEJA			40					
	Educação para Relações Étnicos Raciais					40			
	Subtotal			75		75			
	Total			75		435	60	60	60

Fonte: III Encontro de Dirigentes, Termo de Metas IFPA (versão nov/2009)

QUADRO 44 –PROGRAMAS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - CAMPUS ALTAMIRA

MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO DO CURSO	OFERTA/ANO	ALUNOS MATRICULADOS		PREVISÃO DE MATRICULA Com % de Eficácia			
				1º/09	2º/09	2010	2011	2012	2013
Lato Sensu	Educação do campo, Agricultura Familiar e sustentabilidade na Amazônia(Saberes da Terra)			17		17			
	SubTotal			17		17			
Lato Sensu EAD	Educação do Campo					120	120	120	120
	Subtotal					120	120	120	120
Aperfeiçoamento EAD	Gênero e Diversidade na Escola					120	120	120	120
	Ed. Integral e Integrada					120	120	120	120
	Ed. Diversidade e Cidadania					120	120	120	120
	Educação para Relações Étnicos Raciais					120	120	120	120
	Educação Ambiental					120	120	120	120

	Educação para os Direitos Humanos					60	60	60	60
	Subtotal					660	660	660	660
	Total			17		797	780	780	780

QUADRO 45 –PROGRAMAS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - CAMPUS BELÉM

MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO DO CURSO	OFERTA/ANO	ALUNOS MATRICULADOS		PREVISÃO DE MATRICULA Com % de Eficácia			
				1º/09	2º/09				
						2010	2011	2012	2013
Lato sensu	PROEJA			205		205	205	205	
	Educação para relações Étnico-raciais					80			
	Gestão Pública							25	25
	Física						25	25	25
	Saúde (saneamento Ambiental)								
	Educação do campo, Agricultura Familiar e Sustentabilidade na Amazônia(Saberes da Terra)			52		52			
	Subtotal			257		337	230	255	50
Lato Sensu EAD	Educação do Campo			35		240	240	240	240
	Subtotal								
Aperfeiçoamento EAD	Gênero e Diversidade na Escola			35		240	240	240	240
	Ed. Integral e Integrada					240	240	240	240
	Ed. Diversidade e Cidadania					300	240	240	240
	Educação para Relações Étnicos Raciais			35		240	240	240	240
	Educação Ambiental			35		240	240	240	240
	Educação para os Direitos Humanos					240	240	240	240
	Subtotal			105		1500	1440	1440	1440
Stricto Sensu (Mestrado)	Engenharia de Materiais e Processos					10	10	10	10
	Engenharia Meio Ambiente						10	10	10
	Subtotal					10	20	20	20
	Total			362		1847	1647	1715	1510

Fonte: III Encontro de Dirigentes, Termo de Metas IFPA (versão nov/2009)

QUADRO 46 –PROGRAMAS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - CAMPUS BRAGANÇA

MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO DO CURSO	OFERTA/ANO	ALUNOS MATRICULADOS		PREVISÃO DE MATRICULA Com % de Eficácia			
				1º/09	2º/09				
						2010	2011	2012	2013
Pós graduação (Aperfeiçoamento) EAD	Gênero e Diversidade			35		120	120	120	120
	Educação Integral e Integrada			35		120	120	120	120
	Diversidade Cidadania			35		120	120	120	120
	Educação para relações Étnico-Raciais			35		120	120	120	120

	Educação Ambiental			**35**		**120**	**120**	**120**	**120**
	Educação em Direitos Humanos					**120**	**120**	**120**	**120**
	Subtotal			**175**		**720**	**720**	**720**	**720**
Lato Sensu	Educação para relações Étnico-Raciais					**40**			
	Subtotal					**40**			
	Total			**175**		**760**	**720**	**720**	**720**

Fonte: III Encontro de Dirigentes, Termo de Metas IFPA (versão nov/2009)

QUADRO 47 –PROGRAMAS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - CAMPUS CASTANHAL

MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO DO CURSO	OFERTA/ANO	ALUNOS MATRICULADOS		PREVISÃO DE MATRICULA Com % de Eficácia			
				1º/09	**2º/09**				
						2010	**2011**	**2012**	**2013**
Stricto Sensu	Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável						**15**	**15**	**15**
	Subtotal						**15**	**15**	**15**
Lato Sensu	Agroecologia							**40**	**40**
	Educação do campo , Agricultura familiar e Sustentabilidade na Amazônia-Projovem Campo-saberes da Terra			**88**		**88**			
	Educação do campo (REGULAR)							**40**	**40**
	Educação para Relações Étnico-Racias					**40**			
	Subtotal			**88**		**128**		**80**	**80**
	Total			88		**128**	**15**	**95**	95

Fonte: III Encontro de Dirigentes, Termo de Metas IFPA (versão nov/2009)

QUADRO 48 –PROGRAMAS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO DO CURSO	OFERTA/ANO	ALUNOS MATRICULADOS		PREVISÃO DE MATRICULA Com % de Eficácia			
				1º/09	**2º/09**				
						2010	**2011**	**2012**	**2013**
Lato Sensu	Educação do Campo (Regular)								
	Gestão Ambiental								
	PROEJA								
	Total								
Lato Sensu EAD	Educação do Campo			**105**		**60**	**60**	**60**	**60**
	Subtotal			**105**		**60**	**60**	**60**	**60**
Pós graduação (Aperfeiçoamento) EAD	Gênero e Diversidade na Escola			**140**		**60**	**60**	**60**	**60**
	Educação Integral e Integrada			**70**		**60**	**60**	**60**	**60**
	Diversidade Cidadania			**35**		**60**	**60**	**60**	**60**
	Educação para relações Étnico-			**140**			**60**	**60**	**60**

	Raciais								
	Educação Ambiental			**140**			**60**	**60**	**60**
	Educação em Direitos Humanos					**60**	**60**	**60**	**60**
	Subtotal			**525**		**240**	**360**	**360**	**360**
	Total			**630**		**300**	**420**	**420**	**420**

Fonte: III Encontro de Dirigentes, Termo de Metas IFPA (versão nov/2009)

QUADRO 49 –PROGRAMAS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - CAMPUS MARABÁ INDUSTRIAL

MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO DO CURSO	OFERTA/ANO	ALUNOS MATRICULADOS		PREVISÃO DE MATRICULA Com % de Eficácia			
				1º/09	2º/09	2010	2011	2012	2013
Lato Sensu EAD	Educação do Campo			**35**		**60**	**120**	**60**	**60**
	Subtotal			**35**		**60**	**120**	**60**	**60**
Pós graduação (Aperfeiçoamento) EAD	Gênero e Diversidade na Escola			**35**		**60**	**60**	**60**	**60**
	Educação Integral e Integrada			**35**		**60**	**60**	**60**	**60**
	Diversidade Cidadania			**35**		**60**	**60**	**60**	**60**
	Educação para relações Étnico-Raciais			**35**			**60**	**60**	**60**
	Educação Ambiental			**35**			**60**	**60**	**60**
	Educação em Direitos Humanos			**60**		**60**	**60**	**60**	**60**
	Subtotal								
	Total			**270**		**300**	**480**	**420**	**420**

Fonte: III Encontro de Dirigentes, Termo de Metas IFPA (versão nov/2009)

QUADRO 49 –PROGRAMAS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - CAMPUS SANTAREM

MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO DO CURSO	OFERTA/ANO	ALUNOS MATRICULADOS		PREVISÃO DE MATRICULA Com % de Eficácia			
				1º/09	2º/09	2010	2011	2012	2013
Pós graduação (Aperfeiçoamento) EAD	Gênero e Diversidade na Escola			**35**			**60**	**60**	**60**
	Educação Integral e Integrada			**35**			**60**	**60**	**60**
	Diversidade Cidadania			**35**			**60**	**60**	**60**
	Educação para relações Étnico-Raciais			**35**			**60**	**60**	**60**
	Educação Ambiental			**35**			**60**	**60**	**60**
	Subtotal								
	Total			**175**			**300**	**300**	**300**

Fonte: III Encontro de Dirigentes, Termo de Metas IFPA (versão nov/2009)

ANEXO III

Programas e Projetos de Extensão

QUADRO 49 – PROGRAMAS DE EXTENSÃO

PROGRAMA	LINHAS DE AÇÃO	PARCERIAS
	Projetos Tecnológicos: Atividades de pesquisa e/ ou desenvolvimento em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham uma interface de aplicação.	
	Serviços Tecnológicos: Consultoria, assessoria e prestação de serviços para o mundo produtivo.	
	Eventos: Ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa ou interna.	
	Projetos Sociais: Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.	
	Estágio e Empregos: Compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/ emprego e a operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento e documentação).	
	Cursos de Extensão: Ação pedagógica de caráter teórico e prático, com critérios de avaliação definidos e oferta não regular.	
	Projetos Culturais Artísticos e Esportivos: Compreende ações referentes a atividades culturais, artísticas e esportivas.	
	Visitas Técnicas e Gerenciais: Interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.	
	Empreendedorismo e Cooperativismo: Apoio à formação empreendedora com o subsídio de programas institucionais.	
	Acompanhamento de Egressos: Constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão	
	Relações Internacionais: Tem por finalidade estabelecer intercâmbios e acordos de cooperação internacional, bem como celebração de convênios, como um instrumento para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.	

[i] Os dados apresentados estão sujeitos a alterações até a finalização do TERMO DE ACORDOS E METAS entre MEC/SETEC e IFPA

[ii] Os dados apresentados estão sujeitos a alterações até a finalização do TERMO DE ACORDOS E METAS entre MEC/SETEC e IFPA